



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI – UNIVATES

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**PARECER CONTÁBIL DO ASSISTENTE TÉCNICO NA JUSTIÇA DO
TRABALHO**

Nara Taís Both

Lajeado, novembro de 2019.

Nara Taís Both

PARECER CONTÁBIL DO ASSISTENTE TÉCNICO NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Pesquisa apresentado na disciplina de Estágio Supervisionado em Contabilidade II, do Curso de Ciências Contábeis, da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, como parte da exigência para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Professor: Profa. Me. Adriana Wachholz

Lajeado, novembro de 2019

RESUMO

A perícia contábil trabalhista é uma das diversas áreas que o profissional contábil pode atuar, devendo ser executada com muito rigor e sempre evidenciando a verdade dos fatos, pois a perícia surge como prova técnica para tomada de decisões perante a justiça. O perito contador é nomeado pelo juiz, e é quem apresenta o laudo pericial. Já o perito assistente técnico é de confiança da parte que o indicou, demonstrando através do parecer contábil as suas conclusões sobre a matéria, auxiliando na solução do litígio. Diante disto, esta monografia teve como objetivo analisar se o cálculo de liquidação apresentado pelas partes, atende ao que está definido na sentença. Inicialmente abordamos a situação problema, os objetivos e as justificativas. Nesta pesquisa foi exploratória e descritiva, quanto aos objetivos, quantitativa e qualitativa, em relação à abordagem do problema e para os procedimentos técnicos foram utilizados estudos de caso e estudos documentais. A pesquisa tem como base processo trabalhista da Vara do Trabalho do município de Lajeado/RS. Foi analisado e interpretado o comando sentencial do processo trabalhista, o cálculo do laudo pericial, e a importância do assistente técnico, após análise dos dados supracitados, foi apresentado o parecer técnico. A partir dos resultados apresentados, conclui-se que o assistente deve seguir com maior rigor o que está definido no comando sentencial, para que os resultados sejam condizentes com a realidade e que atendam a todos os critérios definidos na sentença, e também deve seguir rigorosamente as normas brasileiras de contabilidade e a legislação trabalhista, para buscar extinguir erros nos cálculos de liquidação de sentença.

Palavras-chave: Perícia contábil trabalhista. Laudo pericial. Parecer técnico. Assistente técnico. Liquidação da sentença.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparação dos profissionais	18
Quadro 2 – Fases do planejamento e execução do assistente técnico.....	27
Quadro 3 – Contribuição mensal do INSS	43
Quadro 4 – Cálculo do IRRF	44
Quadro 5 – Demonstração da apuração de horas extras do cartão ponto.....	62
Quadro 6 – Demonstração do cálculo do salário hora	64
Quadro 7 – Apuração das horas ilegalmente compensadas.....	65
Quadro 8 – Apuração das horas extras e das horas <i>in itinere</i>	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Da jornada de trabalho	59
Tabela 2 – Das diferenças encontradas nas Horas ilegalmente compensadas	60
Tabela 3 – Das diferenças encontradas nas horas extras	60
Tabela 4 – Das diferenças encontradas nas horas <i>in itinere</i>	62
Tabela 5 – Valor do salário hora	63
Tabela 6 – Das diferenças encontradas no salário hora	64
Tabela 7 – Demonstração do cálculo dos meses que ocorreram divergências das horas extras devidas	67
Tabela 8 – Das diferenças encontradas nas horas	69
Tabela 9 – Cálculo do reflexo de férias e o adicional de 1/3	71
Tabela 10 – Demonstração do cálculo de férias	72
Tabela 11 – Demonstração do cálculo das férias proporcionais:	72
Tabela 12 – Cálculo do reflexo de 13º salário	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEF	Caixa Econômica Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPC	Cadastro Nacional de Peritos Contábeis
CRC	Certidão de Regularidade Profissional
DSR	Descanso Semanal Remunerado
DOU	Diário Oficial da União
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
INSS	Instituto Nacional da Seguridade Social
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
PP	Norma Profissional do Perito
RFB	Receita Federal do Brasil
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

TP	Norma Técnica de Perícia Contábil
TRF	Tribunal Regional Federal
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Tema	10
1.2 Delimitação do tema	10
1.3 Problema de pesquisa	11
1.4 Objetivo geral	11
1.4.1 Objetivos específicos.....	11
1.5 Justificativa.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 Perícia contábil.....	14
2.1.1 Objetos e objetivos da perícia contábil	15
2.1.2 Perito	16
2.1.3 Assistente técnico.....	17
2.1.4 Habilidade profissional	19
2.1.5 Responsabilidade.....	20
2.1.6 Zelo profissional.....	20
2.1.7 Impedimento, suspensão, substituição e recusa	21
2.1.8 Execução da perícia	23
2.1.9 Termo diligência	27
2.1.10 Honorários	28
2.1.11 Prova pericial.....	29
2.1.12 Laudo.....	30
2.1.13 Parecer contábil	32
2.3 Justiça do trabalho	36
2.3.1 Processos na Justiça do Trabalho	37
2.4 Legislação trabalhista.....	39
2.4.1 Folha de pagamento.....	39
2.4.2 Férias.....	41
2.4.3 13º salário	42
2.4.4 Encargos sociais: INSS, IRRF e FGTS.....	43
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	45
3.1 Tipo de pesquisa	45
3.2 Quanto a abordagem do problema	46

3.3 Quanto aos procedimentos técnicos.....	47
3.4 Quanto aos objetivos	48
3.5 Unidade de análise e população	48
3.6 Coleta de dados.....	49
3.7 Tratamento de dados	50
3.8 Limitações do método	50
 4 CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO	 52
 5 ANÁLISE DE RESULTADOS	 54
5.1 Síntese do Processo	54
5.1.1 Do julgamento - Sentença	57
5.1.2 Da análise dos cálculos elaborados pelo assistente técnico do reclamado	58
5.1.3 Parece Contábil do Laudo elaborado pelo assistente técnico do reclamado	58
 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 81
 REFERÊNCIAS.....	 83
ANEXO A – Processo Ramo Alimentício.....	87
ANEXO B – Laudo	151

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade tem a função primordial de fornecer aos usuários informações claras e precisas que auxiliem na tomada de decisões. Considerando que a contabilidade possui diversas áreas para atuar, dentre as quais estão a Contabilidade de Custos, Contabilidade Gerencial, Auditoria, Gestão Organizacional e Perícia Contábil, inclusive na área da perícia trabalhista, que será foco principal deste trabalho.

Com o avanço tecnológico na área contábil pericial proporcionou a acessibilidade fácil às informações, tornando-as mais rápidas. Com isso os profissionais atuantes, devem manter um esforço para se adequarem às inovações e, sobretudo, se manterem atualizados de acordo com as novas exigências. O amplo domínio de conhecimento técnico, legislação e sistemas eletrônicos, estão intimamente atrelados ao trabalho eficiente nesta área da contabilidade.

A perícia trabalhista surge como prova técnica para tomada de decisão perante a justiça, esta é executada por profissionais contadores regularmente registrados. Em caso de ações trabalhistas o cálculo deve ser realizado por um profissional experiente da área, seja no formato extrajudicial ou judicial.

As reclamações trabalhistas são originadas por negligência com as normas trabalhistas ou por não seguir devidamente a legislação da mesma, ficando assim sujeita a penalizações e medida repressiva pela justiça do trabalho.

Para a solução dos questionamentos que surgem entre empregados e empregadores é necessário que exista a análise de um profissional da área contábil para fazer esclarecimentos sobre as verbas devidas ao reclamante.

Para o esclarecimento da matéria em litígio, o perito contador nomeado pelo juiz, apresenta laudo pericial e o perito assistente técnico de confiança da parte que o indicou, demonstra através do parecer contábil a suas conclusões sobre a matéria, a fim de auxiliar na solução do litígio. O assistente técnico pode acompanhar todo o processo, oferecer informações importantes aos advogados, debater quanto ao desenvolvimento da prova técnica contábil e quanto ao surgimento dos quesitos. Tendo o conhecimento global das informações do processo como das normas, legislações, isso irá garantir que o (reclamante/reclamada) receba o valor condizente com a realidade.

Deste modo, o objetivo desta pesquisa, é realizar a análise dos cálculos de liquidação apresentados pelas partes (reclamante/ reclamado) se o que está sendo pedido é condizente com a realidade e com que está definido sentença.

1.1 Tema

O parecer contábil do assistente técnico na Justiça do Trabalho.

1.2 Delimitação do tema

O tema delimitado é analisar os cálculos de liquidação apresentado pelas partes, através de processos da Vara do Trabalho do município de Lajeado/RS. Desta forma, foi verificado a elaboração, os critérios utilizados nos cálculos e se este apresentou o valor de acordo com o que foi definido na sentença.

1.3 Problema de pesquisa

Diante do exposto e de pesquisas a realizar, buscou responder o seguinte problema:

Os cálculos de liquidação apresentados pelas partes (reclamante/ reclamado) atende ao que está definido na sentença?

1.4 Objetivo geral

Analisar se os cálculos de liquidação apresentados pelas partes atende ao que está definido sentença.

1.4.1 Objetivos específicos

Os objetivos específicos deste trabalho são:

- a) Analisar e identificar o comando sentencial apresentado no processo trabalhista.
- b) Analisar o laudo do perito contador na elaboração dos cálculos para fins de liquidação da sentença.
- c) Emitir um parecer técnico embasado no comando sentencial e comparar com o Laudo que foi entregue pelo perito contador.

1.5 Justificativa

Atualmente existe uma grande demanda de reclamatória trabalhista na justiça do trabalho, considerando que as pessoas têm fácil acesso a legislação e informações através da televisão, sites, advogados e outros, com isso surgem questionamentos entre empregados e empregadores, que remete a busca por uma solução na justiça. As empresas sofrem as reclamações trabalhistas por não ter observado as normas corretamente ou pelo não cumprimento das mesmas.

A contratação do perito contador assistente significa que a parte estará respaldada tecnicamente ao longo do processo por alguém que irá zelar pelos seus interesses. O profissional legalmente habilitado com formação em Ciências Contábeis, pode ser contratado para desempenhar sua função desde o início até o final da ação judicial.

A busca através de sites confiáveis, de revistas e livros, identificou-se a existência de vários estudos sobre perito técnico contábil e laudo pericial, porém sobre o assistente técnico e parecer contábil, foram encontradas poucos estudos e artigos publicados, sendo que não foi localizado parecer contábil trabalhista.

Um artigo publicado por Neves Junior e Oliveira (2010) sobre a relevância do trabalho de perícia contábil desenvolvida por assistente técnico nas ações revisionais de contratos: uma análise documental dos processos da Caixa Econômica Federal, a pesquisa foi em apurar quais os ganhos, traduzidos em resultados, que foram obtidos através do trabalho desenvolvido por assistente técnico, com base na análise de ações de revisão de contrato ajuizadas em desfavor da CEF. Para o desenvolvimento deste artigo, contou-se com a coleta de 30 processos de ações revisionais de contratos distribuídos entre o TJDFT, 1ª Região do TRF e no STJ, sendo as peças processuais analisadas com o auxílio de um *checklist*. Dessa forma, foi possível evidenciar os resultados obtidos a partir dos trabalhos desenvolvidos pelos assistentes técnicos contratados pela CEF e apresentar proposições de melhoria para a atuação desses profissionais (assistentes técnicos).

Outro artigo publicado por Burin, Heinen e Schuh (2017) no congresso de contabilidade da UFRGS teve como objetivo a realização de uma perícia contábil na área trabalhista, atuando como assistente na proposta de acordo judicial e ajuda na elaboração da contestação da reclamada. O estudo foi aplicado em uma ação, rito ordinário, de empresa gaúcha do comércio varejista, com sede no Vale do Rio Pardo e a escolha foi por acessibilidade. Para elaboração da perícia, na fase de instrução e conciliação para auxiliar na tomada de decisão de um acordo em audiência, foi necessário acompanhar a leitura da petição inicial, onde foi realizado um resumo do que estava sendo solicitado, averiguado os documentos para leitura e após iniciou-se os cálculos periciais. A partir da análise foi possível perceber a importância do contador na mensuração dos valores de uma ação, na elaboração de uma contestação pela reclamada.

Os artigos apresentados abordaram sobre o papel do assistente técnico para a empresa e para o empregado. Considerando a contratação do assistente técnico para os cálculos sentencial e para elaboração do parecer, o mesmo identifica erro que ocorre na rotina trabalhista da empresa, com isso pode solucionar e evitar futuras reclamações trabalhistas e o pagamento indevido no processo.

Para a sociedade, se torna relevante o estudo, considerando o papel do assistente técnico da contratação de profissional qualificado e com conhecimento técnico, para elaborar o parecer técnico de acordo com definição de sentença e as normas trabalhistas, para evitar o pagamento indevido.

Para o acadêmico o presente estudo servirá para o crescimento profissional e para aperfeiçoar o conhecimento adquirido na graduação e demonstrar a capacidade de enfrentar o mercado de trabalho externo.

Para a instituição, é um momento em que será possível demonstrar o aprendizado da graduação e podendo ser utilizado na solução de problemas junto à organização e a comunidade em geral. Como por exemplo, a demonstração do modelo e estrutura de um parecer contábil, que auxiliará os contadores e assistentes contábeis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será apresentada a teoria que apoiará o estudo em questão, possibilitando explicar o problema, assim, será realizada uma revisão bibliográfica sobre perícia contábil, perito e justiça do trabalho.

2.1 Perícia contábil

A Ciência Contábil possui diversas áreas de especialidades, sendo a perícia contábil uma delas, que pode ser entendida como um conjunto de conhecimentos técnicos utilizados pelo contador para demonstrar a realidade dos fatos examinados, tendo o objetivo de esclarecer as dúvidas de forma clara e objetiva.

A perícia contábil é uma atividade antiga e presente aos contadores, segundo (JULIANO, 2012, p. 185) “o Decreto-Lei 9295, que regulamenta esta profissão, em norma editada no de 1946, no seu art. 25, alínea c, definia também a perícia como atribuição do contador”.

Atualmente a perícia contábil está definida pelo Conselho Federal de Contabilidade, através das Normas Brasileiras de Contabilidade PP 01 (CFC, 2015b) resolução DOU 19/03/15 que trata das Normas Profissionais do Perito Contábil e a NBC TP 01 (CFC, 2015a) resolução DOU 19/03/15 trata da Perícia Contábil. Estas normas regulamentam os aspectos profissionais e pessoais dos peritos contábeis, e os trabalhos de perícia.

Juliano (2012) define que a perícia contábil é um conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinados a apresentar à justiça elementos de provas para auxiliar de forma justa na solução do processo, e com os respectivos laudos periciais contábeis elaborados conforme as normas.

De acordo com Sá (2007) a perícia contábil é a verificação de fatos ligados ao patrimônio individualizado visando oferecer opinião, com a finalidade de produzir informações sobre decisão ou entendimento dos fatos em questão. Para tal opinião realizam-se exames, vistorias, indagações, investigações, avaliações, arbitramento, tudo que for necessário para qualidade da opinião.

Segundo a NBC TP 01 (CFC, 2015a, texto digital), conceitua perícia contábil como:

[...] o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente.

A expressão perícia contábil apresenta ideia de necessidade de conhecimento de uma opinião verdadeira ligada ao patrimônio individualizado e a opinião deve ser executada por contador que entende e indaga confiança (SÁ, 2007).

Portanto, conclui que a perícia contábil exige do profissional o conhecimento técnico e experiência para a elaboração de provas, assim terá uma conclusão justa a verdade.

2.1.1 Objetos e objetivos da perícia contábil

O objeto da perícia contábil se refere ao que está sendo tratado na perícia, que são os fatos ou questões relacionados com a causa que deve ser levado em consideração pelo Perito Contábil no momento da elaboração da perícia.

Características essenciais da perícia contábil:

- Limitação da matéria;
- Pronunciamento adstrito à questão ou questões propostas;
- Meticuloso e eficiente exame do campo prefixado;
- Escrupulosa referência à matéria periciada;
- Imparcialidade absoluta de pronunciamento (ORNELAS, 2011, p. 17);

Segundo SÁ (2007) tudo que for pertinente à opinião a ser emitida, deve ser objeto de exame da perícia.

A Perícia contábil tem por objetivo geral a constatação, prova ou demonstração contábil da verdade real sobre seu objeto, transferindo através do laudo, para o ordenamento da instância decisória (ALBERTO, 2012).

Segundo Zanna (2011) a perícia contábil tem o objetivo de conhecer com precisão as técnicas contábeis disponibilizada ao profissional, usadas com a habilidade desenvolvida graças à experiência pessoal e profissional adquiridas, agregando a tudo isso o conhecimento dos assuntos submetidos a triagem e a verdade que se quer provar.

Conclui-se que objeto da perícia são os fatos e questões contábeis relacionadas ao patrimônio de qualquer entidade. E o objetivo da perícia contábil é a constatação, prova ou demonstração contábil da verdade real sobre seu objeto de análise.

2.1.2 Perito

O responsável pelo trabalho pericial na área contábil é denominado de perito, é contador regularmente registrado pelo Conselho Regional de contabilidade e nomeado pelo juiz.

A NBC PP 01 (CFC, 2015b, texto digital) determina o “Perito é o contador, regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade, que exerce a atividade pericial de forma pessoal, devendo ser profundo conhecedor, por suas qualidades e experiências, da matéria periciada”. Além disso, o profissional perito contábil deve ter curso superior e comprovar sua habilitação através Certidão de Regularidade Profissional emitida pelos Conselhos Regionais de Contabilidade.

De acordo com Hoog (2007, p. 57) o perito:

[...] não é um funcionário público concursado, trata-se de profissional liberal devidamente habilitado de livre escolha do magistrado, por ser pessoa de sua confiança. O juiz, quando nomeia o perito, o faz de forma específica para o processo que assim exigiu conhecimento técnico científico, cabendo a este o aceite se considerar apto à matéria em discussão, ou a recusa por impedimento ou suspeição [...]

Conforme Prunes (1995, p. 123) o perito contábil existe:

O perito existe em função da necessidade ou obrigação de uma apreciação técnica, científica ou artística que escape o conhecimento dos juízes. O juiz, assim, se socorre de quem seja 'expert' nalgum tema. Se o juiz tem conhecimentos de enciclopédia e notadamente jurídico, não tem – em contrapartida – conhecimento profundo sobre fatos, pessoas, ou relações que devem ser observadas para o julgamento.

Entende-se que o perito é pessoa física, nunca será pessoa jurídica. O perito é de confiança do juiz para dar suporte nas áreas que exige conhecimento técnico para analisar e concluir sobre os fatos considerados.

O perito deve entender o processo jurídico, que é o objeto da perícia, as dúvidas das partes e os elementos necessários para a elaboração do laudo. O laudo sempre deve ser apresentado de forma simples e clara para que o objetivo do trabalho do perito seja alcançado (JULIANO, 2012).

Hoog (2017, p. 133) cita que o perito contábil:

Foi e sempre será uma grande honra, um privilégio impar a nomeação de um contador na função de perito judicial [...] é uma forma de reconhecimento e valorização profissional, ser o auxiliar da mais elevada das prestações de serviço, a Justiça.

Conclui que a perícia contábil cabe ao perito contador, pois somente ele tem o conhecimento técnica e científica de emitir opinião sobre o assunto periciado.

2.1.3 Assistente técnico

O Perito assistente técnico contábil é o contratado e indicado pela parte para a perícia contábil (NBC PP 01, CFC, 2015b).

Compete ao assistente técnico acompanhar o desenvolvimento do perito nomeado e as diligências agendadas, examinando os mesmos livros e documentos colocados à disposição, para formular e sugerir quesitos suplementares aos advogados da parte. Após o perito nomeado apresentar o laudo pericial elaborado e em seguida o perito assistente elabora o parecer pericial sobre o conteúdo trabalhado (ORNELAS, 2011).

No quadro abaixo podemos identificar as devidas funções dos profissionais peritos contábeis e assistentes técnicos contábeis.

Quadro 1 – Comparação dos profissionais

Perito Contador	Perito Assistente
Nomeado pelo juiz	Indicado pela parte.
Contador habilitado.	Contador habilitado.
Sujeito a impedimento ou a suspeição, previstas no CPC.	Não está sujeito a impedimento, previsto no CPC.
Recebe seus honorários mediante alvará determinado pela Justiça.	Recebe seus honorários diretamente da parte que o indicou.
O prazo para entrega dos trabalhos é determinado pelo juiz.	O prazo de manifestação para opinar sobre o laudo do perito é de 10 dias após a publicação da entrega do laudo oficial.
Profissional de confiança do juiz.	Profissional de confiança da parte

Fonte: Adaptado de Hoog (2007).

O Perito Assistente é de confiança da parte que o indicou, não estando sujeito a impedimento ou suspeição, salvo quanto à capacitação e habilitação profissional. A graduação na área contábil e o registro no órgão competente comprovam a capacidade técnica e científica do profissional para realizar a assistência técnica, conferindo maior credibilidade ao seu trabalho.

O perito e os assistentes, nos aspectos éticos se igualam aos demais profissionais, conferindo-lhes as mesmas prerrogativas e responsabilidades e considerando todos os aspectos do profissional que exerce a atividade pericial é valorizado, pois afasta os leigos praticantes de falsa ideologia.

2.1.4 Habilidade profissional

O profissional exercerá a profissão contábil em qualquer modalidade, porém deve seguir as normas vigentes do Conselho Regional de Contabilidade. O contador deve apresentar o registro da Certidão de Regularidade Profissional emitida pelo CRC, assim comprovando a habilitação para exercer a profissão de perito (NBC PP 01, CFC, 2015b).

A partir de Janeiro de 2017, para estar apto a exercer a profissão de perito é obrigatório realizar o Exame de Qualificação Técnica, tendo o objetivo de avaliar o nível de conhecimento e a competência técnica profissional necessária do contador que pretende atuar na atividade (NBC PP 02, CFC, 2016).

A NBC PP 02 (CFC, 2016) apresenta exclusivamente informações do Exame Qualificação Técnica, o exame será aplicado ao perito contábil através de prova escrita, realizada anualmente. Com aprovação na prova de Qualificação Técnica para perito contábil, assegura ao contador o registro no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Conforme a NBC PP 01 (CFC, 2015b, texto digital):

A indicação ou a contratação de perito-assistente ocorre quando a parte ou a contratante desejar ser assistida por contador, ou comprovar algo que dependa de conhecimento técnico científico, razão pela qual o profissional só deve aceitar o encargo se reconhecer estar capacitado com conhecimento suficiente, discernimento, com irrestrita independência e liberdade científica para a realização do trabalho.

Considera que para exercer a profissão deve estar regularmente registrado no conselho de contabilidade, realizar anualmente o Exame de Qualificação Técnica que é uma prova escrita para o conhecimento técnico do profissional, com isso exigirá estudo contínuo do perito para aprimorar suas habilidades e conhecimentos.

O assistente técnico deve possuir sólidos conhecimentos da matéria discutida nos trabalhos periciais, a fim de assegurar a divulgação dos fatos comprobatórios com exatidão e veracidade.

2.1.5 Responsabilidade

Segundo NBC PP 01 (CFC, 2015b) o perito e o assistente técnico devem conhecer as responsabilidades sociais, éticas, profissionais e legais às quais está sujeito no momento em que aceita o encargo para a execução de perícias contábeis judiciais e extrajudiciais, inclusive arbitral.

Além disso, tem responsabilidade em respeitar os princípios da ética e do direito, atuando com lealdade, idoneidade e honestidade no desempenho de suas atividades, sob pena de responder civil, criminal, ética e profissionalmente por seus atos (NBC PP 01, CFC, 2015b).

A responsabilidade decorre da relevância que o resultado de sua atuação pode produzir para a solução do litígio. E conforme NBC PP 01 (CFC, 2015b, texto digital):

O perito do juízo, no desempenho de suas funções, deve propugnar pela imparcialidade, dispensando igualdade de tratamento às partes e, especialmente, aos peritos-assistentes. Não se considera parcialidade, entre outros, os seguintes:

- (a) atender às partes ou assistentes técnicos, desde que se assegure igualdade de oportunidades; ou
- (b) fazer uso de trabalho técnico-científico anteriormente publicado pelo perito do juízo.

O perito e o assistente técnico também tem responsabilidade civil e penal, a legislação civil determina responsabilidades e penalidades para o profissional que consiste em multa, indenização e inabilitação. E a legislação penal estabelece penas de multa e reclusão para os profissionais que exercem a atividade pericial que vierem a descumprir as normas legais (NBC PP 01, CFC, 2015b).

2.1.6 Zelo profissional

O zelo refere ao cuidado que deve ter na execução das tarefas, em relação à sua conduta, documentos, prazos, tratamento dispensado às autoridades, aos integrantes do litígio e aos demais profissionais, de forma que sua pessoa seja

respeitada, seu trabalho levado a bom termo e, conseqüentemente, o laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil dignos de fé pública (NBC PP 01, CFC, 2015b).

Conforme NBC PP 01 (CFC, 2015b, texto digital), o zelo profissional do perito na realização dos trabalhos periciais compreende:

- (a) cumprir os prazos fixados pelo juiz em perícia judicial e nos termos contratados em perícia extrajudicial, inclusive arbitral;
- (b) assumir a responsabilidade pessoal por todas as informações prestadas, quesitos respondidos, procedimentos adotados, diligências realizadas, valores apurados e conclusões apresentadas no laudo pericial contábil e no parecer técnico-contábil;
- (c) prestar os esclarecimentos determinados pela autoridade competente, respeitados os prazos legais ou contratuais;
- (d) propugnar pela celeridade processual, valendo-se dos meios que garantam eficiência, segurança, publicidade dos atos periciais, economicidade, o contraditório e a ampla defesa;
- (e) ser prudente, no limite dos aspectos técnico-científicos, e atento às consequências advindas dos seus atos;
- (f) ser receptivo aos argumentos e críticas, podendo ratificar ou retificar o posicionamento anterior.

O perito e o assistente técnico devem ter transparência, responsabilidade e zelo sobre os fatos periciados e sobre seus atos, que impactam em opinião verdadeira e imparcial.

2.1.7 Impedimento, suspensão, substituição e recusa

O profissional deve denunciar o impedimento ou suspensão. A denúncia deve ser feita por petição devidamente fundamentada, ficando impedido de executar as atividades como perito contábil, nomeado, escolhido ou contratado, quando o perito for parte do processo, quando for perito assistente ou prestando depoimento como testemunha no processo, ou ser cônjuge, parente até o segundo grau das partes que estiver postulando no processo, ou quando tiver interesse, direto ou indireto no resultado do trabalho pericial, e quando exercer função ou cargo incompatível com a atividade de perito e quando a matéria em litígio não for de sua especialidade. E o assistente técnico, não existe razões de impedimento entre o assistente e a parte, pois são profissionais de confiança da parte (JULIANO, 2012; HOOG, 2007).

De acordo com Hoog (2007) considera um ato de dignidade o perito contador denunciar o impedimento, mais que qualquer outro fato, embora a lei limite a parcialidade, pois o que se deseja evitar no caso de impedimento é o exercício da parcialidade.

Segundo o Código de Processo Civil (BRASIL, 2015a), o perito está sujeito ao impedimento, suspensão, recusa e substituição das atividades.

Art. 466. O perito cumprirá escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso.

§ 1º Os assistentes técnicos são de confiança da parte e não estão sujeitos a impedimento ou suspeição.

§ 2º O perito deve assegurar aos assistentes das partes o acesso e o acompanhamento das diligências e dos exames que realizar, com prévia comunicação, comprovada nos autos, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Art. 467. O perito pode escusar-se ou ser recusado por impedimento ou suspeição.

Parágrafo único. O juiz, ao aceitar a escusa ou ao julgar procedente a impugnação, nomeará novo perito.

Art. 468. O perito pode ser substituído quando:

I - faltar-lhe conhecimento técnico ou científico;

II - sem motivo legítimo, deixar de cumprir o encargo no prazo que lhe foi assinado.

Outros motivos, pelos quais o perito deve ser substituído pelo juiz, como nos casos de pedido do próprio auxiliar da justiça, por pedido da parte alegando suspensão ou impedimento, ou a pedido da parte quando alega que o perito não dispõe de conhecimento técnico e científico, por falecimento do perito, e por sem motivo legítimo, deixar de cumprir o encargo no prazo que lhe for assinado (HOOG, 2007).

O perito pode formalizar a sua recusa, através de petição inicial ao juiz informando que se recusa do honroso encargo, bem como demonstra as razões de sua recusa, que pode ser o estado de saúde, indisponibilidade de tempo, falta de recursos humanos ou materiais para assumir o cargo e se a matéria não for de seu total domínio (HOOG, 2007).

O assistente técnico deve evitar e denunciar qualquer interferência que possa coagir em seu trabalho ou que possa comprometer sua independência. E tem o direito de dispensar os serviços sempre que reconhecer não estar capacitado a realizá-lo.

Dentro dos limites fixados pela perícia, o perito e os assistentes técnicos podem atuar com ampla liberdade, portanto as normas têm como objetivo de garantir que o profissional não realize nenhum tipo de trabalho que ocorra situações que possa afetar a capacidade de atuar com imparcialidade, pois deve garantir a confiabilidade de opinião.

2.1.8 Execução da perícia

A execução da perícia contábil é realizada pelo perito e assistente no âmbito da perícia judicial que é exercida no poder judiciário e a perícia extrajudicial é exercida no âmbito arbitral, estatal ou voluntária. Contudo, perícia arbitral é exercida sob o controle da lei de arbitragem, e perícias oficial e estatal são executadas sob o controle de órgãos de Estado, e perícia voluntária é contratada espontaneamente pelo interessado ou de comum acordo entre as partes (NBC TP 01, CFC, 2015a).

A execução da perícia se inicia após o juiz nomear o perito, com isso o perito deve comunicar as partes e aos assistentes técnicos sobre a data e o local de início da produção da prova pericial contábil.

- (a) Caso não haja, nos autos, dados suficientes para a localização dos assistentes técnicos, a comunicação deve ser feita aos advogados das partes e, caso estes também não tenham informado endereço nas suas petições, a comunicação deve ser feita diretamente às partes e/ou ao Juízo.
- (b) O perito-assistente pode, tão logo tenha conhecimento da perícia, manter contato com o perito do juízo, colocando-se à disposição para a execução da perícia em conjunto.
- (c) Na impossibilidade da execução da perícia em conjunto, o perito do juízo deve permitir aos peritos-assistentes o acesso aos autos e aos elementos de prova arrecadados durante a perícia, indicando local e hora para exame pelo perito-assistente.
- (d) O perito-assistente pode entregar ao perito do juízo cópia do seu parecer técnico-contábil, previamente elaborado, planilhas ou memórias de cálculo, informações e demonstrações que possam esclarecer ou auxiliar o trabalho a ser desenvolvido pelo perito do juízo (NBC TP 01, CFC, 2015a, texto digital).

O perito assistente após a contratação deve manter contato com o advogado da parte que o contratou para que tenha o conhecimento dos fatos e melhor acompanhamento dos autos processuais para ater ao objeto e ao lapso temporal da perícia e juntos elaborar os quesitos de forma a obter respostas que irão contribuir

para o esclarecimento das questões de interesse da parte, objetivando o ganho da causa.

O perito deve solicitar por escrito todos os documentos e informações relacionadas ao objeto da perícia, fixando o prazo para entrega, através do termo de diligência. Caso ocorra dificuldade na execução pericial deve ser comunicado e comprovado ao juiz, se tratando de perícia judicial ou a parte contratante no caso de perícia extrajudicial. Considerando que o perito deve manter todos os registros de locais e data das diligências, o nome das pessoas que o atendeu, os livros, documentos que utilizou para interesse da perícia realizada (NBC TP 01, CFC, 2015a).

A execução da perícia pode ser realizada com equipe técnica, porém deve ser com orientação e supervisão do perito do juiz, com isso assume a responsabilidade dos trabalhos realizados por pessoas profissionais e com capacidade a executar a perícia.

A documentação preparada pelo perito na execução da perícia integra no processo como prova por intermédio do termo de diligência e outros meios de prova adquirida, estes elementos servirão de suporte para a conclusão formalizada no laudo pericial contábil e no parecer técnico, quando não juntados aos autos, visando fundamentar o laudo ou parecer e comprovar que a perícia foi executada de acordo com os despachos e decisões judiciais e as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TP 01, CFC, 2015a).

Os procedimentos de perícia contábil visa documentar os elementos relevantes que sirva para sustentar as provas e fundamentar as conclusões do laudo ou parecer, comprovando a execução de acordo com as normas de perícia.

A NBC TP 01 (CFC, 2015a) estabelece orientações em relação aos procedimentos que devem ser determinado para os trabalhos periciais. Os seguintes procedimentos:

Exame: a análise de livros, registros das transações e documentos.

Vistoria: diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial.

Indagação: busca de informações através de entrevista com conhecedores do objeto da perícia.

Investigação: pesquisa que busca trazer ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil o que está oculto por qualquer coisa.

Arbitramento: determinação de valores ou a solução de controvérsia por critério técnico.

Mensuração: ato de quantificação física de coisas, bens, direitos e obrigações.

Avaliação: ato de estabelecer o valor de coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas.

Certificação: ato de atestar a informação trazida ao laudo pericial contábil pelo perito-contador dando caráter de autenticidade pela fé pública atribuída a este profissional (CFC, 2009, texto digital, grifo do autor).

De acordo com Juliano (2012, p. 249) “os procedimentos de perícia contábil visam fundamentar as conclusões que serão levadas ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil e abrangem total ou parcialmente, segundo a natureza e a complexidade da matéria”.

Concluídas as diligências e obedecendo aos respectivos prazos, o perito apresentará o seu laudo pericial contábil e o perito assistente o parecer pericial contábil. O perito depois de concluído seu trabalho, fornecerá cópia do laudo pericial contábil ao perito assistente, informando-lhe a data em que o laudo pericial contábil será protocolado. Na situação em que o perito assistente assinar o laudo em conjunto com o perito, o mesmo não mais poderá emitir parecer pericial contrário ao laudo produzido (NBC TP 01, CFC, 2015a).

Planejamento é a fase que antecede o início da perícia, momento em que o perito analisa os autos a serem periciados (MÜLLER; TIMI; HEIMOSKI, 2017), através de pesquisas, cálculos e respostas aos quesitos, na qual o perito do juiz estabelece a metodologia dos procedimentos periciais a serem aplicados, elaborados a partir do conhecimento do objeto da perícia (NBC TP 01, CFC, 2015a).

O objetivo principal do planejamento é identificar o objeto da perícia e traçar os procedimentos do trabalho a ser executado na busca da prova pericial, servindo de base para fundamentar a proposta de honorários, para demonstrar ao Juiz a complexidade, o tempo necessário, às diligências, a equipe técnica a fim evitar que o juiz acabe arbitrando um valor que não seja suficiente para cobrir os custos do trabalho pericial, e definir a natureza dos exames a serem realizados, estabelecer prazos, identificar potenciais, problemas e riscos, e também identificar a legislação aplicável, estabelecer a divisão de tarefas entre a equipe e facilitar a execução e a revisão dos trabalhos (AGUIAR et al., 2006).

Podemos constatar que o planejamento do trabalho é fundamental para o bom desempenho, pois estabelece roteiro a ser executado.

No desenvolvimento da perícia os documentos dos autos servem como suporte para obtenção das informações necessárias para a elaboração do planejamento da perícia. E quando necessário o planejamento deve ser mantido por qualquer meio de registro que facilite o entendimento dos procedimentos a ser aplicado e que sirva de orientação para a execução do trabalho, o planejamento deve ser revisado e atualizado sempre que haja alguma alteração decorrente da perícia (MÜLLER; TIMI; HEIMOSKI, 2017).

Neste momento do planejamento, o perito deve elaborar a proposta de honorários onde deve avaliar os riscos decorrentes das suas responsabilidades e despesas e custos relacionados ao trabalho a ser desenvolvido (NBC TP 01, CFC, 2015a).

Caso a perícia exija a contratação de equipe técnica é neste momento que deve ser montado a equipe de trabalho e identificar os profissionais terceirizados. Além disso, é o momento de elaborar o cronograma, pois o cumprimento de prazos é de suma importância.

No cronograma de trabalho, conforme a NBC TP 01 (CFC, 2015a, texto digital), devem ficar evidente todos os itens aplicados na execução da perícia, como:

40 [...] diligências a serem realizadas, deslocamentos, necessidade de trabalho de terceiros, pesquisas que serão feitas, elaboração de cálculos e planilhas, respostas aos quesitos, prazo para apresentação do laudo e/ou oferecimento do parecer, de forma a assegurar que todas as etapas necessárias à realização da perícia sejam cumpridas.

Contudo, o planejamento da perícia é um procedimento prévio abrangente que se propõe todas as etapas da perícia, o programa de trabalho é uma especificação de cada etapa a ser realizada que deve ser elaborada com base nos quesitos e/ou no objeto da perícia.

O assistente técnico pode desenvolver o planejamento e execução da perícia em três fases sucessivas, ou apenas a primeira e a terceira (ZANNA, 2013), como segue o quadro abaixo:

Quadro 2 – Fases do planejamento e execução do assistente técnico

Fases	Descrição do planejamento e execução
Fase 1	Ler, estudar e interpretar o processo para conhecer os termos da (s) controvérsia (s), o (s) argumento das duas partes e reunir-se com o advogado a quem serve para traçar um plano de ação pericial que convenha aos interesses do cliente.
Fase 2	Colocar-se à disposição do perito judicial para acompanhar as diligências e oferecer seus préstimos para auxiliar o trabalho. Esta ajuda dependerá do grau de confiança técnica e pessoal que o expert depositar no assistente técnico.
Fase 3	Convergir ou divergir do laudo pericial contábil apresentado pelo perito judicial, apresentando então, seu parecer no qual fará todas as críticas técnicas necessárias ao laudo que o colega juntou aos autos. Apresentara os dados, as informações e as provas segundo seu ponto de vista técnico.

Fonte: Adaptado pela autora com base em Zanna (2013).

O Quadro 2 apresenta de forma clara sobre as fases do planejamento e de execução que o assistente técnico exerce no poder judiciário e para elaborar o parecer técnico segue um roteiro, inicialmente analisa tecnicamente o processo em que está atuando, levantando os elementos importantes e enumerando os itens que poderá ir adiantando quando iniciarem as diligências, em seguida colabora com o advogado na formulação dos quesitos, inclusive dos suplementares, posteriormente procura informar ao perito oficial, facilitando seu acesso aos documentos e informações úteis à perícia e verifica o laudo pericial elaborado pelo perito oficial, e explica ao advogado que o contratou sobre as conclusões do laudo oficial e por último elabora o parecer técnico de que concorda ou não com o laudo oficial, se necessário, apresentando as divergências técnicas verificadas (DIAS FILHO; ARAUJO, 2010).

O profissional cumprindo os procedimentos de planejamento e execução na elaboração da perícia e tendo o conhecimento científico e também da matéria do objeto do litígio, facilitará a busca das informações, da apuração de valores e dos dados relevantes para a constatação da verdade.

2.1.9 Termo diligência

De acordo com a NBC TP 01 (CFC, 2015a) o termo de diligência é o instrumento por meio do qual o perito e o assistente técnico solicita documentos, coisas, dados e informações necessárias à elaboração do laudo pericial contábil e do parecer técnico contábil. Serve para orientar ou ajudar na tomada de decisões

judiciais ou extrajudiciais e também para determinar a data, horário e local da perícia, o documento é redigido pelo perito e deve ser apresentado ao perito assistente.

Alberto (2012) afirma que é por esse documento que o perito prova que realizou a visita, requereu livros e documentos conforme descrito no próprio documento.

O termo deve conter os dados que identifique o processo, local e a hora da diligência, os livros e documentos que o perito deseja utilizar deve ser mencionado, a identificação do perito e do representante legal, a assinatura dos dois, o local e data. Assim que formalizado o termo de diligência é o momento de iniciar os exames e as verificações contábeis (ALBERTO, 2012).

2.1.10 Honorários

O perito e o assistente contador devem ser remunerados pelo seu trabalho executado, essa remuneração chama-se honorário, a base desse valor é de acordo com o número de horas para a realização do trabalho, por etapas e pela qualificação dos profissionais.

O profissional contábil deve requerer seus honorários, de acordo com as orientações baseadas na NBC PP 01 (CFC, 2015b). Na elaboração da proposta de honorários, o perito e o assistente devem considerar a relevância, o risco, a complexidade, a quantidade de horas, o pessoal técnico, o prazo estabelecido, a forma de recebimento, entre outros fatores.

A proposta de honorários deve ser estimada de acordo como o número de horas a realizar de trabalho, por etapa e qualificação do profissional, considerando os trabalhos especificados conforme descreve a NBC PP 01 (CFC, 2015b):

- a) retirada e entrega dos autos;
- b) leitura e interpretação do processo;
- c) preparação de Termos de Diligências para arrecadação de provas e comunicações às partes, terceiros e peritos-contadores assistentes;
- d) realização de diligências;

- e) pesquisa documental e exame de livros contábeis, fiscais e societários;
- f) realização de planilhas de cálculos, quadros, gráficos, simulações e análises de resultados;
- g) laudos interprofissionais;
- h) elaboração do laudo;
- i) reuniões com peritos-contadores assistentes, quando for o caso;
- j) revisão final.
- k) despesas com viagens, hospedagens, transporte, alimentação, etc.
- l) outros trabalhos com despesas supervenientes.

O assistente técnico propõe seus honorários para a parte que a procurou, sendo qualificado um valor de honorários proporcional ao do perito e as horas trabalhadas, apresentado através de contrato de prestação de serviço devidamente fundamentado e explicado no contrato que concluirá com seu cliente, observando as normas estabelecidas pelo CFC (JULIANO, 2012).

Os honorários no esclarecimento, caso o perito prestar esclarecimentos sobre o conteúdo do laudo pericial ou do parecer técnico contábil, em atendimento à determinação do juiz ou árbitro, os quais podem não ensejar novos honorários periciais, se forem apresentados para obtenção de detalhes do trabalho realizado, uma vez que as partes podem formulá-los com essa denominação, mas serem quesitos suplementares. (NBC PP 01, CFC, 2015b).

De acordo com o exposto, o perito e o assistente técnico contador avaliam e analisam todas as situações envolvidas no processo e com isso tem base para requerer seus honorários.

2.1.11 Prova pericial

De acordo Ornelas (2011, p. 6) “a prova, no significado comum e geral, visa à demonstração da verdade, ao passo que a prova específica processual civil limita-se à produção da certeza jurídica”.

O Código de Processo Civil (BRASIL, 2015a), art. 464, determina que “a prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação”. Conforme Ornelas (2011) o exame pericial, consiste em inspecionar, analisar e investigar pessoas ou coisas com o objetivo de verificar determinados fatos relacionados com o objeto da perícia,

e a vistoria Pericial, é o trabalho desenvolvido pelo perito com o objetivo de verificar no local o estado ou situação de determinada coisa e por último a avaliação pericial, implica atribuir valor a bens móveis e imóveis, inventários, partilhas, penhoras e etc.

As provas em geral e as contábeis servem para demonstrar os fatos econômicos, financeiros, tributáveis, trabalhistas, previdenciários, secundários e outros de natureza contábil. São inseridas no estágio de conhecimento do processo com o escopo de comprovar as alegações feitas nas peças processuais precedentes (contestação, réplica, tréplica). Tendo como objetivo de convencer o magistrado da verdade do que afirmam as partes (ZANNA, 2011).

A prova pericial na perícia contábil é de suma importância, pois é baseado nas provas que o perito se fundamenta para elaborar o laudo pericial e o parecer técnico, com o objetivo de atingir e revelar a verdade.

2.1.12 Laudo

O laudo é considerado um produto final da perícia, é uma história contada e limitada sobre os fatos que deram andamento ao processo judicial. (JULIANO, 2012). É uma peça que comprova a escrita objetiva, clara e precisa no qual o perito contador expõe as circunstâncias, as observações e estudos que fez e registrou as conclusões fundamentadas da perícia (HOOG, 2007).

Alberto (2012, p. 126) descreve laudo pericial:

[...] é o documento produzido, o relatório, enfim, pericial e deve conter expor claramente as circunstâncias de sua elaboração, expondo ao usuário as observações e estudos efetuados a respeito da matéria e, principalmente, os fundamentos e as conclusões a que chegou. Vê-se, assim que os laudos devem conter determinados aspectos e têm características intrínsecas razoavelmente delimitadas.

Na NBC TP 01 (CFC, 2015a, texto digital) define em sua redação o laudo pericial:

O laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil são documentos escritos, nos quais os peritos devem registrar, de forma abrangente, o conteúdo da perícia e particularizar os aspectos e as minudências que

envolvam o seu objeto e as buscas de elementos de prova necessários para a conclusão do seu trabalho.

O laudo conterá as respostas pertinentes às questões formuladas pelo juiz e pelas partes, com argumentação e opinião do perito. A apresentação do laudo deve ser de boa qualidade, com objetividade, rigor tecnológico, concisão, argumentação, exatidão e clareza (SÁ, 2007).

O perito deve observar as perguntas efetuadas pelo juízo e/ou pelas partes, no momento próprio dos esclarecimentos, pois o ato se limita às respostas dos quesitos integrantes do laudo ou do parecer e às explicações sobre o conteúdo em questão ou sobre a conclusão (NBC TP 01, CFC, 2015a).

Conforme Juliano (2012, p. 67) “os quesitos são perguntas que as partes ou o juiz fazem ao perito, visando ao esclarecimento de fatos constantes no processo, porém restritos a matéria da perícia. Os quesitos formulados estão sujeitos a aprovação do juiz”.

Os quesitos são perguntas de natureza técnica ou científica naturalmente relacionada a pontos fixados pelo magistrado ou pelo tribunal arbitral, a serem respondidas pelo perito (ORNELAS, 2011). Sendo respondidos com clareza e com entendimento suficiente para que o juiz e as partes entendam, ou seja, as repostas dos quesitos não são aceitas com um simples sim e não.

Conforme Juliano (2012 p. 48) “o perito buscará sempre escrever os seus laudos de forma simples, para que o objetivo de seu trabalho seja alcançado: o de esclarecer do melhor jeito o juiz e as partes do processo, quanto ao objeto da perícia”.

Conclui que o laudo é um documento escrito onde o perito expõe os estudos realizados e as conclusões que chegou, sendo claro e objetivo para atender as necessidades do julgador.

2.1.13 Parecer contábil

O parecer contábil é o trabalho elaborado pelo assistente técnico de confiança da parte que a contratou, fornece sua opinião técnica, crítica ou de concordância a respeito do laudo pericial contábil oferecido pelo perito judicial (ORNELAS, 2011).

De acordo com o Juliano (2012, p. 48) “a construção do parecer do assistente precisa ser sólida, de forma que as contestações feitas ao laudo do perito, tenham força suficiente para substituir o que ele diz”.

O laudo e o parecer devem contemplar o resultado final alcançado por meio de elementos de prova inclusos nos autos ou arrecadados em diligências que o perito tenha efetuado, por intermédio de peças contábeis e quaisquer outros documentos, tipos e formas (NBC TP 01, CFC, 2015a).

O assistente contábil adotará um padrão próprio, respeitando a estrutura prevista na norma, que serão registrados de forma circunstanciada, clara e objetiva, sequencial e lógica, o objeto da perícia, os estudos e observações realizadas, as diligências executadas para a busca de elementos de prova necessários, a metodologia e critérios adotados, os resultados devidamente fundamentados e as suas conclusões (NBC TP 01, CFC, 2015a).

De acordo com NBC TP 01 (CFC, 2015a, texto digital), o laudo e o parecer contábil devem conter a estrutura no mínimo com os seguintes itens:

- (a) identificação do processo e das partes;
- (b) síntese do objeto da perícia;
- (c) resumo dos autos;
- (d) metodologia adotada para os trabalhos periciais e esclarecimentos;
- (e) relato das diligências realizadas;
- (f) transcrição dos quesitos e suas respectivas respostas para o laudo pericial contábil;
- (g) transcrição dos quesitos e suas respectivas respostas para o parecer técnico-contábil, onde houver divergência das respostas formuladas pelo perito do juízo;
- (h) conclusão;
- (i) termo de encerramento, constando a relação de anexos e apêndices;
- (j) assinatura do perito: deve constar sua categoria profissional de contador, seu número de registro em Conselho Regional de Contabilidade, comprovado mediante Certidão de Regularidade Profissional (CRP) e sua função: se laudo, perito do juízo e se parecer, perito-assistente da parte. É permitida a utilização da certificação digital, em consonância com a

legislação vigente e as normas estabelecidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil;
(k) para elaboração de parecer, aplicam-se o disposto nas alíneas acima, no que couber.

As informações apresentadas no laudo e no parecer técnico têm a necessidade de ser verdadeiras, caso ocorra o descumprimento das normas o perito responderá pelos seus atos e prejuízos causados.

Na conclusão do laudo e do parecer o perito e o assistente devem considerar as formas citadas nos seguintes itens:

- (a) omissão de fatos: o perito do juízo não pode omitir nenhum fato relevante encontrado no decorrer de suas pesquisas ou diligências, mesmo que não tenha sido objeto de quesitação e desde que esteja relacionado ao objeto da perícia;
- (b) a conclusão com quantificação de valores é viável em casos de: apuração de haveres; liquidação de sentença, inclusive em processos trabalhistas; resolução de sociedade; avaliação patrimonial, entre outros;
- (c) pode ocorrer que, na conclusão, seja necessária a apresentação de alternativas, condicionada às teses apresentadas pelas partes, casos em que cada uma apresenta uma versão para a causa. O perito deve apresentar as alternativas condicionadas às teses apresentadas, devendo, necessariamente, ser identificados os critérios técnicos que lhes deem respaldo;
- (d) a conclusão pode ainda reportar-se às respostas apresentadas nos quesitos;
- (e) a conclusão pode ser, simplesmente, elucidativa quanto ao objeto da perícia, não envolvendo, necessariamente, quantificação de valores (NBC TP 01, CFC, 2015a, texto digital).

Entende que no parecer contábil o perito assistente transcreve os quesitos onde houver divergências total ou parcial na resposta, apresentando a resposta do perito e a sua resposta com justificativas.

A entrega do laudo e do parecer técnico deve ser entregue via original no poder judiciário devidamente protocolado, o profissional fica com a segunda via do protocolo, assim terá a prova que entregou o trabalho (ORNELAS, 2011).

Após a entrega do laudo e do parecer, podendo ocorrer à solicitação de esclarecimentos sobre o trabalho periciado, determinado pela autoridade competente, por motivos de obscuridade, incompletudes, contradições ou omissões. Os esclarecimentos podem ser prestados de forma escrita, os pedidos de esclarecimentos deferidos e apresentados ao perito, no prazo legal, devem ser prestados por escrito, e de forma oral: os pedidos de esclarecimentos deferidos e

apresentados, no prazo legal, ao perito para serem prestados em audiência podem ser de forma oral ou escrita (NBC TP 01, CFC, 2015a).

Conclui que os laudos e pareceres devem ser emitidos pelos peritos contadores, respeitando as normas, contendo a opinião técnica, imparcial e precisa, trazendo o resultado final alcançado através da perícia realizada e dos fatos encontrados.

2.2 Mercado de trabalho

O mercado de trabalho dos peritos é vasto, basta o profissional perito se especializar na área, ter qualidade, conhecimento sobre a prática e cumprir os prazos determinados pelo juiz, que surgirá grandes chances de fazer carreira.

Conforme Alberto (2012), a finalidade principal da perícia contábil é a de apontar os haveres monetariamente mensurados ou avaliados, podendo ser adotada em diversos tipos de ações judiciais tais como: Ações de Alimentos; Ações de Inventário; Dissoluções de Sociedade; Desapropriações; Reclamações Trabalhistas; Fundo de Comércio; Consignatórias; Verificação de Livros e Documentos; Executivas; Impugnações de créditos; Indenizatórias e outros.

O mercado de trabalho para o profissional é promissor, pois, além do expressivo número de processos judiciais que são discutidos atualmente, considerando que para cada demanda poderá existir a figura de dois assistentes técnicos, um para cada parte litigante.

O profissional perito se torna conhecido como perito, pois prestou serviço como assistente técnico das partes, de particulares ou de empresas de todos os portes e em decorrência do sucesso e do conhecimento obtido é reconhecido como perito. Considerando que o trabalho do assistente técnico surge a partir da nomeação das partes no processo, podendo ser através de quatro maneiras. (JULIANO, 2012).

A primeira forma é ele sendo apontado pelo perito judicial, com experiência na área. As partes procuram para atuar como pessoa de conhecimento técnico científico de sua confiança no processo, pois a parte terá melhores chances na elaboração da prova pelo perito, pois o assistente acompanhará o seu trabalho, assim evitando equívocos.

A segunda maneira é quando a parte tem direito de indicar um assistente, procura qualquer pessoa que conhece a perícia. Às vezes, acaba por indicar um amigo que não lhe cobrará muito pelo encargo que exercerá.

A terceira quando a empresa privada ou a administração pública nomeia um funcionário de seus quadros sem conhecimento de perícia, mas com o conhecimento nas atividades da empresa.

E em quarto, em processos grandes que gera muito trabalho, a parte geralmente empresa, contrata profissionais experts na matéria específica da perícia.

Juliano (2012) determina que as tarefas do assistente técnico na perícia é prestar assessoramento técnico e científico ao advogado na montagem inicial do processo, auxiliar o advogado nos quesitos que serão apresentados no processo, interagir com os funcionários da empresa ligados ao objeto da perícia judicial, informar ao advogado acerca da necessidade de apresentação de quesitos suplementares, pois ele é a pessoa mais indicada para detectar a sua utilidade e o momento certo de apresentação.

Além disso, o assistente técnico deve conhecer todos os prazos relativos a si e ao perito, saber como os peritos costumam pensar e agir, alertar o perito sobre as possíveis distorções, ajudando-o a especificar os quesitos e suas respostas, para que não venham a ocorrer danos graves, tendo em vista que a parte adversa tende a distorcer os fatos com os seus próprios quesitos (JULIANO, 2012).

E após a entrega do laudo por parte do perito nomeado pelo juiz, quando o assistente não concordar com este, apresenta o seu parecer nos autos em separado, no qual fará críticas, ponto a ponto e assim complementará e indicará o laudo do perito, apresentando cálculos equivocados, omitidos ou distorcidos os fatos e técnicas importantes (JULIANO, 2012).

Considerando a remuneração é condizente com sua responsabilidade e importância no desenrolar de um processo. Sá (2009, p. 209) exemplifica que, “quando as causas muito interessam a poderosos litigantes, a remuneração do assistente é muito maior que aquela que um magistrado venha a entender como razoável para efeitos processuais”.

Com isso podemos identificar que o trabalho do perito e do assistente é bastante diligente, pois o profissional preenche um espaço relevante e imprescindível perante a justiça e a sociedade.

2.3 Justiça do trabalho

A Justiça do Trabalho é um órgão do poder Judiciário que tem como principal atribuição solucionar os litígios relacionados principalmente com a relação de trabalho. Está em três graus de jurisdição em primeiro grau a Vara do Trabalho, em segundo grau os Tribunais Regionais de Trabalho e em terceiro grau os Tribunais Superiores do Trabalho (SANTOS 2008).

A Vara do Trabalho é a primeira instância das ações da competência da Justiça do Trabalho, sendo competente para julgar e conciliar conflitos individuais surgidos de relação trabalhista. A Vara é composta por Juiz do Trabalho titular e um Juiz do trabalho substituto (TST, 2019).

Os Tribunais Regionais do Trabalho tem como competência apreciar recursos ordinários e agravos de petição, e originalmente contemplam dissídios coletivos, ações rescisórias, mandados de segurança, entre outros. O TRT constitui em 2º instância da justiça do Trabalho no Brasil, atualmente são 24 tribunais regionais que estão distribuídos pelo território nacional (TST, 2019).

O Tribunal Superior do Trabalho tem sede em Brasília-DF e jurisdição em todo território nacional, é órgão máximo da Justiça do Trabalho, conforme o artigo 111, inciso I, da Constituição da República, cuja função consiste em unificar a jurisprudência trabalhista brasileira (TST, 2019).

Cada grau de jurisdição possui competências para apreciar determinadas ações ou matérias específicas. A demanda trabalhista é proposta nas Varas do Trabalho e passa pelos demais graus de jurisdição apenas em caso de interpretação de recurso (SANTOS, 2008).

2.3.1 Processos na Justiça do Trabalho

O processo trabalhista apresenta as fases a serem cumpridas de uma ação trabalhista, considerando desde o ajuizamento da petição inicial até a tentativa de solução do processo.

O reclamante formula a pretensão e a fundamenta, isso é a petição inicial, considerado o início do processo. “O juiz não pode deferir além do pedido e é por tal motivo que o conteúdo da petição inicial muitas vezes pode ser importante para interpretar o que foi decidido e o que deve ser calculado” (SANTOS, 2008, p. 37).

Considerando que o reclamante deve expor os fatos e fundamentos de suas pretensões, formular seu pedido, atribuir valor a causa e apresentar os documentos que entender necessário para comprovar suas alegações (FREDIANI, 2011).

A citação é fundamental para dar seguimento no processo, visto que, sem a comunicação do réu, não é possível dar andamento no processo. Porém, a citação pode ser dispensada nos casos em que o réu comparece espontaneamente (LEITE, 2018).

Em sequência ocorre à audiência, o juiz ouvirá as alegações das partes e de suas testemunhas. Normalmente ocorrem as audiências em público, salvo se o processo ocorra em segredo de justiça (FREDIANI, 2011).

A audiência permite que o empregado e empregador conversem sobre a possibilidade de conciliação. Em caso positivo, o juiz homologará o acordo por meio de uma sentença, ficando o empregador obrigado a cumprir os termos, sob pena de multa e execução. Caso não haja acordo, será marcada outra audiência,

de instrução e julgamento para ouvir testemunhas e ter a decisão do juiz. Contudo, é comum que o juiz adie a sentença (MARTINS, 2014).

A contestação é a forma de o réu responder a ação do autor, que significa a negação, resistência, discussão, debate. Com o conhecimento do processo a contestação é uma modalidade de resposta do réu pela qual exerce seu direito fundamental de defesa em face da ação ajuizada pelo autor (LEITE, 2018).

Santos (2008) afirma que no processo a resposta do réu é apresentada na primeira audiência podendo produzir de imediato toda a prova necessária e podendo ocorrer o encerramento da instrução, porém muitas vezes é promulgada a sentença.

A sentença é dada pelo juiz após análise e apreciação da fundamentação da petição inicial, da contestação do reclamado, das provas apresentadas pelas duas partes e também do laudo pericial, se for o caso (SANTOS, 2008).

Leite (2018) define que sentença nada mais é do que uma peça processual calcadas num silogismo: a premissa maior (lei), a premissa menor (fator que gravitam em torno do caso) e o dispositivo (Conclusão). A sentença é o ato pelo qual o Juiz põe fim ao processo, decidindo ou não o mérito da causa.

O sentido de liquidação é tornar clara a sentença quanto a valores. A sentença é líquida, quando especificada a qualidade, quantidade e natureza de objeto, considerando líquida quando calculado o seu valor (MARTINS, 2014).

A liquidação pode dar-se por cálculos, por artigos e por arbitramento. A liquidação por cálculos é realizada por meio de cálculos aritméticos, no entanto, tudo o que for necessário para a realização dos cálculos já deve estar nos autos (SANTOS, 2008).

Pode-se ter uma visão geral das fases e conceitos utilizados na justiça do trabalho referente à demanda de um empregado pleiteando seus direitos, desde o ajuizamento até a liquidação, ou seja, até o reconhecimento do crédito em face de um empregador.

2.4 Legislação trabalhista

Serão abordados os principais componentes que integram a remuneração na relação de trabalho, com o sentido de cumprir fielmente a lei e evitar litígios.

2.4.1 Folha de pagamento

A folha de pagamento é documento obrigatório do empregador conforme determina a lei CLT, nela são registrados mensalmente todos os proventos e descontos dos empregados. Considerando que o salário ou a remuneração é a contraprestação devida e paga diretamente pelo empregador a todo empregado. Podendo ser pago de forma mensal, quinzenal, semanal ou por dia, por tarefa ou por unidade produzida. (OLIVEIRA, 2012)

A remuneração é “a totalidade dos bens fornecidos ou devidos ao empregado pelo trabalho prestado” (SANTOS, 2008, p. 114). Conforme a CLT dispõe, a remuneração compreende além do salário, as gorjetas, as gratificações legais e as comissões (BRASIL, 1943).

De acordo com artigo 459 da CLT dispõe que quando o pagamento do salário tenha sido estipulado por mês, deverá ser efetuado, o mais tardar, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido (BRASIL, 1943).

A CLT determina o limite de tempo que o empregado fica à disposição ao empregador, o limite da duração da jornada de trabalho é de acordo com o artigo 58 da CLT, a duração normal do trabalho para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite. Em caso de variações de horário no registro de ponto que não seja excedente de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários, não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária (BRASIL, 1943).

Considerando a jornada de trabalho diária superior a 6 (seis) horas é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo de 1 (uma) hora e salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas. E estes intervalos de descanso não são computados na duração do trabalho (BRASIL, 1943).

O artigo 66 e 67 da CLT determina que entre 2 (duas) jornadas de trabalho deverá ter um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso do empregado e que todo empregado deve ter um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte (BRASIL, 1943).

De acordo com o artigo 59 da CLT a duração diária de trabalho não pode excedente à duas horas, são considerados como horas extras, e esta remuneração extra o empregador deve pagar no mínimo mais 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal (BRASIL, 1943).

A realização da jornada de trabalho no período entre as 22 horas de um dia e às 5 horas do dia seguinte, considera trabalho no período noturno, que terá a remuneração superior a do diurno e, para esse efeito a remuneração terá um acréscimo de 20 % (vinte por cento), pelo menos, sobre a hora diurna, conforme artigo 73 da CLT (BRASIL, 1943).

O controle da jornada de trabalho deve ocorrer através do registro ponto, pois através deste registro têm como comprovar o cumprimento da jornada de trabalho, se realizou horas extras ou teve falta e atrasos.

No trabalho, as operações ou atividades que expõe os empregados ao local insalubre, ou seja, a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, garante ao empregado o direito ao adicional de insalubridade, conforme art. 189 da CLT (BRASIL, 1943).

O trabalho em condições insalubres assegura o recebimento de um adicional sobre o salário mínimo nacional, considerados entre graus mínimo, 10%, médio, 20%, e máximo, 40%, conforme art. 192 da CLT (BRASIL, 1943). Esse adicional

integra o salário do empregado para efeito dos cálculos de horas extras, noturnas e os descontos por faltas injustificadas.

O empregado expostos a situações perigosas, sendo de risco com inflamáveis, explosivos, energia elétrica, roubos ou outras espécies de violência física nas atividades laborais, recebe o direito ao adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento) sobre o salário efetivo.

A folha de pagamento engloba várias variáveis trabalhistas, aqui foram expostas as principais apresentadas pela legislação trabalhista.

2.4.2 Férias

Considerado o período de repouso que o trabalhador recupera suas energias para posteriormente retornar ao seu trabalho com maior desempenho e dedicação. Considerando que empregado terá direito anualmente ao gozo de 30 dias de férias, sem prejuízo da remuneração.

De acordo com a CLT, após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a 30 dias de férias, as férias serão concedidas pelo empregador até os 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito. As férias podem ser gozadas em um único período de 30 dias, ou se houver concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um (BRASIL, 1943).

É facultado ao empregado vender 1/3 (um terço) das férias. Este procedimento é conhecido como abono pecuniário. Consequentemente, é direito do empregado converter parte das férias em dinheiro, desde que solicitado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias ao término do período aquisitivo (BRASIL, 1943).

As férias são remuneradas e tem acréscimo de pelo menos, um terço a mais em relação ao salário normal do trabalhador. Se caso as férias forem concedidas após o prazo legal, ou seja, depois dos doze meses subsequentes ao período aquisitivo, o empregador deverá pagar em dobro remuneração respectiva (BRASIL, 1943).

2.4.3 13º salário

O décimo terceiro salário, também conhecido como gratificação natalina, a lei define que no mês de dezembro de cada ano, é devido a todo empregado uma gratificação salarial correspondente a 1/12 (um doze) avos da remuneração paga em dezembro, por mês de serviço. Esta norma jurídica determina que compreende a um mês de serviço a fração igual ou maior de 15 (quinze) dias de trabalho na empresa (OLIVEIRA, 2012; SANTOS, 2008).

Quanto ao pagamento da gratificação, o prazo para do adiantamento do 13º salário deve ser entre os meses de fevereiro a novembro do referido ano, enquanto que a segunda parcela deve ser quitada até o dia 20 (vinte) de dezembro do ano correspondente, sendo compensado o adiantamento. Também deve ser adiantado o 13º salário nos casos em que o empregado gozar de férias e solicitar no mês de janeiro do respectivo ano. (OLIVEIRA, 2012)

O valor da gratificação, conforme Santos (2008), é calculado em proporção ao tempo trabalhado, em relação ao salário fixo e também as demais parcelas habitualmente recebidas pelo empregado, como por exemplo, a comissão, as horas extras, adicional noturno. Assim, pode-se dizer que o décimo terceiro salário é um benefício que o empregado recebe por trabalhar durante o ano ou um período do ano.

2.4.4 Encargos sociais: INSS, IRRF e FGTS

O INSS é o Instituto Nacional da Seguridade Social que é o órgão do Ministério da Previdência Social, o IRRF é o Imposto de Renda Retido na Fonte que é administrado pela Receita Federal. Estes são descontados em folha de pagamento do empregado e recolhidos pelo empregador para os respectivos órgãos. O FGTS é o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e é um depósito do empregador para uma conta vinculada na Caixa Econômica Federal.

A contribuição ao INSS incide sobre a remuneração do empregado e a alíquota é estabelecida de acordo com o valor do salário de contribuição do empregado. A partir do salário de contribuição, realiza-se o enquadramento na tabela de alíquotas vigente. Através da aplicação da alíquota sobre o salário contribuição, tem-se o valor da contribuição ao INSS.

A tabela de alíquotas de INSS com valores dos salários de contribuição e percentuais é reajustada anualmente (BRASIL, 1991). A alíquota para recolhimento pode ser de 8%, 9% ou 11%, conforme Quadro 2, vigente para o ano de 2019:

Quadro 3 – Contribuição mensal do INSS

Salário de Contribuição (R\$)	Alíquota (%)
Até 1.751,81	8%
De 1.751,82 até 2.919,72	9%
De 2.919,73 até 5.839,45	11%

Fonte: Adaptado pela autora com base em INSS (2019, texto digital).

A contribuição ao INSS possui um limite máximo de valor a ser descontado do empregado, em 2019 o salário máximo de contribuição é de R\$ 5.839,45, onde todas as remunerações devem ser somadas e enquadradas conforme Quadro 3 (BRASIL, 1991; INSS, 2019).

O IRRF incide sobre os rendimentos recebidos provenientes do trabalho assalariado, conforme disposto no Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (BRASIL, 2018), conhecido como Regulamento do Imposto de Renda. O IRRF é calculado sobre rendimentos tributáveis com base na tabela progressiva, deduzidos o INSS devido e caso possuir dependentes, a quantia estipulada por cada um, que é correspondente ao valor de R\$ 189,59 desde 2015 (BRASIL, 2015b).

Quadro 4 – Cálculo do IRRF

Base de cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir do IRPF(R\$)
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5%	R\$ 142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15%	R\$ 354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5%	R\$ 636,13
Acima de 4.664,68	27,5%	R\$ 869,36

Fonte: Adaptado pela autora com base em BRASIL (2015, texto digital).

O Quadro 4, é conhecido como Tabela Progressiva, que apresenta a base de cálculo para enquadramento, alíquota incidente sobre a base de cálculo e a parcela a deduzir. A parcela a deduzir representa o valor que deve ser diminuído do resultado entre a multiplicação da base de cálculo e a alíquota (BRASIL, 1999; BRASIL, 2015b). Desde o ano de 2015 a tabela não possui atualização, mas sempre que forem necessárias apurações referentes a períodos anteriores, é preciso realizar as apurações com base nas respectivas tabelas do respectivo período.

O FGTS foi criado pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, e hoje é regido pela Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e tem as normas regulamentares no Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990. O empregador tem obrigação de depositar, mensalmente, até o dia 07 de cada mês, em conta vinculada, o valor correspondente a 8% sobre a remuneração, ou seja, todas as verbas, pagas ou devidas, no mês anterior como forma de retribuição pelo serviço prestado, esse valor é chamado de FGTS (BRASIL, 1990a; BRASIL, 1990c; SANTOS, 2008).

No caso de extinção do contrato de trabalho, por meio de demissão partindo do empregador, sem justa causa, é dever de o empregador depositar o valor referente ao mês de rescisão e os anteriores, caso não tenha ocorrido no prazo correto. O empregador ainda depositará uma indenização que seja igual a quarenta por cento do montante de todos os depósitos realizados durante o período de contrato de trabalho, atualizados monetariamente e com respectivos juros, e não é permitida a dedução dos saques ocorridos (BRASIL, 1990a).

A legislação trabalhista apresenta os encargos de INSS e IRRF como desconto em folha de pagamento e o valor de FGTS é um depósito para uma conta da Caixa Econômica Federal vinculada ao empregado como garantia de seus serviços prestados e podendo usufruir quando for demitido por parte da empresa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o alcance dos objetivos propostos, foram utilizados alguns procedimentos metodológicos que foi apresentado de forma clara, explicativa, detalhada, todas as ações desenvolvidas no trabalho de pesquisa para a solução do problema.

3.1 Tipo de pesquisa

Segundo Beuren (2009), as tipologias de delineamento de pesquisa que melhor se aplicam considerando as particularidades da contabilidade, estão agrupadas em três conjuntos: pesquisa quanto à abordagem do problema, quanto aos objetivos e quanto aos procedimentos.

A abordagem do problema ocorre por pesquisa qualitativa ou quantitativa. Quanto aos procedimentos, ela pode se dar em forma de estudo de caso, levantamento, pesquisa bibliográfica, documental, participante ou experimental. Referente aos objetivos, a pesquisa pode ser dos tipos exploratória, descritiva ou explicativa (BEUREN, 2009; GIL, 2012).

O presente estudo foi realizado com base em um processo judicial de reclamatória trabalhista, que necessitou do laudo pericial para efetuar os cálculos de liquidação de sentença na conclusão do processo.

Em seguida apresenta-se a caracterização quando ao modo de abordagem do problema, caracterização quanto ao procedimento técnico e caracterização quanto ao objetivo.

3.2 Quanto a abordagem do problema

Quanto ao modo da abordagem pode ser classificada em três formas, a qualitativa, a quantitativa e uma mistura das duas (CHEMIN, 2015). Nesta pesquisa será utilizada a metodologia qualitativa e quantitativa.

Segundo Gonçalves e Meirelles (2004, apud CHEMIN, 2015) a pesquisa qualitativa trata da verificação de valores, atitudes, percepção do público pesquisado, com o objetivo principal de compreender o estudo com profundidade.

Para Beuren (2009, p. 92) “na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo”.

Em relação a abordagem quantitativa Chemin (2015) define que nesse tipo de pesquisa é necessário apresentar os resultados investigados de forma ordenada e resumida, para a análise de dados, podendo ser apresentado através de tabelas e de gráficos.

Chemin (2015) afirma que uma pesquisa pode ser abordada utilizando os dois métodos, a qual autora conceitua como sendo pesquisa quali-quantitativa e quanti-qualitativa. Considerando que os pontos fortes e fracos dos procedimentos se completam, podendo tornar a pesquisa mais profunda.

A presente pesquisa foi desenvolvida utilizando as abordagens qualitativas, tratando de dados coletados com intuito de analisar profundamente o processo na justiça do trabalho. E quantitativa, tendo como objetivo de calcular o valor da reclamatória trabalhista com base no que está definido na sentença.

3.3 Quanto aos procedimentos técnicos

Os procedimentos são a forma que se guia o estudo e como se consegue os dados para o desenvolvimento do mesmo (BEUREN, 2009). Esta pesquisa teve como procedimentos a pesquisa documental e o estudo de caso.

Documental por ser realizada através de materiais e documentos anexos ao processo trabalhista, como: folhas de pagamento, cartão ponto, dados dos trabalhadores, a sentença e o laudo. E também foi um estudo de caso para analisar profundamente o processo trabalhista para obter informações detalhadas.

A pesquisa documental segundo Beuren (2009) explica que são materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa em questão. Buscando documentos não editados, onde a coleta e análise deles podem exigir esforços, e que estes esforços mostram a dedicação e coragem do pesquisador e a confiança que a pesquisa proporcionará.

O estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir seu amplo e detalhado conhecimento. Sendo que o estudo de caso tem diferentes propósitos quando da sua utilização:

- a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
- b) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação;
- c) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos (GIL, 2012, p. 58).

No estudo de caso as normas a serem seguidas pelos pesquisadores são mais flexíveis do que nos outros tipos de procedimentos, mas exige maior número de decisões por parte deles. Também requer diversas habilidades e conhecimento dos pesquisadores (GIL, 2012).

3.4 Quanto aos objetivos

Relativos aos objetivos da pesquisa têm as seguintes: pesquisa exploratória, descritiva ou explicativa. (BEUREN, 2009; CHEMIN 2015; GIL 2012). Com base nos objetivos expostos, a pesquisa será exploratória e descritiva.

De acordo com Gil (2012, p. 27) define que as pesquisa exploratórias:

[...] são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Esse tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

A pesquisa descritiva segundo Gil (2012, p. 28), “[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Diante do citado, o estudo buscou analisar se o processo de reclamatória trabalhista apresenta conformidades nos resultados e se os cálculos atende ou não os critérios da sentença.

3.5 Unidade de população e amostra

Considera que a população e amostra são as informações do ambiente que virá a ser examinado. A população é tudo o que possuir informações pertinentes ao problema de pesquisa e a amostra seria uma parte da população delimitada. (CHEMIN, 2015).

A população é formada pelo total de elementos diferentes entre si, mas que possuem características semelhantes. População, enquanto objeto de pesquisa, pode ser o total de indivíduos diferentes, agrupados em uma situação semelhante e ao delimitar determinada fração da população tem-se a amostra (BEUREN, 2009).

A amostra tem vantagens pela diminuição dos custos, mais facilidade no controle da análise, mais rapidez e melhor análise. Porém o ponto negativo da

amostra encontra a sujeição ao erro, pois, ao analisar determinado grupo de uma população, corre o risco de generalizar as conclusões obtidas, enquanto que analisando a população no total, as conclusões podem estar distorcidas (BEUREN, 2009).

Diante disto, a população foi o processo trabalhista disponibilizado pela Vara de Trabalho e a amostra foi o laudo pericial de liquidação de sentença, apresentados pelas partes. A amostra foi selecionada pelo critério de constar a documentação mais completa para análise, e outro critério foi por constar dois cálculos de liquidação, sendo um pelas partes e outro pelo perito do juiz.

3.6 Coleta de dados

A coleta de dados pode ser dividida em pesquisa documental ou pesquisa bibliográfica. Como já afirmado nos procedimentos, a pesquisa documental é aquela que ainda não recebeu tratamento dos dados, também definida como fontes primárias. Já a pesquisa bibliográfica, baseia-se em estudos já realizados e publicados e é definida como fonte secundária (BEUREN, 2009; GIL, 2012).

Gil (2012) define que as principais técnicas de coleta de dados da pesquisa social são observação, entrevista, questionário, escala social e pesquisa documental. As técnicas devem ser utilizadas nos trabalhos de acordo com seu objetivo.

Para o alcance dos objetivos foi realizada a pesquisa bibliográfica, examinando livros, legislação e normas trabalhistas e demais assuntos relacionados. Posteriormente foi realizada a pesquisa documental, buscando processos na Vara do Trabalho de Lajeado, realizou-se uma seleção de processos e após iniciou a análise da sentença e do laudo selecionado.

3.7 Tratamento de dados

Após a coleta dos dados, em etapa posterior, nesta pesquisa estes foram analisados e interpretados, visando a resolução do problema e alcançando os objetivos propostos.

A análise documental ocorreu a partir do processo coletado na Vara do Trabalho do município de Lajeado/RS. Foi realizada a análise e descrição do processo selecionado, a verificação das verbas deferidas na sentença, a análise do laudo pericial do assistente, e por fim, apurou-se os cálculos conforme determinado em sentença e comparado com o laudo pericial do assistente, após demonstrado as apurações no parecer contábil.

Estas fases de análise e interpretação estão extremamente relacionadas. Conforme explica Gil (2012, p. 156):

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos.

Análise é trabalhar com todos os elementos e dados obtidos, transformando-os em informações para resolver o problema. A análise ocorre de forma sistematizada, primeiramente deve encontrar formas para organizar o que foi coletado na pesquisa, e posteriormente, analisar e interpretar com profundidade esses dados. (BEUREN, 2009)

3.8 Limitações do método

A pesquisa teve limitações, principalmente referentes ao universo a ser estudado. Inicialmente para conseguir atingir os objetivos da pesquisa foi necessário limitar o conteúdo, como afirma Gil (2012) se torna impossível abranger todo universo.

Esta pesquisa teve como limitações a dificuldade de acesso aos processos atuais liquidados na Vara do Trabalho do município de Lajeado/RS. Em um primeiro momento tive dificuldades ao acesso de processos liquidados recentemente, alguns processos foram liberados, porém com a data de liquidação mais antiga. Outra limitação foi à impossibilidade do acesso aos documentos originais das partes, dificultando a compreensão e análise de alguns dados e informações. E também tive limitação de encontrar modelo de parecer contábil trabalhista. Mas diante dos processos disponibilizados, foi possível a análise e conclusão desta pesquisa.

4 CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO

Neste capítulo são apresentadas as principais características do processo. O presente estudo foi realizado com base em reclamatória trabalhista da Vara do Trabalho de Lajeado – RS.

Para a escolha do processo trabalhista buscou-se que este apresentasse a documentação completa como: a sentença, acórdão, anexos e principalmente laudo pericial de liquidação realizados por peritos contadores ou assistentes técnicos.

O processo selecionado foi do ramo alimentício, a reclamante pessoa física ajuizou a reclamação trabalhista ao empregador em 04/09/2015, informando que foi admitido em 22/04/2013 e no momento da postulação da reclamação trabalhista possuía contrato vigente. Alega, em síntese, que faz jus a parcelas decorrentes do contrato de trabalho.

A reclamante requisitou na petição inicial diferenças de adicional de insalubridade, as diferenças decorrentes da base de cálculo e incidências em outras parcelas. Requer da jornada de trabalho as diferenças de horas extras (excedentes ao regime compensatório de 44 horas semanais, inclusive noturnas), as horas trabalhadas em domingos e feriados, o intervalo intrajornada e interjornada. Inclusive o tempo de troca de uniforme e também as horas *in Itinere* que é o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno. E a indenização do art. 467 da CLT, assistência judiciária gratuita. Os pedidos ajuizados pela reclamante foram aceitos parcialmente.

Conforme a sentença e o acórdão foram ajuizados os seguintes quesitos uma hora por dia de trabalho, pela consideração da jornada *in itinere*, relativamente ao término da jornada, com acréscimo praticado pela reclamada no curso do contrato para as horas extras ou o estabelecido nas normas coletivas juntadas, avaliando o que for mais benéfico, resguardado o mínimo legal de 50% e com reflexos em descansos semanais remunerados e feriados, 13º salário, férias com um terço e FGTS.

O pagamento do adicional de horas extras em relação àquelas destinadas à compensação, e da hora acrescida do adicional quanto àquelas que ultrapassarem a carga horária semanal ordinária, bem como para determinar que as horas extras devidas sejam apuradas minuto a minuto, com a incidência do adicional e reflexos, com base nos cartões pontos juntados aos autos.

As demais diferenças solicitadas não foram ajuizadas de acordo com as provas e testemunhas apresentadas pelos autos, em dezembro de 2015 ocorreu a rescisão da reclamada. O reclamado apresentou cálculo para liquidação de sentença, porém não ocorreu conciliação no momento, sendo assim em setembro de 2017 foi remetido ao contador perito para apurar os cálculos de liquidação da sentença.

5 ANÁLISE DE RESULTADOS

Neste capítulo foi analisado o comando sentencial e os respectivos cálculos apresentados no laudo de liquidação do processo trabalhista selecionado. Desde os pedidos na petição inicial, das contestações do reclamado, das argumentações e o laudo pericial.

Após a análise da sentença e do laudo pericial do assistente do reclamado, foram elaborados os cálculos conforme determinado na sentença e os resultados foram apresentados no parecer técnico.

5.1 Síntese do Processo

Na petição inicial a reclamante requer diferenças do adicional de insalubridade quanto à base de cálculo adotada, entendendo que no lugar do salário mínimo deveria ter sido utilizado o salário contratual. Requer, alternativamente, que se considere como base de cálculo o salário normativo e destaca também as diferenças decorrentes da base de cálculo e incidências sobre as horas extras, gratificação natalina, férias com um terço e FGTS. Requer da jornada de trabalho as diferenças de horas extras (excedentes ao regime compensatório de 44 horas semanais, inclusive noturnas), as horas trabalhadas em domingos e feriados, o intervalo intrajornada e interjornadas. Inclusive o tempo de troca de uniforme e as horas *in itinere* que é o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e

para o seu retorno. A reclamante ainda solicitou a indenização do artigo 467 da CLT e a assistência judiciária gratuita.

No dia 20 de outubro de 2015, ocorreu a primeira audiência sem êxito de conciliação, remarcada para dia 30 de março de 2016 e neste dia ajustam as partes a utilização como prova neste processo, o depoimento das testemunhas sobre o pedido das horas extras referente aos minutos da troca de uniforme, sem prejuízo da tese da defesa, que entende que existe norma coletiva regulamentando o pagamento do tempo destinado à troca do uniforme. E também ajustam as partes, quanto ao tempo *in itinere*, como sendo uma hora no trajeto da residência para o trabalho e igual tempo no trajeto do trabalho para a residência, tempo este não registrado nos cartões-ponto, sem prejuízo das teses da defesa ou não deste tempo como de tempo à disposição do empregador. Sem mais provas apresentadas, os autos são conclusos para julgamento.

O Julgamento, ou seja, a sentença foi prolatada em dia 18 de julho de 2016, o juízo indeferiu o pedido de adicional de insalubridade, pois o referido adicional foi calculado com base no salário mínimo, por aplicação do artigo 192 da CLT. Portanto, são indevidas as diferenças postuladas.

A jornada de trabalho da reclamante consta nos cartões ponto, válidos como meio de prova real da jornada exercida. Os cartões ponto revelam que a jornada normal era de segunda a sexta-feira, com compensação semanal destinada à supressão do trabalho aos sábados, essa jornada foi concordada entre as partes e possui previsão em norma coletiva vigente, é reconhecido a validade do sistema compensatório semanal. Sendo poucos os sábados trabalhados e são insignificantes em comparação com o período laborado, a revelar que a compensação semanal sempre foi vantajosa ao autor, permitindo-o usufruir dois dias inteiros de descanso na semana.

Apesar da existência de norma coletiva autorizando a compensação semanal de jornada para dispensa de trabalho aos sábados com o aumento da carga horária de segunda a sexta-feira, esta é inválida, em razão da condição insalubre de trabalho e, também, pelo fato de habitualmente prestar horas extras, o que descaracteriza o ajuste compensatório. Desta forma, por exercer atividade insalubre

é devido o pagamento das horas excedentes à 8ª diária e 44ª semanal como extraordinárias, sendo o pagamento apenas sobre o adicional de horas extras sobre as horas irregularmente compensadas.

Da mesma forma, no caso de horas extras, os registros de ponto indicam que não havia a prestação habitual, ainda que tenha realizado prorrogações da jornada em alguns dias, foram dias excepcionais no contexto dos registros de ponto. O pedido foi deferido o pagamento do adicional de horas extras em relação àquelas destinadas à compensação, e da hora acrescida do adicional quanto àquelas que ultrapassarem a carga horária semanal ordinária, bem como para determinar que as horas extras devidas sejam apuradas minuto a minuto, com a incidência do adicional e reflexos.

Quanto ao trabalho em domingo e feriado o reclamante não conseguiu provar o trabalho em feriado sem a respectiva remuneração adicional ou sem concessão de folga extra compensatória. Também o próprio reclamante se manifesta sobre os documentos admitindo não existirem diferenças. Em relação ao intervalo intrajornada a reclamante alega que não dispunha de intervalo para refeições e descanso, foi indeferido de acordo com o registro pronto adotado. O intervalo inter jornadas, não procede porque não se verifica nas jornadas exercidas, o descumprimento ao intervalo mínimo legal de onze horas entre uma e outra jornada diária.

A troca de uniforme é considerada tempo à disposição e integra a jornada de trabalho e está em pacto de acordo coletivo e nos recibos de pagamento demonstram que a reclamada foi ressarcida com o tempo destinado à troca de uniforme em relação ao período do contrato de trabalho.

Ao tempo *in itinere*, as partes concordaram que o autor despendia o mesmo tempo no trajeto da residência para o trabalho e no trajeto do trabalho para a residência, sendo de uma hora por trajeto. O horário do término da jornada, por volta de 2h30min da manhã, não tendo o transporte público regular, sendo assim, foi deferido o pagamento de uma hora por dia trabalhado. Para apuração em liquidação deve ser observado os registros nos cartões pontos juntados, férias e outros afastamentos. Considerado a hora com acréscimo de hora extra de 50%, sendo a base de cálculo, salário, incluindo adicional de insalubridade, o prêmio assiduidade,

o adicional de função e o adicional noturno de 45,14% conforme determinado em convenção coletiva.

O reclamante pediu o benefício da assistência judiciária gratuita, declara-se pobre e se encontra assistida pelo sindicato representativo da sua categoria, o pedido foi deferido o pagamento.

Ocorreu a rescisão do contrato de trabalho no curso do presente processo judicial, na data de 01/12/2015, por justa causa do empregado.

As partes foram intimadas várias vezes para comparecer nas audiências munidas das bases de conciliação, sendo que o reclamado apresentou os valores apurados, mas não ocorreu à conciliação, sendo assim em setembro de 2017 foi remetido ao contador perito os cálculos de liquidação da sentença.

5.1.1 Do julgamento - Sentença

O processo julgado procedente em parte, a condenar a reclamada a pagar ao reclamante, em valores a serem apurado em liquidação, com juros e correção, observados os critérios fundamentados nesta sentença pelo juiz: ao pagamento do adicional de horas extras em relação àquelas destinadas à compensação, e da hora acrescida do adicional quanto àquelas que ultrapassarem a carga horária semanal ordinária, bem como para determinar que as horas extras devidas sejam apuradas minuto a minuto, com a incidência do adicional e reflexos deferidos em relação às horas *in itinere* objeto da condenação de origem, conforme restar apurado em liquidação de sentença, com base nos cartões pontos juntados aos autos. Autoriza-se o abatimento das horas extras executadas ao longo da execução contratual, acordo com os recibos de pagamento juntados.

Considerando para apuração em liquidação, os seguintes critérios: observância da frequência registrada nos cartões de ponto juntados, inclusive para fins de férias e outros afastamentos. Em consideração da hora noturna como hora normal de 60min em virtude de negociação coletiva benéfica ao empregado, e base

de cálculo deve incluir o adicional de insalubridade, o prêmio assiduidade, o adicional de função e o adicional noturno de 45,14%.

O juiz defere a solicitação de honorários assistenciais no percentual de 15% da condenação, considerando a rescisão de contrato de trabalho que ocorreu durante o presente processo judicial, a reclamada deve complementar os documentos de ponto e recibos de pagamento de salário para compreender a totalidade do período contratual na fase de liquidação de sentença, sob pena de arbitramento de horas *in itinere* para o período faltante mediante consideração de todos os dias úteis como trabalhados.

5.1.2 Da análise dos cálculos elaborados pelo assistente técnico do reclamado

O reclamado se pronunciou apresentando os cálculos elaborados pelo assistente técnico de sua confiança. Para a presente pesquisa foi analisada a forma de cálculo do assistente, os valores da base de cálculo avaliando a folha de pagamento, a quantidade de horas extras apuradas conforme os cartões ponto e os valores foram apurados novamente e comparados com o apurado pelo assistente do reclamado, assim apresentando as diferenças de valores entre os cálculos.

Os cálculos estão apresentados na íntegra do apêndice desta pesquisa e a análise detalhada dos cálculos consta no parecer contábil.

5.1.3 Parecer Contábil do Laudo elaborado pelo assistente técnico do reclamado

Processo nº: 0000001-11.2015.1.01.0000

Espécie: Trabalhista

Requerente: Pessoa Física

Reclamado: Empresa Ramo Alimentício – CNPJ: 00.001.002/0001-01

Objeto: Parecer Pericial Contábil apresentado pelo reclamado

Exma. SR. DR JUIZ DO TRABALHO DA
TRIBUNAL REGINAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
1ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO

Em análise aos cálculos oferecidos pelo assistente de confiança do reclamado em seu Laudo Pericial Contábil (anexo B), referente as seguintes verbas:

DA SENTENÇA

a) uma hora por dia de trabalho, pela consideração da jornada *in itinere*, relativamente ao término da jornada, com acréscimo praticado pela reclamada no curso do contrato para as horas extras ou o estabelecido nas normas coletivas juntadas (o que for mais benéfico), resguardado o mínimo legal de 50% e com reflexos em descansos semanais remunerados e feriados, gratificações natalinas, férias com um terço e FGTS (este a ser depositado na conta vinculada).

DO ACORDAM

[...] para acrescer à condenação o pagamento do adicional de horas extras em relação àquelas destinadas à compensação, e da hora acrescida do adicional quanto àquelas que ultrapassarem a carga horária semanal ordinária, bem como para determinar que as horas extras devidas sejam apuradas minuto a minuto, com a incidência do adicional e reflexos deferidos em relação às horas *in itinere* objeto da condenação de origem, conforme restar apurado em liquidação de sentença, com base nos cartões pontos juntados aos autos (ANEXO A).

1º passo - APURAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Primeiramente foram considerados os cartões ponto apurados pelo perito assistente de confiança deste reclamado, onde foi totalizada mês a mês a jornada de trabalho realizada, conforme demonstrado na Tabela 1:

Tabela 1 – Da jornada de trabalho

Período	Horas ilegalmente compensadas	Horas extras	Horas <i>in itinere</i>
abr/13	0,00	0,00	0,00
mai/13	12,00	0,00	16,00
jun/13	16,33	0,00	21,00
jul/13	16,00	0,00	21,00
ago/13	17,65	0,00	23,00
set/13	16,33	0,00	21,00
out/13	15,50	0,00	21,00
nov/13	13,08	0,00	21,00
dez/13	11,03	0,00	20,00
jan/14	8,57	7,18	19,00
fev/14	8,15	0,00	22,00
mar/14	12,43	0,00	20,00
abr/14	17,60	8,80	23,00
mai/14	15,20	8,22	20,00
jun/14	16,80	7,50	22,00
jul/14	11,27	0,00	18,00
ago/14	0,00	0,00	0,00

set/14	13,75	5,32	22,00
out/14	11,52	0,00	19,00
nov/14	13,37	0,00	21,00
dez/14	9,92	0,00	19,00
jan/15	8,35	0,00	17,00
fev/15	11,85	0,00	19,00
mar/15	9,05	0,00	18,00
abr/15	10,12	0,00	19,00
mai/15	12,22	0,00	19,00
jun/15	12,53	0,00	19,00
jul/15	5,12	5,12	8,00
ago/15	5,15	0,00	9,00
set/15	4,65	0,00	8,00
out/15	0,00	0,00	0,00
nov/15	0,00	0,00	0,00
dez/15	0,00	0,00	0,00
Total	335,54	42,14	525,00

Fonte: Da autora, com base no processo (2015).

Verificou-se que em alguns meses foram apresentadas diferenças na apuração das horas, como nas horas ilegalmente compensadas foi identificado que o perito assistente não apurou o número de horas nos meses de outubro de 2015 a dezembro de 2015.

Tabela 2 – Das diferenças encontradas nas horas ilegalmente compensadas

Período	Do perito assistente	Do parecer técnico
out/15	0,00	6,55
nov/15	0,00	5,50
dez/15	0,00	1,18
Total da diferença no nº de horas	0,00	13,23

Fonte: Da autora, com base no processo (2015).

A resposta oferecida pelo reclamado no Laudo pericial contábil foi considerada de forma insatisfatória, apresentando diferença total de 13,23 horas, referente às horas irregularmente compensada.

Tabela 3 – Das diferenças encontradas nas horas extras

Período	Do perito assistente	Do parecer técnico
mai/13	0,00	1,41
jun/13	0,00	0,95
jul/13	0,00	0,03
ago/13	0,00	0,10
set/13	0,00	0,10
out/13	0,00	0,17
nov/13	0,00	0,10
dez/13	0,00	0,04
jan/14	7,18	7,32
fev/14	0,00	0,02
abr/14	8,80	8,80
mai/14	8,22	8,58
jun/14	7,50	7,73
set/14	5,32	6,12

out/14	0,00	0,10
abr/15	0,00	0,02
jun/15	0,00	0,39
jul/15	5,12	5,83
set/15	0,00	0,05
Total da diferença no nº de horas	42,14	47,86

Fonte: Da autora, com base no processo (2015).

De acordo com a sentença as horas extras devem ser apuradas minuto a minuto de acordo com o cartão ponto do referido mês. Com isso, identificou-se que em alguns meses foram apresentadas diferenças na apuração de horas extras, exemplo o mês de Maio/2013 o assistente não apresentou o número de horas extras.

Quadro 5 – Demonstração da apuração de horas extras do cartão ponto

Cartão ponto de Maio/2013 Dia: 24/04/2013	Horário realizado: 1º entrada 16:36 1º saída 20:00
	2º entrada 21:00 2º saída 02:26
	Soma diária das horas: 16:36 20:00 = 3:24
	21:00 02:26 = 5:26
	Total: 8 horas e 50 minutos
	Conversão minutos para decimal: 00:50 / 60 = 0,83
	Total de horas dia: 8,83 horas
	Horas extras: 8,83 – 8,80 (jornada diária) = 0,03

Fonte: Da autora, com base no processo (2015).

O quadro 5, demonstra a forma do cálculo de um dia do cartão ponto de Maio/2013 e sendo apurada dia a dia o número de horas extras do período de 24/04/2013 até dia 15/05/2013, sendo identificado o total de 1,41 horas extras do referido mês.

Nos meses subsequentes foram apuradas as horas extras da mesma forma, de acordo com a Tabela 3, o assistente apurou o total 42,14 horas, e foram identificadas 47,86 horas, tendo diferença total de 5,72 horas extras no período de Abril 2013 a Dezembro/2015.

Tabela 4 – Das diferenças encontradas nas horas *in itinere*

Período	Do perito assistente	Do parecer técnico
out/15	0,00	13,00
nov/15	0,00	12,00
dez/15	0,00	3,00
Total da diferença no nº de horas	0,00	28,00

Fonte: Da autora, com base no processo (2015).

As diferenças das horas *in itinere* são referente ao período que o perito assistente não considerou no cálculo, os meses de Outubro 2015 a Dezembro 2015.

2º passo - APURAÇÃO DO SALÁRIO HORA

Cálculo apresentado conforme determina o comando sentencial dos autos.

Verificou-se que os cálculos foram devidamente demonstrados no laudo pericial contábil do assistente (anexo B), e juntado às fls 396 dos autos teor com o qual se concorda parcialmente. Como por exemplo, para fins de demonstrar os critérios adotados, tomou-se por base o mês de maio/2013 do assistente:

Tabela 5 – Valor do salário hora

Período	Salário Base	Adicional Insalubridade	Prêmio Assiduidade	Adicional Função Operacional	Adicional Noturno	Soma das parcelas	Divisor	Salário Hora
abr/13	849,20	135,60	15,00	0,00	451,31	1451,11	220,00	6,60
mai/13	849,20	135,60	50,00	0,00	467,11	1501,91	220,00	6,83
jun/13	928,40	135,60	50,00	0,00	502,86	1616,86	220,00	7,35
jul/13	928,40	135,60	50,00	0,00	502,86	1616,86	220,00	7,35
ago/13	979,00	135,60	50,00	0,00	525,70	1690,30	220,00	7,68
set/13	979,00	135,60	50,00	0,00	525,70	1690,30	220,00	7,68
out/13	979,00	135,60	50,00	0,00	525,70	1690,30	220,00	7,68
nov/13	1.027,40	135,60	50,00	0,00	547,55	1760,55	220,00	8,00
dez/13	1.027,40	135,60	50,00	0,00	547,55	1760,55	220,00	8,00
jan/14	1.027,40	144,80	50,00	0,00	551,70	1773,90	220,00	8,06
fev/14	1.027,40	144,80	50,00	0,00	551,70	1773,90	220,00	8,06
mar/14	1.027,40	144,80	50,00	0,00	551,70	1773,90	220,00	8,06
abr/14	1.027,40	144,80	50,00	0,00	551,70	1773,90	220,00	8,06
mai/14	1.111,00	144,80	50,00	99,98	634,57	2040,35	220,00	9,27
jun/14	1.111,00	144,80	50,00	96,80	633,13	2035,73	220,00	9,25
jul/14	1.111,00	144,80	24,19	48,18	599,54	1927,71	220,00	8,76
ago/14	1.111,00	144,80	27,42	54,60	603,89	1941,71	220,00	8,83
set/14	1.111,00	144,80	50,00	96,36	632,94	2035,10	220,00	9,25
out/14	1.111,00	144,80	0,00	95,72	610,08	1961,60	220,00	8,92
nov/14	1.111,00	144,80	0,00	89,30	607,18	1952,28	220,00	8,87
dez/14	1.111,00	144,80	50,00	99,57	634,38	2039,75	220,00	9,27
jan/15	1.111,00	157,60	50,00	99,57	640,16	2058,33	220,00	9,36
fev/15	1.111,00	157,60	0,00	79,02	608,32	1955,94	220,00	8,89
mar/15	1.111,00	157,60	0,00	95,72	615,85	1980,17	220,00	9,00
abr/15	1.111,00	157,60	0,00	82,23	609,76	1960,59	220,00	8,91
mai/15	1.111,00	157,60	50,00	99,57	640,16	2058,33	220,00	9,36
jun/15	1.111,00	157,60	0,00	79,02	608,32	1955,94	220,00	8,89
jul/15	1.216,60	157,60	0,00	21,20	629,88	2025,28	220,00	9,21
ago/15	1.216,60	157,60	0,00	68,29	651,14	2093,63	220,00	9,52
set/15	1.216,60	157,60	0,00	37,31	637,16	2048,67	220,00	9,31
out/15	1.216,60	157,60	0,00	0,00	620,31	1994,51	220,00	9,07
nov/15	1.216,60	157,60	0,00	0,00	620,31	1994,51	220,00	9,07
dez/15	1.216,60	157,60	0,00	0,00	620,31	1994,51	220,00	9,07
Total								281,50

Fonte: Da autora, com base no processo (2015).

Identificou-se que na apuração detalhada do salário hora (Tabela 5) constam divergências. A principal diferença refere-se ao adicional noturno, a sentença (anexo A) determinou para considerar o que consta em convenção coletiva, ou seja, o referido adicional incide sobre o salário base mais os adicionais de insalubridade, prêmio assiduidade, adicional de função e sobre o total, aplicar o percentual do adicional noturno que corresponde a 45,14% e o assistente considerou o valor recebido em folha de pagamento, ou seja, não foi calculado conforme determinado.

Outro fato, foi na diferença do adicional de insalubridade, o assistente não apresentou o valor conforme determinado na sentença, que é o adicional de 20% sobre o salário mínimo do período. Com estas divergências na base de cálculo consequentemente reflete na apuração do valor das horas.

Observou-se também que o período de apuração do cálculo utilizado pelo assistente foi Maio 2013 a Setembro 2015, não considerou o mês da admissão (04/2013) e os meses de Outubro 2015 a Dezembro 2015, sendo que no mês de setembro/2015 a reclamante ajuizou o processo e no mês de dezembro 2015 ocorreu a rescisão de contrato.

Quadro 6 – Demonstração do cálculo do salário hora

Maio/2013	Salário Base: 849,20 Adicional Insalubridade: (Salário mínimo R\$ 678,00) x 20%= 135,60 Prêmio Assiduidade: R\$ 50,00 Adicional Função Operacional: R\$ 0,00 Adicional Noturno: 849,20 + 135,60 + 50,00=1.034,80 x 45,14% = 467,11 Salário Mensal: 849,20 + 135,60 + 50,00 + 467,11= 1.501,91 Salário hora: 6,83 (1.501,91 / 220h) (-) Cálculo do assistente: R\$ 5,59 Diferença devida: R\$ 1,24
-----------	---

Fonte: Da autora, com base no processo (2015).

No quadro 6 demonstra a forma de cálculo do salário hora, conforme sentença. O salário base mais os adicionais do referido do mês se divide por 220 horas, o resultado será o salário hora do referido mês. Divide-se por 220horas, pois refere-se a quantidade total da jornada de trabalho do mês.

No mês de maio de 2013, apresenta diferença na base de calculo de R\$ 1,24, ou seja, foi apurado o salário hora R\$ 6,83 e o assistente apurou R\$ 5,59.

Tabela 6 – Das diferenças encontradas no salário hora

Período	Salário hora	Salário hora assistente	Diferença
abr/13	6,60	0,00	6,60
mai/13	6,83	5,59	1,24
jun/13	7,35	6,18	1,17
jul/13	7,35	6,15	1,20
ago/13	7,68	6,54	1,14
set/13	7,68	6,56	1,12
out/13	7,68	6,51	1,17
nov/13	8,00	6,73	1,27
dez/13	8,00	6,65	1,35
jan/14	8,06	6,57	1,49
fev/14	8,06	6,64	1,42

mar/14	8,06	6,70	1,36
abr/14	8,06	6,90	1,16
mai/14	9,27	7,60	1,67
jun/14	9,25	7,75	1,50
jul/14	8,76	6,69	2,07
ago/14	8,83	5,80	3,03
set/14	9,25	7,65	1,60
out/14	8,92	7,26	1,66
nov/14	8,87	7,37	1,50
dez/14	9,27	7,52	1,75
jan/15	9,36	7,45	1,91
fev/15	8,89	7,10	1,79
mar/15	9,00	7,25	1,75
abr/15	8,91	7,19	1,72
mai/15	9,36	7,68	1,68
jun/15	8,89	7,09	1,80
jul/15	9,21	6,20	3,01
ago/15	9,52	6,86	2,66
set/15	9,31	6,61	2,70
out/15	9,07	0,00	9,07
nov/15	9,07	0,00	9,07
dez/15	9,07	0,00	9,07
Total	281,50	198,79	82,71

Fonte: Da autora, com base no processo (2015).

A tabela 6 apresenta o valor da hora apurada e o valor da hora apresentado pelo assistente, demonstrando as diferenças totais de cada período, as diferenças referem-se sobre a forma de apuração do adicional noturno e o adicional de insalubridade.

3º passo – APURAÇÃO AS HORAS EXTRAS DEVIDAS

Após analisar os cartões pontos (1º passo) e encontrar o valor do salário hora conforme determinado em sentença (2ª passo), calcula-se o valor: a) das horas ilegalmente compensadas com o pagamento somente do adicional de horas extras; b) para as horas extras e as horas *in itinere* é o valor da hora acrescido do adicional.

Quadro 7 – Apuração das horas ilegalmente compensadas

Maio/2013	Salário hora: 6,83 (Quadro 6) Adicional da hora Extra: R\$ 6,83 x 50%= 3,41 Valor da hora extra: 3,41 x 12horas (Tabela 1) = 40,96 DSR= 40,96 / 25 (dias úteis) x 6 (domingos e feriados) = 9,83 Total encontrado: 40,96 + 9,83 = 50,79
-----------	---

Fonte: Da autora, com base no processo (2015).

Conforme determinado na sentença, as horas ilegalmente compensadas (Tabela 1 e 2) foram calculadas somente sobre o adicional da hora extra, que representa 50% do salário hora (quadro 6). O reflexo em descanso semanal

remunerado analisou-se a quantidade de domingos e feriados, com relação aos dias úteis do referido mês do cálculo.

Quadro 8 – Apuração das horas extras e das horas *in itinere*

Maio/2013	Salário hora: 6,83 (Quadro 6) Valor da hora extra: R\$ 10,24 (6,83 x 1,50) Nº de horas extras: 1,41 Nº de horas <i>in itinere</i> : 16,00 Somadas das horas: 1,41 + 16,00 = 17,41 horas (Tabela 1) Valor: 17,41 x 10,24 = 178,28 DSR= 178,28 / 25 (dias úteis) x 6 (domingos e feriados) = 42,79 Total encontrado: 178,28 + 42,79 = 221,07
-----------	---

Fonte: Da autora, com base no processo (2015).

A base de cálculo da hora extra e da hora *in itinere* de acordo com a sentença calcula-se sobre o salário hora e multiplica por 1,50, que representa 50% de adicional da hora extra e mais o salário hora, ou seja, é o valor da hora acrescido do adicional. Por ser a mesma base de cálculo, soma-se o número de horas referidas e multiplica pelo valor da hora acrescido do adicional, após calcula-se o reflexo do descanso semanal remunerado, considerando a quantidade de dias úteis e os domingos e feriados do referido mês do cálculo, ou seja, no mês de Maio/2013 teve 25 dias úteis e 6 domingos e feriados. O valor da hora mais o reflexo teremos o valor total das horas extras e *in itinere* do mês.

Tabela 7 – Demonstração do cálculo dos meses que ocorreram divergências das horas extras devidas

Período	Valor hora Adicional de 50%	Valor das horas ilegalmente compensadas	Dias úteis	Domingo/Feriado	Valor total das horas ilegalmente compensadas	Valor hora extra 50%	Horas extras	Horas <i>in itinere</i>	Dias úteis	Domingo/Feriado	Valor total das horas extras e <i>In itinere</i>
abr/13	3,30	0,00	26	4,00	0,00	9,89	0,00	0,00	26	4,00	0,00
mai/13	3,41	12,00	25	6,00	50,79	10,24	1,41	16,00	25	6,00	221,07
jun/13	3,67	16,33	25	5,00	72,01	11,02	0,95	21,00	25	5,00	290,37
jul/13	3,67	16,00	27	4,00	67,51	11,02	0,03	21,00	27	4,00	266,18
ago/13	3,84	17,65	27	4,00	77,85	11,52	0,10	23,00	27	4,00	305,66
set/13	3,84	16,33	24	6,00	78,42	11,52	0,10	21,00	24	6,00	303,97
out/13	3,84	15,50	26	5,00	71,00	11,52	0,17	21,00	26	5,00	290,90
nov/13	4,00	13,08	24	6,00	65,42	12,00	0,10	21,00	24	6,00	316,60
dez/13	4,00	11,03	25	6,00	54,73	12,00	0,04	20,00	25	6,00	298,29
jan/14	4,03	8,57	26	5,00	41,20	12,09	7,32	19,00	26	5,00	379,55
fev/14	4,03	8,15	24	4,00	38,33	12,09	0,02	22,00	24	4,00	310,71
mar/14	4,03	12,43	25	6,00	62,14	12,09	0,00	20,00	25	6,00	299,95
abr/14	4,03	17,60	25	5,00	85,15	12,09	8,80	23,00	25	5,00	461,54
mai/14	4,64	15,20	26	5,00	84,04	13,91	8,58	20,00	26	5,00	474,05
jun/14	4,63	16,80	24	6,00	97,16	13,88	7,73	22,00	24	6,00	515,82
jul/14	4,38	11,27	27	4,00	56,69	13,14	0,00	18,00	27	4,00	271,63
ago/14	4,41	0,00	26	5,00	0,00	13,24	0,00	0,00	26	5,00	0,00
set/14	4,63	13,75	26	4,00	73,38	13,88	6,12	22,00	26	4,00	450,21
out/14	4,46	11,52	27	4,00	58,97	13,37	0,10	19,00	27	4,00	293,30
nov/14	4,44	13,37	24	6,00	74,15	13,31	0,00	21,00	24	6,00	349,41
dez/14	4,64	9,92	26	5,00	54,83	13,91	0,00	19,00	26	5,00	315,06
jan/15	4,68	8,35	26	5,00	46,57	14,03	0,00	17,00	26	5,00	284,46
fev/15	4,45	11,85	24	4,00	61,46	13,34	0,00	19,00	24	4,00	295,61

mar/15	4,50	9,05	26	5,00	48,56	13,50	0,00	18,00	26	5,00	289,76
abr/15	4,46	10,12	24	6,00	56,37	13,37	0,02	19,00	24	6,00	317,82
mai/15	4,68	12,22	26	5,00	68,16	14,03	0,00	19,00	26	5,00	317,93
jun/15	4,45	12,53	25	5,00	66,84	13,34	0,39	19,00	25	5,00	310,30
jul/15	4,60	5,12	27	4,00	27,06	13,81	5,83	8,00	27	4,00	219,27
ago/15	4,76	5,15	26	5,00	29,22	14,27	0,00	9,00	26	5,00	153,18
set/15	4,66	4,65	25	5,00	25,98	13,97	0,05	8,00	25	5,00	134,93
out/15	4,53	6,55	26	5,00	35,40	13,60	0,00	13,00	26	5,00	210,78
nov/15	4,53	5,50	24	6,00	31,16	13,60	0,00	12,00	24	6,00	203,98
dez/15	4,53	1,18	26	5,00	6,38	13,60	0,00	3,00	26	5,00	48,64
Total					1766,91						9200,93

Fonte: Da autora, com base no processo (2015).

Na Tabela 7, apurou-se todo o período o valor das horas conforme apresentado no 1º passo, jornada de trabalho e o valor da hora apurado no 2º passo, de acordo com as demonstrações dos cálculos, o total das horas ilegalmente compensadas foi de R\$ 1.766,91 e as horas extras e *in itinere* o total foi de R\$ 9.200,93, totalizando o valor de R\$ 10.967,84. Na tabela 8, apresenta o valor apurado pelo assistente e a diferença devida.

Tabela 8 – Das diferenças encontradas nas horas

Período	Valor das horas ilegalmente compensadas	Valor das horas extras e <i>In itinere</i>	Total encontrado Perito Assistente	Valor das horas ilegalmente compensadas	Valor das horas extras e <i>In itinere</i>	Total encontrado Parecer Contábil	Diferença
abr/13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
mai/13	41,57	166,26	207,83	50,79	221,07	271,86	64,03
jun/13	60,52	233,45	293,97	72,01	290,37	362,38	68,41
jul/13	56,46	222,30	278,76	67,51	266,18	333,69	54,93
ago/13	66,25	259,01	325,26	77,85	305,66	383,51	58,25
set/13	66,92	258,14	325,06	78,42	303,97	382,38	57,32
out/13	60,17	244,56	304,73	71,00	290,90	361,89	57,16
nov/13	55,03	264,99	320,02	65,42	316,60	382,02	62,00
dez/13	45,49	247,38	292,87	54,73	298,29	353,01	60,14
jan/14	33,55	307,57	341,12	41,20	379,55	420,75	79,63
fev/14	31,56	255,54	287,10	38,33	310,71	349,05	61,95
mar/14	51,63	249,15	300,78	62,14	299,95	362,09	61,31
abr/14	72,86	310,71	383,57	85,15	461,54	546,68	163,11
mai/14	68,87	298,51	367,38	84,04	474,05	558,09	190,71
jun/14	81,37	347,64	429,01	97,16	515,82	612,98	183,97
jul/14	43,25	207,32	250,57	56,69	271,63	328,32	77,75
ago/14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
set/14	60,68	361,69	422,37	73,38	450,21	523,59	101,22
out/14	48,01	237,61	285,62	58,97	293,30	352,27	66,65
nov/14	61,56	290,13	351,69	74,15	349,41	423,57	71,88
dez/14	44,47	255,65	300,12	54,83	315,06	369,89	69,77
jan/15	37,08	226,46	263,54	46,57	284,46	331,03	67,49
fev/15	49,08	236,08	285,16	61,46	295,61	357,07	71,91
mar/15	39,12	233,43	272,55	48,56	289,76	338,32	65,77
abr/15	45,46	256,14	301,60	56,37	317,82	374,18	72,58
mai/15	55,91	260,86	316,77	68,16	317,93	386,08	69,31
jun/15	53,29	242,34	295,63	66,84	310,30	377,14	81,51
jul/15	18,20	87,84	106,04	27,06	219,27	246,33	140,29
ago/15	21,05	110,37	131,42	29,22	153,18	182,40	50,98
set/15	18,45	95,25	113,70	25,98	134,93	160,91	47,21
out/15	0,00	0,00	0,00	35,40	210,78	246,18	246,18

nov/15	0,00	0,00	0,00	31,16	203,98	235,15	235,15
dez/15	0,00	0,00	0,00	6,38	48,64	55,02	55,02
Total			8.154,24			10.967,84	2.813,60

Fonte: Da Autora, com base no processo (2015)

Após apurar todas das horas devidas do período e comparar com as horas apresentadas pelo assistente, foi identificado diferença em todos os meses (Tabela 8). Consequentemente, pelo fato do assistente não apresentar os cálculos nos meses de outubro a dezembro de 2015 e pelas divergências do salário hora (Tabela 6).

Considerando o valor total das horas com o descanso semanal remunerado, o assistente calculou o valor total de R\$ 8.154,24 e de acordo com os passos 1º a 2º foi apurado o total de R\$ 10.967,87, tendo a diferença no valor de R\$ 2.813,60 referente as horas ilegalmente compensadas, das horas extras e das horas *in itinere*.

4º passo – REFLEXO DAS HORAS NAS FÉRIAS

Com as diferenças encontradas (Tabela 8), considera-se o laudo pericial apresentado pelo assistente de forma parcialmente satisfatória, pois o assistente apresentou os quesitos determinados na sentença, porém com divergências na apuração nos cálculos da jornada de trabalho e da base de cálculo, com isso, consequentemente ocorrem diferenças no reflexo nas demais verbas, como no caso das férias.

Tabela 9 – Cálculo do reflexo de férias e o adicional de 1/3

Período	Valor hora Adicional de 50%	Média das horas ilegalmente compensadas	Valor Devido	Valor hora extra 50%	Média das horas extras	Média das horas <i>in itinere</i>	Valor Devido	Reflexo de Férias + 1/3	(-) Calculo do Assistente	Diferença Devida
Férias 2013/2014	4,03	12,26	49,41	12,09	0,85	18,75	237,1	382,01	347,8	34,21
Férias 2014/2015	4,46	11,56	51,5	13,37	2,61	18,17	277,75	438,99	316,13	122,86
Férias Proporcional	4,53	7	31,74	13,6	0,7	12,22	175,71	276,61	92,04	184,57
Total			132,65				690,56	1.097,61	755,97	341,64

Fonte: Da autora, com base no processo (2015).

As diferenças apresentadas são ocasionadas pelas horas extras e pelo salário hora serem apuradas diferentes, apresentando assim no primeiro período aquisitivo de férias a diferença de R\$ 34,21, no segundo período apresentou uma diferença maior no valor de R\$ 122,86 e no último período a diferença foi ainda maior R\$ 184,57, o assistente não apurou o cálculo das horas dos meses de outubro de 2015 a dezembro de 2015. Essa apuração totalizou diferença de R\$ 341,64.

Tabela 10 – Demonstração do cálculo de férias

Salário hora (mês de gozo)	Salário mensal dividido por 220horas= 8,06 (1.773,90 / 220)
Valor hora Adicional de 50%	8,06 x 50% = 4,03
Valor hora extra 50%	8,06 + 4,03 = 12,09
Média e Valor das horas ilegalmente compensadas (Abril de 2013 a março de 2014)	Total de horas trabalhadas no período dividido por 12 meses e multiplica pelo valor hora: 147,07 / 12=12,26 x 4,03 (adicional 50%)= 49,41
Média e Valor das horas extras (Abril de 2013 a março de 2014)	Total de horas trabalhadas no período dividido por 12 meses e multiplica pelo valor hora: 10,24 / 12= ,85 x 12,09= 10,28
Média e Valor das horas <i>In Itinere</i> (Abril de 2013 a março de 2014)	Total de horas trabalhadas no período dividido por 12 meses e multiplica pelo valor hora: 225 / 12=18,75 x 12,09= 226,69
Valor reflexo de férias + 1/3 férias	49,41 + 10,28 + 226,69 = 286,38 / 3 = 95,63 R\$ 382,01 (286,38 + 95,63)
(-) valor apurado pelo reclamado	R\$ 347,80
(=) Total da diferença	R\$ 34,31

Fonte: Da autora, com base no processo (2015).

Para o cálculo do reflexo de férias considerasse a quantidade total de horas extras em cada período aquisitivo. No primeiro período de férias de 2013/2014, refere-se de abril de 2013 a março de 2014, são os 12 meses do período aquisitivo, apurasse a média com o total das horas extras do período aquisitivo e divide pelos 12 meses e o valor hora considerasse o mês do gozo das férias. No segundo período de férias de 2014/2015, refere-se de abril de 2014 a março de 2015, apurasse o total das horas extras do período aquisitivo e divide pelo número de meses do período aquisitivo, ou seja, 12 meses e o valor hora considerasse o mês do gozo das férias.

Tabela 11 – Demonstração do cálculo das férias proporcionais:

Salário hora (mês de gozo)	Salário mensal dividido por 220horas= 9,07 (1.994,51 / 220)
Valor hora Adicional de 50%	9,07 x 50% = 4,53
Valor hora extra 50%	9,07 + 4,53 = 13,60
Média e Valor das horas ilegalmente compensadas (Abril de 2015 a dezembro de 2015) nº avos 9	Total de horas trabalhadas no período dividido por 9 meses e multiplica pelo valor hora: 63,02 / 9= 7,00 x 4,53 (adicional 50%)= 31,74
Média e Valor das horas extras	Total de horas trabalhadas no período dividido por 9 meses e

(Abril de 2015 a dezembro de 2015) nº avos 9	multiplica pelo valor hora: $6,29 / 9 = 0,70 \times 13,60 = 9,52$
Média e Valor das horas <i>In Itinere</i> (Abril de 2015 a dezembro de 2015) nº avos 9	Total de horas trabalhadas no período dividido por 9 meses e multiplica pelo valor hora: $110 / 9 = 12,22 \times 13,60 = 166,19$
Valor reflexo de férias + 1/3 férias	$31,74 + 9,52 + 166,19 = 207,45 / 3 = 69,16$ R\$ 276,61 (207,45 + 69,16)
(-) valor apurado pelo reclamado	R\$ 92,04
(=) Total da diferença	R\$ 184,57

Fonte: Da autora, com base no processo (2015).

No terceiro período, considerasse férias proporcionais, pois se refere de abril de 2015 a dezembro de 2015, ou seja, até o mês da rescisão, são considerados 9 meses do período aquisitivo, para a apuração da média considerasse o total das horas extras do período aquisitivo e divide pelos 9 meses e o valor hora refere-se ao mês do gozo das férias. O resultado multiplicasse por 1/3, que resulta no valor total devido, correspondente ao reflexo de horas extras em férias acrescidas do adicional de 1/3.

5º passo – REFLEXO DAS HORAS NO 13º SALÁRIO

Com consequência das diferenças apurados e demonstradas na tabela 8, ocorre diferenças no reflexo do 13º salário, pois o reflexo calculasse sobre as horas do período e as diferenças encontradas referem-se na jornada de trabalho e na base de cálculo.

Tabela 12 – Cálculo do reflexo de 13º salário

Período	Valor hora Adicional de 50%	Horas ilegalmente compensadas	Valor Devido	Valor hora extra 50%	Horas extras	Horas <i>in itinere</i>	Valor Devido	(-) Calculo do Assistente	Diferença Devida
13º salário 2013	4,00	13,10	52,43	12,00	0,32	18,22	222,48	169,00	105,91
13º salário 2014	4,64	11,55	53,54	13,91	3,22	18,75	305,60	271,48	87,66
13º salário 2015	4,53	7,69	34,85	13,60	0,52	13,67	192,98	140,23	87,60
Total			140,82				721,07	580,71	281,18

Fonte: Da autora, com base no processo (2015).

Na tabela 12, apresenta diferenças referentes ao reflexo das horas do período do 13º salário. As horas ilegalmente compensadas apresenta diferença total de R\$ 140,82 e as horas extras e as horas *in itinere* apresenta diferença de R\$ 721,07, totalizando o valor de R\$ 861,89. E o assistente apurou o total de R\$ 580,71, então, a diferença devida foi no valor de R\$ 281,18.

Tabela 13 – Demonstração do cálculo de 13º salário

Salário hora (dezembro 2013)	Salário mensal dividido por 220horas= 8,00 (1.760,55 / 220)
Valor hora Adicional de 50%	8,00 x 50% = 4,00
Valor hora extra 50%	8,00 + 4,00 = 12,00
Média e Valor das horas ilegalmente compensadas (Abril 2013 a Dezembro 2013) nº avos 9	Total de horas trabalhadas no período dividido por 9 meses e multiplica pelo valor hora: 117,92 / 9=13,10 x 4,00 (adicional 50%)= 52,43
Média e Valor das horas extras (Abril 2013 a Dezembro 2013) nº avos 9	Total de horas trabalhadas no período dividido por 9 meses e multiplica pelo valor hora: 2,90 / 9= 0,32 x 12,00= 3,86
Média e Valor das horas <i>In Itinere</i> (Abril 2013 a Dezembro 2013) nº avos 9	Total de horas trabalhadas no período dividido por 9 meses e multiplica pelo valor hora: 164 / 9=18,22 x 12,00= 218,67
Valor reflexo de 13º salário	52,43+3,86+218,67 = 274,93
(-) valor apurado pelo reclamado	R\$ 169,00
(=) Total da diferença	R\$ 105,96

Fonte: Da autora, com base no processo (2015).

No cálculo do reflexo do 13º salário considerasse para apuração das médias, a soma de todas as horas extras de cada ano e divide pelo número de meses, o valor da hora considera o mês do pagamento, ou seja, dezembro de cada ano ou o mês da rescisão.

No 13º salário de 2013, considerou o período de Abril de 2013 a dezembro de 2013, são 09 meses, foi apurado o total das horas extras do período e dividido pelos 09 meses e o valor hora considerasse o mês de dezembro de 2013 (Tabela 13). Para o 13º salário de 2014, considerou o período de Janeiro de 2014 a dezembro de 2014, são 12 meses, foi apurado o total das horas extras do período e dividido pelos 12 meses e o valor hora considerasse o mês de dezembro de 2014. E o último período do 13º salário considerou-se de Janeiro de 2015 a dezembro de 2015, o total das horas extras do período divide pelos 12 meses e multiplica pelo valor hora de Dezembro de 2015.

Para o cálculo o valor hora foi considerado conforme a sentença, as horas ilegalmente compensadas apurou-se somente sobre o adicional da hora e as horas extras e *in itinere* foram apuradas sobre a hora acrescida do adicional.

6º passo – ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS

Com a realização dos cálculos apresentados nos passos 1º ao 5º do parecer contábil, pode-se verificar que as apurações realizadas por esta pesquisa e as apurações do assistente ocasionaram diferenças. Na tabela 14 estão apresentadas as diferenças encontradas e corrigidas pelo índice de correção e juros sobre as horas extras, hora ilegalmente compensadas e as hora *in itinere*, baseadas nas informações das tabelas que foram dispostas durante todos os passos.

Tabela 14 – Diferenças atualizadas, índice de correção e juros

Período	Valor total das horas ilegalmente compensadas	Valor total das horas extras e <i>In itinere</i>	Total encontrado Parecer contábil	(-) Cálculo do Assistente	Diferença Devida	Índice de correção (TR)	Valor Total Corrigido	FGTS 8%	Juros 1,00% ao mês
abr/13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,055628769	0,00	0,00	0,00
mai/13	50,79	221,07	271,86	207,83	64,03	1,055628769	67,60	5,12	0,73
jun/13	72,01	290,37	362,38	293,97	68,41	1,055628769	72,22	5,47	0,78
jul/13	67,51	266,18	333,69	278,76	54,93	1,055408188	57,97	4,39	0,62
ago/13	77,85	305,66	383,51	325,26	58,25	1,055408188	61,48	4,66	0,66
set/13	78,42	303,97	382,38	325,06	57,32	1,055324818	60,49	4,59	0,65
out/13	71,00	290,90	361,89	304,73	57,16	1,054354811	60,27	4,57	0,65
nov/13	65,42	316,60	382,02	320,02	62,00	1,054136605	65,36	4,96	0,70
dez/13	54,73	298,29	353,01	292,87	60,14	1,053616119	63,37	4,81	0,68
13º salário 2013	52,43	222,48	274,91	169,00	105,91	1,053616119	111,59	8,47	1,20
jan/14	41,20	379,55	420,75	341,12	79,63	1,052431081	83,80	6,37	0,90
fev/14	38,33	310,71	349,05	287,10	61,95	1,051866229	65,16	4,96	0,70
mar/14	62,14	299,95	362,09	300,78	61,31	1,051586507	64,47	4,90	0,69
abr/14	85,15	461,54	546,68	383,57	163,11	1,051104050	171,45	13,05	1,84
mai/14	84,04	474,05	558,09	367,38	190,71	1,050469567	200,33	15,26	2,16
jun/14	97,16	515,82	612,98	429,01	183,97	1,049981325	193,16	14,72	2,08
jul/14	56,69	271,63	328,32	250,57	77,75	1,048875810	81,55	6,22	0,88
ago/14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,048244767	0,00	0,00	0,00
set/14	73,38	450,21	523,59	422,37	101,22	1,047330447	106,01	8,10	1,14
out/14	58,97	293,30	352,27	285,62	66,65	1,046244446	69,73	5,33	0,75
nov/14	74,15	349,41	423,57	351,69	71,88	1,045739354	75,16	5,75	0,81
dez/14	54,83	315,06	369,89	300,12	69,77	1,044639348	72,88	5,58	0,78
13º salário 2014	53,54	305,60	359,14	271,48	87,66	1,044639348	91,58	7,01	0,99
jan/15	46,57	284,46	331,03	263,54	67,49	1,043722960	70,44	5,40	0,76
fev/15	61,46	295,61	357,07	285,16	71,91	1,043547644	75,04	5,75	0,81
mar/15	48,56	289,76	338,32	272,55	65,77	1,042196956	68,54	5,26	0,74
abr/15	56,37	317,82	374,18	301,60	72,58	1,041078838	75,57	5,81	0,81

mai/15	68,16	317,93	386,08	316,77	69,31	1,039879856	72,08	5,55	0,78
jun/15	66,84	310,30	377,14	295,63	81,51	1,037997966	84,61	6,52	0,91
jul/15	27,06	219,27	246,33	106,04	140,29	1,035610883	145,28	11,22	1,57
ago/15	29,22	153,18	182,40	131,42	50,98	1,033681000	52,69	4,08	0,57
set/15	25,98	134,93	160,91	113,70	47,21	1,031700136	48,71	3,78	0,52
out/15	35,40	210,78	246,18	0,00	246,18	1,031700136	253,99	19,69	2,74
nov/15	31,16	203,98	235,15	0,00	235,15	1,029856693	242,17	18,81	2,61
dez/15	6,38	48,64	55,02	0,00	55,02	1,028522699	56,59	4,40	0,61
13º salário 2015	34,85	192,98	227,83	140,23	87,60	1,031700136	90,38	7,01	0,97
Férias 2013/2014	65,88	316,13	382,01	347,80	34,21	1,051104050	35,96	2,74	0,39
Férias 2014/2015	68,67	370,33	439,00	316,13	122,87	1,041078838	127,92	9,83	1,38
Férias proporcionais	42,32	234,28	276,60	92,04	184,56	1,028522699	189,82	14,76	2,05
Total			12927,34	9490,92	3436,42		3585,43	274,91	38,60

Fonte: Da autora, com base no processo (2015).

O total das horas encontradas (Tabela 14) e diminuindo o valor apresentado pelo assistente, encontrasse a diferença total de R\$ 3.436,42 incluindo o reflexo de férias e 13º salário, conforme a sentença e o acórdão os valores das diferenças foram corrigidas pelo índice de correção TR e por juros de 1,00% ao mês, valor atualizado pelo índice R\$ 3.585,43. O valor do FGTS calculasse 8% sobre a diferença, apurado R\$ 274,91 e mais os juros de 1% calculado sobre a diferença do valor das horas e do FGTS, resultando numa diferença de R\$ 38,60. Então, totalizando as diferenças apuradas e atualizadas identificasse o valor de R\$ 3.898,95 a favor do reclamante.

DA CONCLUSÃO DESTE PARECER PERICIAL CONTÁBIL

Nas respostas demonstradas pelo assistente no laudo pericial contábil foram evidenciadas diferenças no cálculo. De acordo com as apurações apresentadas nos passos 1º a 6º do parecer, constam valores a serem pagos ao reclamante, conforme demonstrado na tabela 14, valores atualizadas pelo índice de correção e juros.

Primeiramente foram identificadas divergências na apuração da jornada de trabalho apresentado no 1º passo. O assistente não apresentou os cálculos dos meses de Outubro de 2015 a Dezembro de 2015 e as horas extras, aquelas que ultrapassaram a carga horária semanal, não foram apuradas minuto a minuto conforme determinado no acórdão.

Após verificou-se diferenças na apuração do salário hora, ou seja, na base de cálculo apresentadas no 2º passo do parecer, a principal diferença refere-se ao adicional noturno, o assistente considerou o valor recebido em folha de pagamento, porém na sentença consta claramente que o referido adicional noturno incide sobre o salário base mais os adicionais de insalubridade, prêmio assiduidade, adicional de função e sobre o total aplicar o percentual do adicional noturno que corresponde a 45,14%. Outra diferença foi no adicional de insalubridade, o assistente não apresentou valor conforme determinado na sentença, que é o adicional de 20% sobre o salário mínimo do período.

Com estas divergências da jornada de trabalho (1º passo) e do salário hora (2º passo) conseqüentemente reflete diretamente no resultado das horas extras, das

horas ilegalmente compensadas e das horas *in itinere*, conforme apresenta nos passos 3º, 4º e 5º, diferenças do valor da hora e no reflexo de férias e 13º salário.

No 6º passo apresenta o total das diferenças encontradas, atualizadas conforme índice de correção e juros. O valor total apurado antes dos devidos descontos foi de R\$ 3.898,95 incluindo o FGTS, valor a favor do reclamante.

Permaneço o perito assistente à disposição de V. Exa. para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Lajeado/RS, 04 de novembro de 2019.

Contador CRC-RS 20.2019

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi importante, pois através dele, pode-se por em prática diversos conhecimentos adquiridos no decorrer da graduação de Ciências Contábeis, servindo para enriquecer o aprendizado acadêmico.

A perícia contábil, considerado um instrumento que objetiva a constatação, a prova e o convencimento, tem se tornado essencial para os juízes tomarem suas decisões de forma segura, apresentados através dos laudos periciais. O profissional contábil deve desempenhar com competência, responsabilidade, imparcialidade e conhecimento profundo sobre o assunto em questão, para execução da função de perito contador nos processos trabalhistas, independentemente se for o perito contador do juízo, ou o perito contador assistente das partes.

A presente pesquisa foi elaborada visando à análise dos cálculos de liquidação apresentados pelo reclamado, se o que está sendo pedido é condizente com a realidade e com que está definido sentença. O processo selecionado da Vara do Trabalho do município de Lajeado/RS, foi renomeado ramo alimentício.

A análise do processo trabalhista iniciou-se pela interpretação do comando sentencial e a constatação do laudo pericial emitido pelo assistente do reclamado, para que fosse possível a elaboração dos cálculos e da emissão do parecer técnico embasado no comando sentencial e comparado com o laudo pericial do assistente.

Após as análises constatou-se uma resposta parcialmente satisfatória, considerando que o assistente cumpriu com os quesitos definidos na sentença,

porém a forma de calculo não foi condizente conforme determinado no comando sentencial, apresentando diferenças na apuração da jornada de trabalho e no salário hora, conseqüentemente apresentando diferenças na apuração dos cálculos das horas extras, no reflexo de férias e 13º salário.

O valor total apurado antes dos devidos descontos foi de R\$ 12.927,34 e valor apurado pelo assistente foi de R\$ 9.490,92, apresentando diferença de R\$ 3.436,92, considerando o valor corrigido pelo índice de correção e juros, e incluindo o FGTS, o valor da diferença é de R\$ 3.898,95, conforme demonstrado no parecer contábil. Devido a diferenças expressivas, pode-se concluir que o assistente atendeu em partes a sentença, faltando maior atenção na leitura e execução dos cálculos.

Sugere-se ao assistente seguir com maior rigor o que está definido no comando sentencial, para que os resultados sejam condizentes com a realidade e que atendam a todos os critérios definidos na sentença, e também deve seguir rigorosamente as normas brasileiras de contabilidade e a legislação trabalhista, para buscar extinguir erros nos cálculos de liquidação de sentença.

Importante destacar também que não houve conciliação sobre o laudo do assistente do reclamado, desta forma, o perito do juiz apresentou o laudo de liquidação da sentença. Com isso, sugere-se como continuidade da pesquisa a análise e comparação dos laudos deste processo, verificando se está condizente com a realidade e conforme determinado no comando sentencial.

Portanto, considera-se que os objetivos propostos nesta pesquisa foram atingidos com êxito e possibilitando o aperfeiçoamento e aprofundamento na área da perícia.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, João Luis et al. **Honorários do perito judicial**. Goiás, 2006. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/26/26>>. Acesso em: 19 abr. 2019

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. **Perícia contábil**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 20 mar. 2019.

_____. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 25 mai. 2019.

_____. Decreto n. 9.580, de 22 de novembro de 2018. **Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza**. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9580.htm#art4>. Acesso em: 25 mai. 2019.

_____. Decreto n. 99.684, de 8 de novembro de 1990a. Consolida as normas regulamentares do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D99684.htm>. Acesso em: 26 mai. 2019.

_____. Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990c. Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8036consol.htm>. Acesso em: 26 mai. 2019.

_____. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015a. **Código de Processo Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 20 abri. 2019.

_____. Lei n.º 13.149, de 21 de julho de 2015b. Dispõe sobre os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13149.htm> Acesso em: 25 mai. 2019.

_____. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. BRASIL, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8212cons.htm>. Acesso em: 22 mai. 2019.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (TST). **Sobre a Justiça do Trabalho**. 2019. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/web/aceso-a-informacao/justica-do-trabalho>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

BURIN, Eduarda; HEINEN, Ana Cristine; SCHUH, Clari. A perícia contábil trabalhista como técnica auxiliar no trabalho jurídico. In: CONGRESSO DE CONTABILIDADE DA UFRGS, 2., 19 a 20 set. 2017. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2017. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/congressocont/index.php/congresso/congressocont/paper/downloadSuppFile/69/51>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

CHEMIN, Beatris Francisca. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação**. 3. ed. Lajeado: Univates, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Normas Brasileiras de Contabilidade**: Perícia Contábil. NBC TP 01. Brasília: CFC, 2015a. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/NBCTP01> Acesso em: 08 abr. 2019.

_____. **Normas Brasileiras de Contabilidade**: Perícia Contábil. NBC PP 01. Brasília: CFC, 2015b. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/NBCPP01> Acesso em: 08 abr. 2019.

_____. **Normas Brasileiras de Contabilidade: Perícia Contábil.** NBC PP 02. Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/NBCPP01> Acesso em: 08 abr. 2019.

_____. Resolução 1.389, de 30 de março de 2012. Dispõe sobre o Registro Profissional dos Contadores e Técnicos em Contabilidade. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao-cfc-1389-2012.htm>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

DIAS FILHO, Fernando Ferreira; ARAUJO, Leila Henriques. A participação do perito contador assistente na formação da prova técnica em processos judiciais na área cível. **Blog Newton Paiva**, v. 2, n. 1, 22p., 2010. Disponível em: <<http://blog.newtonpaiva.br/pos/wp-content/uploads/2013/02/E1-CONT-05.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

FREDIANI, Yone. **Direito do Trabalho.** Barueri-SP: Monelo, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Prova pericial contábil: aspectos práticos e fundamentais.** 5. ed. Curitiba: Juruá, 2007.

_____. **Prova pericial contábil: teoria e prática.** 14. ed. Curitiba: Juruá, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS). **Tabela de contribuição mensal.** 2019. Disponível em: <<https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/calculo-da-guia-da-previdencia-social-gps/tabela-de-contribuicao-mensal/>>. Acesso em: 22 mai. 2019.

JULIANO, Rui. **Manual de Perícia.** 4. ed. Rio Grande: FURG, 2012.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho.** 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MANUS, Pedro Paulo Teixeira. **Execução de Sentença no processo do trabalho.** São Paulo: Atlas, 2005

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. 35 . ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MÜLLER, Aderbal Nicolas; TIMI, Sônia Regina Ribas; HEIMOSKI Vanya Trevisan Marcon. **Perícia Contábil**. São Paulo: Saraiva, 2017.

NEVES JUNIOR, Idalberto José; OLIVEIRA, Diego Silva de. A relevância do trabalho de perícia contábil desenvolvida por assistente técnico nas ações revisionais de contratos: uma análise documental dos processos da Caixa Econômica Federal – CEF. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 184, p. 73-87, 2010.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Cálculos Trabalhistas**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ORNELAS, Martinho Gomes de. **Perícia Contábil**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PRUNES, José Luiz Ferreira. **A prova pericial no processo trabalhista**. 2. ed. São Paulo: LTr, 1995.

SÁ, Antônio Lopes de. **Fundamentos da contabilidade geral**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2007.

_____. **Prática e teoria da contabilidade geral**. Curitiba: Juruá, 2009.

SANTOS, Jose Aparecido dos. **Curso de cálculos de liquidação trabalhista: Dos Conceitos à Elaboração das contas**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

ZANNA, Remo Dalla. **Prática de perícia contábil**. 3. ed. São Paulo: IOB, 2011.

_____. **Prática de perícia contábil**. 4. ed. São Paulo: IOB, 2013.

ANEXO A – Processo Ramo Alimentício



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

Agravo de Petição
AP 0020875-48.2015.5.04.0771

[PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI](#)

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 08/06/2018

Valor da causa: \$40,000.00

Partes:

AGRAVANTE: R. S. C.

ADVOGADO: CLAUDIA VOLKMER DESTEFANI

ADVOGADO: DANIEL PAULO FONTANA

ADVOGADO: SAMUEL AUGUSTO BEUREN

AGRAVANTE: B. S. A.

ADVOGADO: HENRIQUE JOSE DA ROCHA

AGRAVADO: R. S. C.

ADVOGADO: CLAUDIA VOLKMER DESTEFANI

ADVOGADO: DANIEL PAULO FONTANA

ADVOGADO: SAMUEL AUGUSTO BEUREN

AGRAVADO: B. S. A.

ADVOGADO: HENRIQUE JOSE DA ROCHA

PERITO: G. P.

ATA DE AUDIÊNCIA

PROCESSO: 0020875-48.2015.5.04.0771
AUTOR(ES): RICARDO SILVA DA CONCEICAO
RÉU(RÉ): BRF S.A.

Em 20 de outubro de 2015, na sala de sessões da MM. 1ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO /RS, sob a direção do Exmo(a). Juiz MAURICIO JOEL ZANOTELLI, realizou-se audiência relativa ao processo identificado em epígrafe.

Às 14h22min, aberta a audiência, foram, de ordem do Exmo(a). Juiz do Trabalho, apregoadas as partes. Presente o(a) autor(es), acompanhado(a) do(a) advogado(a), Dr(a). PAULO ROBERTO GREGORY. Presente o preposto do(a) réu(ré), Sr(a). Antônio Almir Horn, acompanhado(a) do(a) advogado(a), Dr(a). MICHELIM CORNELLI.

1.CONCILIAÇÃO: sem êxito.

2.LEITURA DA INICIAL: dispensada.

3.CONTESTAÇÃO: escrita, dispensada a leitura e apresentada aos autos no sistema PJ-e com documentos, não impugnados quanto à forma pela parte autora.

4.PRAZO: deferre-se ao(à) procurador(a) do(a) reclamante o **prazo de 15 dias** para manifestação sobre o conteúdo dos documentos apresentados com a defesa e sobre as preliminares arguidas na contestação.

5.PROSSEGUIMENTO: adiada a audiência para o dia **30.03.2016**, às **15h15min**. As partes deverão comparecer para depor, sob pena de confissão, acompanhadas das suas testemunhas independentemente de notificação. Audiência encerrada às 14h25min. Cientes. NADA MAIS.

MAURICIO JOEL ZANOTELLI

Juiz do Trabalho

ATA DE AUDIÊNCIA

PROCESSO: 0020875-48.2015.5.04.0771
AUTOR(ES): RICARDO SILVA DA CONCEICAO
RÉU(RÉ): BRF S.A.

Em 30 de março de 2016, na sala de sessões da MM. 1ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO/RS, sob a direção da Exmo(a). Juíza SHEILA SPODE, realizou-se audiência relativa ao processo identificado em epígrafe.

Às 15h20min, aberta a audiência, foram, de ordem da Exmo(a). Juíza do Trabalho, apregoadas as partes. Presente o(a) autor(es), acompanhado(a) do(a) advogado(a), Dr(a). PAULO ROBERTO GREGORY. Presente o preposto do(a) réu(ré), Sr(a). Antônio Almir Horn, acompanhado(a) do(a) advogado(a), Dr(a). MICHELIM CORNELLI.

1. Ajustam as partes a utilização como prova neste processo dos depoimentos das testemunhas ouvidas no processo nº 00851-2004-771-04-00-7, em que é reclamante JURANDIR CHRISTOFF e a reclamada é a mesma que figura no polo passivo da presente ação, no que tange aos minutos da troca de uniforme, sem prejuízo da tese da defesa, que entende que existe norma coletiva regulamentando o pagamento do tempo destinado à troca do uniforme. Providencie a Secretaria na juntada de cópia dos referidos depoimentos.

2. Também ajustam as partes, quanto ao tempo in itinere, como sendo uma hora no trajeto da residência para o trabalho e igual tempo no trajeto do trabalho para a residência, tempo este não registrado nos cartões-ponto, sem prejuízo das teses da defesa e da inicial no tocante ao cômputo ou não deste tempo como de tempo à disposição do empregador.

3. Sem outras provas a serem produzidas, encerra-se a instrução. Razões finais remissivas. CONCILIAÇÃO: sem êxito. A sentença será publicada em Secretaria, *sine die*, com a intimação futura das partes. Audiência encerrada. Cientes as partes. Nada mais.

SHEILA SPODE

Juíza do Trabalho



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
1ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO
RTOrd 0020875-48.2015.5.04.0771
AUTOR: RICARDO SILVA DA CONCEICAO
RÉU: BRF S.A.

SENTENÇA

I. RELATÓRIO

Vistos os autos.

RICARDO SILVA DA CONCEIÇÃO, qualificado na petição inicial, ajuíza a presente reclamação trabalhista em face de BRF S.A., igualmente qualificada, em 04/09/2015.

Informa que foi admitido pela reclamada em 22/04/2013 e segue com contrato em vigor. Alega, em síntese, que faz jus a parcelas decorrentes do contrato de trabalho. Postula a condenação da reclamada ao cumprimento das obrigações arroladas ao final da petição inicial. Requer o benefício da assistência judiciária e honorários advocatícios. Atribui à causa o valor de R\$ 40.000,00 e junta documentos.

Realizada audiência e restando infrutífera a primeira proposta conciliatória, a reclamada apresenta contestação escrita, juntada no ID a973318, acompanhada de documentos. Contesta articuladamente os pedidos e realiza requerimentos.

A parte reclamante se manifesta sobre a defesa e documentos.

As partes realizam ajustes nos termos registrados nos itens 1 e 2 da ata de audiência (pág. 279 do PDF).

Sem mais provas, a instrução é encerrada, restando infrutífera a segunda proposta conciliatória. Razões finais remissivas pelas partes.

Os autos são conclusos para julgamento.

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. DIFERENÇAS DECORRENTES DA BASE DE CÁLCULO E INCIDÊNCIAS EM OUTRAS PARCELAS

O autor postula diferenças do adicional de insalubridade quanto à base de cálculo adotada, entendendo que no lugar do salário mínimo deveria ter sido utilizado o salário contratual. Requer, alternativamente, que se considere como base de cálculo o salário normativo. Postula também o pagamento de incidências do adicional de insalubridade sobre as horas extras, gratificação natalina, férias com um terço e FGTS.

Quanto à base de cálculo do referido adicional, cumpre tecer algumas considerações. A Constituição da República de outubro de 1988, em seu art. 7º, inciso XXIII, dispõe que é direito dos trabalhadores urbanos e rurais a percepção de adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas. Todavia, não fixa a base de cálculo da vantagem, a qual está prevista no artigo 192 da CLT, que refere o salário mínimo.

O STF editou, em abril de 2008, a Súmula Vinculante nº 4, a qual dispõe que *"Salvo nos casos previstos na constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial"* (grifei).

Ou seja, embora a consideração do salário mínimo como indexador de base de cálculo de empregado seja vedada pela Constituição da República, a redação da Súmula Vinculante supracitada é clara no sentido de que não cabe ao Poder Judiciário substituir a base de cálculo prevista em Lei, quando esta estiver fixada com base no salário mínimo. Ante a ressalva existente ao final de tal Súmula Vinculante, restou suspensa a aplicação da Súmula 228 do TST e cancelada a Súmula 17 da mesma Corte, as quais previam base não prevista em Lei para o adicional de insalubridade.

Recentemente, o Eg. TRT da 4ª Região editou a Súmula 62, definindo que *"a base de cálculo do adicional de insalubridade permanece sendo o salário mínimo nacional enquanto não sobrevier lei dispondo de forma diversa, salvo disposição contratual ou normativa prevendo base de cálculo mais benéfica ao trabalhador"*.

Prevalece, nesse contexto, a base de cálculo prevista no artigo 192 da CLT até que outra previsão legal ou convencional a substitua, conforme já assentado pelo STF e pelo TST. No caso dos autos, não há notícia da existência de base de cálculo expressamente estabelecida entre as partes (por meio de norma coletiva, regulamento interno, contrato de trabalho, etc.) especificamente para o adicional de insalubridade durante a vigência do contrato de trabalho.

No caso, o referido adicional foi calculado com base no salário mínimo, por aplicação do artigo 192 da CLT. Portanto, são indevidas as diferenças postuladas.

Indefiro o pedido, no aspecto.

Quanto às postuladas incidências do adicional pago, a parte autora reconheceu não existirem diferenças devidas (item 6 - pág. 266 do PDF).

Nada a deferir.

JORNADA DE TRABALHO

Documentos de controle de horário e regime compensatório

A jornada de trabalho desenvolvida pelo reclamante consta nos cartões-ponto (págs. 160/188 do PDF), sobre os quais não se estabeleceu controvérsia, sendo válidos como meio de prova da real jornada exercida. O reclamante não impugna a validade desses documentos e inclusive os utiliza como base em seu demonstrativo.

Os cartões de ponto revelam que a jornada normal era prestada de segunda a sexta-feira, com compensação semanal destinada à supressão do trabalho aos sábados. Essa jornada foi acordada entre as partes (págs. 69/70 e 190/191 do PDF) e possui previsão nas normas coletivas vigentes para o período (cláusula 9ª do ACT 2013/2014 - pág. 113 do PDF, renovada nas normas coletivas posteriores). Portanto, reconheço a validade do sistema compensatório semanal.

Os poucos sábados trabalhados foram pontuais e são insignificantes em comparação com o período laborado, a revelar que a compensação semanal sempre foi vantajosa ao autor, permitindo-o usufruir dois dias inteiros de descanso na semana.

Registro que a prorrogação da jornada por curto período de tempo por dia em troca de mais um dia de descanso na semana não fere a proteção que o artigo 60 da CLT pretende garantir ao exigir licença prévia da autoridade competente para as prorrogações da jornada. Evidentemente, o artigo 60 da CLT não disciplina a situação do empregado que prorroga, por curto período, o seu trabalho para folga na mesma semana, como é o caso da compensação semanal.

Da mesma forma, no caso, os registros de ponto indicam que não havia a prestação habitual de horas extras - pelo contrário, o autor não realizou qualquer hora extra em inúmeros meses trabalhados. Ainda que tenha realizado prorrogações da jornada em alguns dias, foram dias excepcionais no contexto dos registros de ponto e inservíveis para a conclusão pela realização de horas extras "habituais", como requer o entendimento consagrado na Súmula 85, IV, do TST.

Portanto, considerada a validade do regime compensatório semanal, indefiro os pedidos de declaração da invalidade da compensação e de consideração e pagamento como extras das horas trabalhadas excedentes de 7h20min diários, assim como não é devido o pagamento do adicional de sobrejornada sobre as horas destinadas à compensação. Nesse contexto, são consideradas horas extraordinárias as excedentes à jornada de 8h48min diários e, de forma não cumulativa, de 44 horas ordinárias semanais.

Diferenças de horas extras (excedentes ao regime compensatório - 44 horas semanais), inclusive noturnas

A contestação admite a adoção de tolerância na marcação de ponto em limite superior ao máximo legal permitido pelo artigo 58 da CLT unicamente em relação a período anterior à admissão da parte autora, negando tal situação para todo o período contratual do reclamante.

Desta forma, segue com o autor o ônus de demonstrar a existência de diferenças não pagas com base nos documentos juntados pela ré. E deste encargo o reclamante não se desincumbiu ao elaborar o demonstrativo de diferenças das págs. 265 (item 1.1). A uma porque tal demonstrativo não observa a regra do § 1º ao art. 58 da CLT, quanto ao limite legal de tolerância permitido na marcação do ponto. A duas porque na contagem do tempo trabalhado merece aplicação a pactuação coletiva no sentido de que as horas do período definido em lei como noturno (das 22h às 5h) são de 60 minutos (e não 52min30seg como dispõe o artigo 73, § 1º, da CLT). Isso porque, ao mesmo tempo, a negociação coletiva garantiu um adicional noturno de 45,14%, configurando

negociação benéfica ao empregado, conforme cláusula 11ª do ACT 2013/2014 (pág. 113 do PDF), cujo teor foi renovado nas normas coletivas posteriores.

Assim, considerando que a parte autora não demonstrou validamente a existência de qualquer diferença devida com base nos documentos juntados pela reclamada em relação ao período de trabalho, indefiro o pedido.

Trabalho em domingos e feriados

A parte autora não logrou provar o trabalho em dia destinado ao repouso semanal remunerado, já que o reclamante usufruía de uma folga semanal.

Tampouco logrou demonstrar trabalho em feriado sem a respectiva remuneração adicional ou sem concessão de folga extra compensatória. Além disso, conforme comprovado com diversas atas de assembleias juntadas aos autos (docs. págs. 71/88 do PDF), diversos destes dias trabalhados foram compensados por folgas.

O trabalho em alguns dias de repouso semanal e de feriado não é ilegal quando existente acordo firmado com os empregados, e com a participação do sindicato, para a compensação com outro dia de folga visando oportunizar o gozo de descanso mais prolongado (feriadão). Essas compensações ajustadas com respaldo sindical são válidas e devem ser observadas.

Finalmente, na manifestação sobre os documentos de defesa o próprio reclamante admite não existirem diferenças (item 7 - pág. 266 do PDF).

Indefiro o pedido.

Intervalo intrajornada

A alegação da reclamante de que não dispunha de intervalo para refeição e descanso não restou comprovada. A pré-assinalação adotada nos registros de ponto é procedimento regular autorizado no artigo 74, § 2º, da CLT. Alegação de gozo inferior ao legalmente previsto, ou não gozo do intervalo, diante da prova documental, necessita ser provada (artigo 818 da CLT).

Indefiro.

Intervalo interjornadas

O pleito não procede porque não se verifica, nas jornadas exercidas, o descumprimento ao intervalo mínimo legal de onze horas entre uma e outra jornada diária. Destaco que o reclamante reconheceu a inocorrência de descumprimento a este intervalo com base nos documentos juntados (manifestação no item 3 da pág. 265 do PDF).

Intervalo do artigo 384 da CLT

O reclamante postula o pagamento do período atinente ao intervalo previsto no artigo 384 da CLT.

O intervalo previsto no artigo 384 da CLT consubstancia-se em medida de proteção à mulher, em face da sua indiscutível desigualdade física. A sua concessão ao reclamante, além de ir contra o claro objetivo do legislador, implicaria ofensa ao princípio da igualdade material. Indefiro o pedido.

Troca de uniformes

O período destinado à troca de uniforme é considerado tempo à disposição e integra a jornada de trabalho.

A defesa salienta que a partir de 01/07/2010 a reclamada passou a pagar mensalmente 7min diários para todos empregados que utilizam o uniforme, sendo que a partir de junho de 2011 passou a pagar 8min30seg diários, o que seguiu sendo objeto de pactuação coletiva nos acordos coletivos seguintes, inclusive com o estabelecimento de dias de folga, tudo conforme previsão nas normas coletivas.

Assiste razão à reclamada.

No caso dos autos, já na data de admissão do autor existia norma coletiva regulando a retribuição pelo tempo despendido na troca de uniforme. Neste sentido é teor da cláusula sétima dos acordos coletivos de trabalho e salários de 2010/2011, 2011/2012, 2012/2013, 2013/2014, 2014/2015 e 2015/2016 (págs. 89/156 do PDF). Esta sistemática teve início em 01/07/2010, segundo a norma da página 91. E o reclamante foi admitido no emprego em 22/04/2013.

Os recibos de pagamento também demonstram que a reclamada adimplia rubrica mensal com finalidade de ressarcir o tempo destinado à troca de uniforme (rubrica "1012 Tempo Troca Uniforme") em relação ao período do contrato de trabalho.

O tempo previsto nas normas coletivas, além de razoável e compatível com a realidade verificada na prova oral, não é objeto de impugnação na petição inicial e na manifestação sobre os documentos, assim como não restou infirmado pela prova oral, analisada em seu conjunto (prova emprestada - doc. ID c532a37).

Os acordos coletivos de trabalho devem ser respeitados (CF, artigo 7º, XXVI e CLT, artigo 611, § 1º). No caso, entendo que não há como se perquirir sobre eventuais prejuízos (por exemplo, estimar se o tempo ajustado na norma é menor do que o realmente despendido), na medida em que houve a chancela da categoria profissional, mediante negociação guiada por critérios de conveniência e oportunidade, mediante concessões recíprocas, inclusive com a previsão de dois dias de folga em dezembro de cada ano.

Diante da ausência de critérios objetivos para a sua apuração, faz-se aplicável analogicamente a jurisprudência do TST que tem considerado válida a negociação coletiva que dispõe acerca da definição de um tempo médio para remunerar as horas *in itinere*.

Indefiro.

Horas *in itinere*

Inicialmente, quanto ao tempo *in itinere*, as partes convencionaram que o autor despendia o mesmo tempo no trajeto da residência para o trabalho e no trajeto do trabalho para a residência, sendo de uma hora por trajeto.

Nos termos do artigo 58, § 2º, da CLT, "*o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução*".

No caso dos autos, restou comprovado o fácil acesso à empresa reclamada (local central na cidade de Lajeado) e a existência de transporte público regular durante o dia (doc. págs. 260/261 do PDF), ainda que fosse necessário tomar um ônibus até a rodoviária, e outro da rodoviária até a reclamada. Por tal razão, indefiro o pedido de horas *in itinere* quanto ao deslocamento da residência do autor até o trabalho realizado no período do dia.

No entanto, quanto ao horário do término da jornada, por volta de 2h30min da manhã, não restou comprovado o transporte público regular.

Sendo a condução fornecida pela empresa à parte autora a única forma de viabilizar sua atividade econômica no período da noite, o tempo de deslocamento deve integrar a jornada de trabalho, nos termos do artigo 58, §2º, da CLT.

Considerando o ajuste celebrado entre as partes em audiência (fixação do tempo de uma hora por trajeto), defiro o pagamento de uma hora por dia de trabalho, pela consideração da jornada *in itinere*, relativamente ao término da jornada, com acréscimo praticado pela reclamada no curso do contrato para as horas extras ou o estabelecido nas normas coletivas juntadas (o que for mais benéfico), resguardado o mínimo legal de 50% e com reflexos em descansos semanais remunerados e feriados, gratificações natalinas, férias com um terço e FGTS (este a ser depositado na conta vinculada).

Diante da modalidade rescisória registrada no TRCT (dispensa por justa causa - págs. 274/277), não há repercussão em aviso prévio e em multa de 40% do FGTS.

Considerando a rescisão do contrato de trabalho havida no curso do presente processo judicial (TRCT págs. 274/277), a reclamada deverá complementar os documentos de ponto e recibos de pagamento de salário para abranger a totalidade do período contratual na fase de liquidação de sentença, sob pena de arbitramento de horas *in itinere* para o período faltante mediante consideração de todos os dias úteis como trabalhados.

Para apuração em liquidação, deverão ser observados ainda seguintes critérios: **observância da frequência** registrada nos cartões de ponto juntados, inclusive para fins de férias e outros afastamentos; consideração da **hora noturna como hora normal de 60min** (afastamento da hora reduzida do artigo 73, §1º, da CLT em virtude de negociação coletiva benéfica ao empregado); **evolução salarial** de acordo com os recibos de pagamento juntados; cálculo de acordo com a Súmula 347 do TST e base de cálculo prevista na Súmula 264 do TST (incluindo o adicional de insalubridade, o prêmio assiduidade, o adicional de função e o adicional noturno de 45,14%, este por se tratar de horas *in itinere* praticadas no horário de saída noturno).

DIFERENÇAS DE ADICIONAL NOTURNO

Não existe demonstração de diferenças devidas a título de adicional noturno sobre as horas normais trabalhadas (em relação às extraordinárias, já houve exame acima), encargo que era da parte autora.

Cabe registrar, quanto à hora reduzida noturna - além do seu afastamento por força de norma coletiva mais benéfica ao empregado (como acima examinado) - esta por si só não dá direito a parcela específica, sendo apenas critério de cômputo da jornada que pode gerar o direito ao pagamento de horas extras noturnas em caso de elástico do limite de jornada. No caso, as horas extras noturnas foram acima apreciadas e indeferidas.

Indefiro o pedido da alínea "J".

ARTIGO 467 DA CLT

Inexistentes verbas rescisórias incontroversas à época da primeira audiência, não há falar em incidência da penalidade prevista no artigo 467 da CLT.

HONORÁRIOS ASSISTENCIAIS. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

No processo do trabalho, em lides decorrentes da relação de emprego, a matéria atinente aos honorários é tratada pelo artigo 14 da Lei 5.584/70, sendo devidos os referidos honorários - cuja natureza é assistencial - desde que preenchidos os requisitos da hipossuficiência econômica e da assistência sindical.

No caso, a parte autora declara-se pobre e se encontra assistida pelo sindicato representativo da sua categoria, conforme credencial da pág. 11 do PDF, pelo que lhe concedo o benefício da assistência judiciária gratuita previsto na Lei 5.584/70 e defiro o pagamento de honorários assistenciais, no percentual de 15% do valor da condenação, em benefício do sindicato assistente, nos termos do artigo 16 da Lei 5.584/70.

JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

A definição de critérios sobre a incidência de juros e de correção monetária é matéria própria da fase de liquidação e de execução. Do contrário, é grande a possibilidade de conflito entre a coisa julgada proveniente da sentença e a legislação em vigor na época da liquidação e execução.

E entende-se aqui que o devedor não tem direito adquirido a um determinado percentual de juros e de correção monetária, bem como de critério de cálculo vigente na fase de conhecimento ou quando da prolação da sentença.

Finalmente, é preciso atentar para o fato de que *"os juros de mora e a correção monetária incluem-se na liquidação, ainda que omissa o pedido inicial ou a condenação"* (Súmula de nº 211 do TST). Logo, não cabe cogitar desta matéria nesta fase.

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E IMPOSTO DE RENDA

A parte reclamada deverá promover os recolhimentos previdenciários incidentes sobre as parcelas da condenação que integram o salário-de-contribuição (artigo 28 da Lei 8.212/91), autorizada a dedução da parcela de responsabilidade da parte autora, bem como comprová-los nos autos oportunamente. A contribuição do empregado deve ser calculada de acordo com a tabela vigente mês a mês e observado o limite máximo do salário de contribuição, nos termos da Súmula 368, III, do TST.

A parte reclamada também deverá recolher o imposto de renda incidente, comprovando o recolhimento nos autos, na forma do art. 46 da Lei n 8.541/92, autorizada a dedução do crédito do autor e observado o disposto no artigo 12-A da Lei 7.713/88.

III. DISPOSITIVO

Ante o exposto, na ação ajuizada por RICARDO SILVA DA CONCEIÇÃO em face de BRF S.A., decido julgar **PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO** para condenar a reclamada a pagar ao reclamante, em valores a serem apurados em liquidação, com juros e correção, observados os critérios da fundamentação (que são parte integrante deste dispositivo), as seguintes parcelas:

a) uma hora por dia de trabalho, pela consideração da jornada *in itinere*, relativamente ao término da jornada, com acréscimo praticado pela reclamada no curso do contrato para as horas extras ou o estabelecido nas normas coletivas juntadas (o que for mais benéfico), resguardado o mínimo legal de 50% e com reflexos em descansos semanais remunerados e feriados, gratificações natalinas, férias com um terço e FGTS (este a ser depositado na conta vinculada).

Defiro ao autor o benefício da assistência judiciária gratuita. Defiro honorários assistenciais, no percentual de 15% do valor da condenação, em benefício do sindicato assistente.

Considerando a rescisão do contrato de trabalho havida no curso do presente processo judicial (TRCT págs. 274/277), a reclamada deverá complementar os documentos de ponto e recibos de pagamento de salário para abranger a totalidade do período contratual na fase de liquidação de sentença, sob pena de arbitramento de horas *in itinere* para o período faltante mediante consideração de todos os dias úteis como trabalhados.

Recolhimentos previdenciários, imposto de renda, correção monetária e juros de mora, nos termos da fundamentação.

Custas de R\$ 200,00, calculadas sobre o valor da condenação, ora arbitrado em R\$ 10.000,00, pela reclamada.

Intimem-se as partes.

Cumpra-se após o trânsito em julgado.

LAJEADO, 18 de Julho de 2016

SHEILA SPODE
Juiz do Trabalho Substituto



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
1ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO
RTOrd 0020875-48.2015.5.04.0771
AUTOR: RICARDO SILVA DA CONCEICAO
RÉU: BRF S.A.

Recebo o recurso ordinário interposto pelo reclamante (petição de Id e92d9d4), uma vez que atendidos os pressupostos de admissibilidade recursal extrínsecos (tempestividade e regularidade formal) e intrínsecos (cabimento, legitimidade, interesse e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer).

Notifique-se a parte contrária para contra-arrazoar, no prazo legal.

Após, remetam-se os autos ao TRT.

LAJEADO, 28 de Julho de 2016

MAURICIO MACHADO MARCA
Juiz do Trabalho Titular



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
1ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO
RTOrd 0020875-48.2015.5.04.0771
AUTOR: RICARDO SILVA DA CONCEICAO
RÉU: BRF S.A.

Recebo o recurso ordinário interposto pela reclamada (Id cbb8b27), uma vez que atendidos os pressupostos de admissibilidade recursal extrínsecos (tempestividade, regularidade formal e preparo) e intrínsecos (cabimento, legitimidade, interesse e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer).

Notifique-se a parte contrária para contra-arrazoar, no prazo legal.

Após, remetam-se os autos ao TRT.

LAJEADO, 1 de Agosto de 2016

MAURICIO MACHADO MARCA
Juiz do Trabalho Titular



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
Gabinete Tânia Regina Silva Reckziegel
RO 0020875-48.2015.5.04.0771
RECORRENTE: RICARDO SILVA DA CONCEICAO, BRF S.A.
RECORRIDO: RICARDO SILVA DA CONCEICAO, BRF S.A.

Considerando a Política Nacional de Tratamento dos Conflitos de Interesses, implementada pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, com intuito de assegurar a conciliação e mediação das controvérsias entre as partes, e, ainda, o disposto no art. 3º do Ato n. 732/TST.GP-2012, aplicável por analogia, designa-se audiência de conciliação para o dia 04 de outubro de 2016, às 11h30min, a ser realizada na sala 506-B, no 5º andar do Prédio-Sede deste Tribunal (Av. Praia de Belas, 1100 - Porto Alegre/RS).

Intimem-se as partes, por seus procuradores signatários, inclusive para que compareçam munidas das bases de conciliação desejadas.

A impossibilidade de comparecimento à audiência designada pela Relatora, deverá ser justificada, mediante petição nos autos, até 7 dias antes da data fixada à audiência.

Caso não exitosa a tentativa de conciliação, voltem os autos conclusos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
Gabinete Tânia Regina Silva Reckziegel
RO 0020875-48.2015.5.04.0771
RECORRENTE: RICARDO SILVA DA CONCEICAO, BRF S.A.
RECORRIDO: RICARDO SILVA DA CONCEICAO, BRF S.A.

Em que pese, mediante contato telefônico, o advogado da ré tenha manifestado interesse em conciliar no feito, atesto que o procurador do autor, na petição de ID 1626859, mostrou desinteresse no comparecimento à audiência de conciliação designada pela Desembargadora Relatora deste processo.

Diante do exposto, determino o cancelamento da audiência designada para o dia 05 de outubro de 2016, com o regular processamento do feito.

Intimem-se as partes.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Identificação

PROCESSO nº 0020875-48.2015.5.04.0771 (RO)
RECORRENTE: RICARDO SILVA DA CONCEICAO, BRF S.A.
RECORRIDO: RICARDO SILVA DA CONCEICAO, BRF S.A.
RELATOR: TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL

EMENTA

HORAS *IN ITINERE*. INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. A incompatibilidade entre os horários de término da jornada de trabalho e do transporte público regular enseja o pagamento de horas *in itinere*. Aplicação do item II da Súmula nº 90 do TST.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos,

ACORDAM os Magistrados integrantes da 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região: por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso do reclamante RICARDO SILVA DA CONCEICAO para acrescer à condenação o pagamento do adicional de horas extras em relação àquelas destinadas à compensação, e da hora acrescida do adicional quanto àquelas que ultrapassarem a carga horária semanal ordinária, bem como para determinar que as horas extras devidas sejam apuradas minuto a minuto, com a incidência do adicional e reflexos deferidos em relação às horas *in itinere* objeto da condenação de origem, conforme restar apurado em liquidação de sentença, com base nos cartões pontos juntados aos autos. Autoriza-se o abatimento das horas extras adimplidas ao longo da execução contratual, de forma global (Súmula 73 deste TRT). Por unanimidade, negar provimento ao recurso da reclamada BRF S.A. Custas de R\$ 300,00 (trezentos reais) sobre o valor da condenação ora majorado para R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), pela reclamada.

Intime-se.

Porto Alegre, 23 de novembro de 2016 (quarta-feira).

RELATÓRIO

As partes interpõem recursos ordinários em face da sentença de Id. b4e8224, que julgou parcialmente procedente a ação.

O reclamante interpõe recurso ordinário (id. e92d9d4), requerendo a reforma da sentença quanto à base de cálculo do adicional de insalubridade, às horas extras,

A reclamada interpõe recurso ordinário (Id. cbb8b27), postulando a reforma do julgado quanto às horas in itinere e ao FGTS,

Com contrarrazões da reclamada (Id. 5505b14), os autos eletrônicos são disponibilizados a este Tribunal para exame e julgamento, sendo distribuídos a esta Relatora, na forma regimental.

Considerando a Política Nacional de Tratamento dos Conflitos de Interesses, implementada pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, com intuito de assegurar a conciliação e mediação das controvérsias entre as partes, e, ainda, o disposto no art. 3º do Ato n. 732/TST.GP-2012, aplicável por analogia, foi designada audiência de conciliação para o dia 04 de outubro de 2016, às 11h30min, a ser realizada na sala 506 B, no 5º andar do Prédio-Sede deste Tribunal (Av. Praia de Belas, 1100 - Porto Alegre/RS).

Em que pese, mediante contato telefônico, o advogado da ré tenha manifestado interesse em conciliar no feito, atesto que o procurador do autor, na petição de ID f626859, mostrou desinteresse no comparecimento à audiência de conciliação designada pela Desembargadora Relatora deste processo. Diante do exposto, foi determinado o cancelamento da audiência designada para o dia 04 de outubro de 2016, com o regular processamento do feito. (ID. 4456b62)

Vem os autos para julgamento.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Dados do contrato de trabalho.

O autor foi admitido em 22/04/2013, na função de operador de produção, laborando das 16h40 às 2h23. A rescisão do contrato de trabalho ocorreu no curso do presente processo judicial, na data de 01/12/2015, por justa causa do empregado (TRCT de Id. 433d376).

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE

1. Base de cálculo do adicional de insalubridade e reflexos.

O reclamante afirma que o adicional de insalubridade deve ser calculado sobre o salário que efetivamente recebia. Diz que, a partir da Constituição de 1988, não há mais diferença quanto à base de cálculo do adicional de periculosidade e de insalubridade. Colaciona jurisprudência confortando a sua tese. Invoca a Súmula Vinculante nº 4 do STF. Pugna que o salário efetivamente recebido ou, sucessivamente, o piso normativo seja adotado como base de cálculo do adicional de insalubridade.

Examino.

No tocante à base de cálculo do adicional de insalubridade, revendo posicionamento, passo a adotar o entendimento consubstanciado na Súmula nº 62 deste Regional:

A base de cálculo do adicional de insalubridade permanece sendo o salário mínimo nacional enquanto não sobrevier lei dispondo de forma diversa, salvo disposição contratual ou normativa prevendo base de cálculo mais benéfica ao trabalhador.

Inexiste no presente caso qualquer disposição normativa fixando base de cálculo diverso do salário mínimo para o adicional de insalubridade. Ao contrário, há disposição vedando o uso do piso normativo como substitutivo do salário mínimo (e.g. ACT 2013/2014, cláusula terceira, § 2º, id "4700fb5 - Pág. 34").

O adicional de insalubridade foi calculado com base no salário mínimo, por aplicação do artigo 192 da CLT. Portanto, são indevidas as diferenças postuladas.

Assim sendo, nego provimento ao recurso ordinário.

2. Nulidade do regime compensatório. Do adicional de horas extras a incidir sobre as horas irregularmente compensadas e reflexos. Da hora reduzida noturna. Dos minutos de tolerância. Do critério de apuração das horas *in itinere*.

Pretende o reclamante a reforma da sentença, a fim de que seja reconhecida a nulidade do regime compensatório, com a consequente condenação da reclamada ao pagamento de diferença do adicional de

horas extras a incidir sobre aquelas irregularmente compensadas, bem como seus reflexos. Sustenta existirem diferenças de horas extras decorrentes da incorreta observância dos minutos de tolerância previstos no § 1º, do art. 58 da CLT, aliada ao pagamento e consideração do horário reduzido noturno.

A Magistrada *a quo* fundamentou a decisão nos seguintes termos:

"Os cartões de ponto revelam que a jornada normal era prestada de segunda a sexta-feira, com compensação semanal destinada à supressão do trabalho aos sábados. Essa jornada foi acordada entre as partes (págs. 69/70 e 190/191 do PDF) e possui previsão nas normas coletivas vigentes para o período (cláusula 9ª do ACT 2013/2014 - pág. 113 do PDF, renovada nas normas coletivas posteriores). Portanto, reconheço a validade do sistema compensatório semanal.

Os poucos sábados trabalhados foram pontuais e são insignificantes em comparação com o período laborado, a revelar que a compensação semanal sempre foi vantajosa ao autor, permitindo-o usufruir dois dias inteiros de descanso na semana.

Registro que a prorrogação da jornada por curto período de tempo por dia em troca de mais um dia de descanso na semana não fere a proteção que o artigo 60 da CLT pretende garantir ao exigir licença prévia da autoridade competente para as prorrogações da jornada.

Evidentemente, o artigo 60 da CLT não disciplina a situação do empregado que prorroga, por curto período, o seu trabalho para folga na mesma semana, como é o caso da compensação semanal.

Da mesma forma, no caso, os registros de ponto indicam que não havia a prestação habitual de horas extras - pelo contrário, o autor não realizou qualquer hora extra em inúmeros meses trabalhados. Ainda que tenha realizado prorrogações da jornada em alguns dias, foram dias excepcionais no contexto dos registros de ponto e inservíveis para a conclusão pela realização de horas extras "habituais", como requer o entendimento consagrado na Súmula 85, IV, do TST.

Portanto, considerada a validade do regime compensatório semanal, indefiro os pedidos de declaração da invalidade da compensação e de consideração e pagamento como extras das horas trabalhadas excedentes de 7h20min diários, assim como não é devido o pagamento do adicional de sobrejornada sobre as horas destinadas à compensação. Nesse contexto, são consideradas horas extraordinárias as excedentes à jornada de 8h48min diários e, de forma não cumulativa, de 44 horas ordinárias semanais."

Examino.

Consoante analisado na sentença, os cartões de ponto comprovam que a jornada normal era prestada de segunda a sexta-feira, com compensação semanal destinada à supressão do trabalho aos sábados. Essa jornada foi acordada entre as partes (págs. 69/70 e 190/191 do PDF) e possui previsão nas normas coletivas vigentes para o período (cláusula 9ª do ACT 2013/2014 - pág. 113 do PDF, renovada nas normas coletivas posteriores). Nesse contexto, passo a análise da insurgência do reclamante em face do julgado.

a) Regime de compensação de jornada

No que concerne à validade do regime de compensação de jornada adotado pela ré, constata-se que a atividade desenvolvida pelo reclamante era insalubre, conforme demonstram os recibos salariais juntados aos autos (Id. 2fafcca).

Entendo, a respeito, que, diante do cancelamento da Súmula nº 349 do TST, sendo insalubre a atividade exercida pelo empregado, a validade dos regimes compensatórios depende de licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene do trabalho, na forma do artigo 60 da CLT, o que não restou demonstrado na espécie.

Neste sentido, inclusive, é o entendimento que emana da Súmula 67 deste TRT:

REGIME DE COMPENSAÇÃO HORÁRIA. ATIVIDADE INSALUBRE. É inválido o regime de compensação horária em atividade insalubre quando não atendidas as exigências do art. 60 da CLT.

Assim, apesar da existência de norma coletiva autorizando a compensação, esta é inválida, em razão da condição insalubre de trabalho.

Saliento, ademais, que afigura-se nula qualquer previsão normativa que dispense a autorização prevista no artigo 60 da CLT, porquanto a autonomia das vontades coletivas encontra limitação no patamar mínimo de direitos assegurado aos trabalhadores pela legislação.

Aliás, nesse sentido, o entendimento consubstanciado no item VI, da Súmula 85 do TST:

VI - Não é válido acordo de compensação de jornada em atividade insalubre, ainda que estipulado em norma coletiva, sem a necessária inspeção prévia e permissão da autoridade competente, na forma do art. 60 da CLT.

Por outro lado, tem-se que o período de deslocamento (*in itinere*) deve ser computado na jornada de trabalho, o que também é argumento a invalidar o regime compensatório.

Assim, apesar da existência de norma coletiva autorizando a compensação semanal de jornada para dispensa de trabalho aos sábados com o aumento da carga horária de segunda a sexta feira, esta é inválida, em razão da condição insalubre de trabalho e, também, pelo fato de que o autor, habitualmente prestou horas extras, o que descaracteriza o ajuste compensatório.

Entendo que uma vez declarado nulo o regime compensatório em atividade insalubre é devido o pagamento das horas excedentes à 8ª diária e 44ª semanal como extraordinárias, não aplicando-se o disposto no item III

da Súmula nº 85 do TST, contudo, em observância aos limites da inicial, faz jus o autor ao pagamento do adicional de horas extras sobre as horas irregularmente compensadas.

b) Artigo 58, §1º, da CLT

No caso, considero inaplicável norma coletiva que elastece o limite de tolerância de registro nos cartões ponto para até 8 minutos (por exemplo, ACT 2013/2014, cláusula trigésima primeira, Id. 4700fb5 - pág. 40), por afronta ao art. 58, §1º, da CLT.

Aplico, quanto ao aspecto, o entendimento vertido na súmula 449 do TST, *verbis*:

A partir da vigência da Lei nº 10.243, de 19.06.2001, que acrescentou o § 1º ao art. 58 da CLT, não mais prevalece cláusula prevista em convenção ou acordo coletivo que elastece o limite de 5 minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho para fins de apuração das horas extras.

Assim, é devido o pagamento, como extras, dos minutos que antecedem e sucedem a jornada, quando ultrapassado o limite previsto no art. 58, § 1º, da CLT.

Conforme já salientado supra, a autonomia das vontades coletivas, consagrada na Constituição Federal, não é direito absoluto, encontrando limite nas demais normas positivadas no ordenamento jurídico pátrio. Assim, não prevalece a cláusula invocada, na medida em que representa afronta a dispositivo da CLT, de caráter indisponível.

Com efeito, uma vez desrespeitado tal limite de tolerância, considera-se como extraordinária a totalidade do tempo que exceder à jornada normal de trabalho.

É nesse sentido a orientação contida na Súmula nº 366 do TST:

"Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário do registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários. Se ultrapassado esse limite, será considerada como extra a totalidade do tempo que exceder a jornada normal."

A reclamada ao argumentar que "*em que pese nos Acordos Coletivos esteja autorizado a tolerância de 08 minutos na marcação do ponto, a partir de 16/12/2008 foi considerada a tolerância de apenas 06 minutos, sendo que a partir de 12/2010 5 (cinco) minutos de tolerância. Como o Autor foi admitido no ano de 2013 nenhuma diferença é devida*", atraiu para si o ônus de demonstrar que os limites do artigo 58, §1º, da CLT foram observados, embora haja previsão normativa elastecendo esse lapso temporal. No entanto, desse ônus não se desincumbiu a contento.

Nessa linha, tem direito o reclamante ao pagamento de horas extras em razão da não observância dos limites do artigo 58, §1º, da CLT, a serem apuradas por ocasião da liquidação de sentença.

Esclareço, por fim, que, em face da nulidade do regime compensatório e consideração das horas *in itinere*, as horas extras prestadas pelo autor, por si só, já extrapolam a margem de tolerância do art. 58, §1º, da CLT, razão pela determina-se que as horas devidas observem a integralidade dos minutos, sem qualquer limite de tolerância.

Dou provimento ao recurso do autor para condenar a reclamada ao pagamento de horas extras em razão da não observância dos limites do artigo 58, §1º, da CLT, determinando que as horas devidas observem a integralidade dos minutos, sem qualquer tolerância, ou seja, as horas extras deverão serem apuradas minuto a minuto, a serem calculadas por ocasião da liquidação de sentença. Autorizado o abatimento pelo critério global.

c) Hora reduzida noturna

Acerca da hora extra reduzida noturna, o reclamante alega que além da jornada reduzida em 7h50min, tem em sua base de cálculo, o adicional noturno e o adicional de horas extras (50%), enquanto que o regramento prevê apenas 45,14% para uma hora sem redução, sendo prejudicial. Aduz que a fixação do regramento é apenas para o adicional noturno e não para apuração de horas extras noturnas. A apuração das horas extras deve levar em consideração o art. 73, §1º, da CLT.

Examino.

No caso, compartilho do entendimento da Juíza. Na contagem do tempo trabalhado deve prevalecer o pactuado na norma coletiva no sentido de que as horas do período definido em lei como noturno (das 22h às 5h) são de 60 minutos (e não 52min30seg como dispõe o artigo 73, § 1º, da CLT), porquanto a negociação coletiva garantiu um adicional noturno de 45,14%, configurando negociação benéfica ao empregado, conforme cláusula 11ª do ACT 2013/2014 (pág. 113 do PDF), cujo teor foi renovado nas normas coletivas posteriores.

Aplica-se à presente hipótese, a Súmula nº 101 deste Tribunal, *verbis*:

"Súmula nº 101 - ADICIONAL NOTURNO. MAJORAÇÃO DO PERCENTUAL POR NORMA COLETIVA PARA EQUIPARAR A DURAÇÃO DA HORA NOTURNA À DIURNA É válida a norma coletiva que majora proporcionalmente o percentual do adicional noturno para fins de equiparar a duração da hora noturna, prevista no art. 73, § 1º, da CLT, à duração da hora diurna de 60 minutos."

Nada a reparar, no aspecto.

Nego provimento.

d) Critério de apuração das horas *in itinere*

O autor alega que a sentença determinou que para os critérios de apuração, (*horas in itinere*), fosse considerada a hora noturna como hora normal de 60 minutos. Aduz que esse procedimento deve ser afastado por afrontar o art. 73, § 1º da CLT e não se constituir em benefício ao autor.

Examino.

A Jufza deferiu ao autor o pagamento de uma hora por dia de trabalho, pela consideração da jornada *in itinere*, relativamente ao término da jornada, com acréscimo praticado pela reclamada no curso do contrato para as horas extras ou o estabelecido nas normas coletivas juntadas (o que for mais benéfico), resguardado o mínimo legal de 50% e com reflexos em descansos semanais remunerados e feriados, gratificações natalinas, férias com um terço e FGTS.

Para apuração em liquidação, determinou que deverão ser observados ainda seguintes critérios: **observância da frequência** registrada nos cartões de ponto juntados, inclusive para fins de férias e outros afastamentos; consideração da **hora noturna como hora normal de 60min** (afastamento da hora reduzida do artigo 73, §1º, da CLT em virtude de negociação coletiva benéfica ao empregado); **evolução salarial** de acordo com os recibos de pagamento juntados; cálculo de acordo com a Súmula 347 do TST e base de cálculo prevista na Súmula 264 do TST (incluindo o adicional de insalubridade, o prêmio assiduidade, o adicional de função e o adicional noturno de 45,14%, este por se tratar de horas *in itinere* praticadas no horário de saída noturno).

Consoante analisado no item precedente, entendo válida a negociação coletiva que garantiu um adicional noturno de 45,14%, pois mais benéfica ao trabalhador.

Desse modo, restam mantidos os critérios de apuração das horas extras determinados na sentença.

Nada a prover, no aspecto.

Conclusão

Por todo o exposto, dou provimento ao recurso do reclamante para acrescer à condenação o pagamento do adicional de horas extras em relação àquelas destinadas à compensação, e da hora acrescida do adicional quanto àquelas que ultrapassarem a carga horária semanal ordinária, a serem apuradas minuto, com a

incidência do adicional e reflexos deferidos em relação às horas *in itinere* objeto da condenação de origem, conforme restar apurado em liquidação de sentença, com base nos cartões pontos juntados aos autos.

Autorizo o abatimento das horas extras adimplidas ao longo da execução contratual, de forma global (Súmula 73 deste TRT).

3. Troca de uniforme

Pretende o recorrente a reforma da sentença para que sejam considerados 20 minutos à disposição do empregador quando da troca do uniforme. Assevera que não pode ser acolhido acordo realizado entre sindicato e empresa quando esse fere a legislação, é prejudicial ao trabalhador e ignora a realidade fática dos operários.

A juíza indeferiu o pedido em epígrafe, pelos fundamentos a seguir expostos:

"No caso dos autos, já na data de admissão do autor existia norma coletiva regulando a retribuição pelo tempo despendido na troca de uniforme. Neste sentido é teor da cláusula sétima dos acordos coletivos de trabalho e salários de 2010/2011, 2011/2012, 2012/2013, 2013/2014, 2014/2015 e 2015/2016 (págs. 89/156 do PDF). Esta sistemática teve início em 01/07/2010, segundo a norma da página 91. E o reclamante foi admitido no emprego em 22/04/2013.

Os recibos de pagamento também demonstram que a reclamada adimplia rubrica mensal com finalidade de ressarcir o tempo destinado à troca de uniforme (rubrica "1012 Tempo Troca Uniforme") em relação ao período do contrato de trabalho.

O tempo previsto nas normas coletivas, além de razoável e compatível com a realidade verificada na prova oral, não é objeto de impugnação na petição inicial e na manifestação sobre os documentos, assim como não restou infirmado pela prova oral, analisada em seu conjunto (prova emprestada - doc. ID c532a37).

Os acordos coletivos de trabalho devem ser respeitados (CF, artigo 7º, XXVI e CLT, artigo 611, § 1º). No caso, entendo que não há como se perquirir sobre eventuais prejuízos (por exemplo, estimar se o tempo ajustado na norma é menor do que o realmente despendido), na medida em que houve a chancela da categoria profissional, mediante negociação guiada por critérios de conveniência e oportunidade, mediante concessões recíprocas, inclusive com a previsão de dois dias de folga em dezembro de cada ano.

*Diante da ausência de critérios objetivos para a sua apuração, faz-se aplicável analogicamente a jurisprudência do TST que tem considerado válida a negociação coletiva que dispõe acerca da defruição de um tempo médio para remunerar as horas *in itinere*."*

Examino.

De início, perfilho integralmente o entendimento da Juíza de que não há como se perquirir sobre eventuais prejuízos, porquanto houve a chancela da categoria profissional, mediante negociação guiada por critérios de conveniência e oportunidade, e concessões recíprocas.

Aliás, nesse sentido, esta Turma já decidiu em questão envolvendo a mesma empresa reclamada, cujos fundamentos ora adoto como razões de decidir:

"É incontroverso que a ré exige de seus empregados o uso de uniforme, tanto que a autora, a contar de julho de 2010, passou a receber a remuneração pertinente (rubrica 1012 tempo troca uniforme).

Com efeito, a partir de 1º de julho de 2010, por meio de negociação coletiva foi instituída uma compensação pelo tempo relativo à troca de uniformes, nos seguintes termos (por exemplo, ACT 2010/2011, ID 72acaca - Pág. 3):

Cláusula 7ª: Uniforme e demais vestimentas ... ajustam as partes, a instituição de uma compensação aos empregados por estas peculiaridades, em especial para aqueles que utilizam as vestimentas exigidas no manuseio dos produtos (calçados, calça, aventais, casaco, camisa e touca), na razão de 7 (sete) minutos, sendo para todos os efeitos este tempo convencionalizado por dia trabalhado, assim compreendidos a entrada e saída, com base no salário normal do empregado, sem qualquer adicional ou acréscimo.

[...]

Parágrafo 3º: A compensação de que trata o caput da presente cláusula terá vigência a partir de 1º de julho de 2010.

Posteriormente, esse tempo destinado à troca de uniforme foi aumentado no acordo coletivo de 2011/2012, para 8,5 (oito e meio) minutos (ID dfda071 - Pág. 3)

A questão já foi debatida em processos anteriores, inclusive, alguns de minha própria relatoria, nos quais ficou assentado que a remuneração pertinente à troca de uniforme somente era devida até 30/06/2010, porquanto, a partir de 01/07/2010 (data posterior à contratação do trabalhador), passou a ser efetuado o pagamento de valores relativos ao tempo despendido com tal função.

(...)

Portanto, para o período posterior a 30-06-2010 prevalece a negociação coletiva, devendo ser mantida a sentença.

Com relação ao período anterior a 01-07-2010, em que a autora postula o elastecimento da condenação para 20 minutos diários, não lhe sucede melhor sorte. É a autora que limita o pedido, conforme se verifica do item "d" (ID ede43a2 - Pág. 3) da inicial. Ao postular o pagamento dos minutos relativos à troca de uniforme, a autora pede expressamente 15 minutos diários como extras, não podendo, agora, no recurso, alterar os limites da lide, sob pena de ofensa aos arts. 141 e 492 do NCPC.

Logo, nego provimento ao recurso. (TRT da 4ª Região, 2ª Turma, 0020341-07.2015.5.04.0771 RO, em 23/05/2016, Marcelo Jose Ferlin D'Ambroso)"

Considerando que o contrato de trabalho entre as partes teve início em 2013, quando já existia norma coletiva regulando a retribuição pelo tempo despendido na troca de uniforme, entendo que deve ser observada a autonomia da negociação coletiva, consoante faculta a Constituição Federal.

Nego provimento ao recurso do autor.

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA

1. Das horas "in itinere".

Insurge-se a reclamada com o entendimento da Juíza de que o tempo *in itinere*, convencionado pelas partes e fixado em 1 (uma) hora por trajeto, na audiência de prosseguimento, deva ser computado como tempo à disposição do empregador. Afirma que é público e notório que a empresa reclamada está situada na área urbana do Município de Lajeado (Bairro Moinhos), em local de fácil acesso e amplamente servido pelo transporte público. Diz que a empresa possui mais de quatro mil empregados e está localizada em um dos lugares de maior fluxo de transporte coletivo na cidade de Lajeado. Assim, caso mantida a sentença, requer sejam as horas referentes ao deslocamento de casa para o trabalho e vice-versa, consideradas como horas normais de trabalho, sem o acréscimo de nenhum adicional.

A Juíza condenou a ré ao pagamento de uma hora por dia de trabalho, pela consideração da jornada *in itinere*, relativamente ao término da jornada, pelos fundamentos a seguir expostos:

"No caso dos autos, restou comprovado o fácil acesso à empresa reclamada (local central na cidade de Lajeado) e a existência de transporte público regular durante o dia (doc. págs 260/261 do PDF), ainda que fosse necessário tomar um ônibus até a rodoviária, e outro da rodoviária até a reclamada. Por tal razão, indefiro o pedido de horas in itinere quanto ao deslocamento da residência do autor até o trabalho realizado no período do dia.

No entanto, quanto ao horário do término da jornada, por volta de 2h30min da manhã, não restou comprovado o transporte público regular.

Sendo a condução fornecida pela empresa à parte autora a única forma de viabilizar sua atividade econômica no período da noite, o tempo de deslocamento deve integrar a jornada de trabalho, nos termos do artigo 58, §2º, da CLT.

Considerando o ajuste celebrado entre as partes em audiência (fixação do tempo de uma hora por trajeto), defiro o pagamento de uma hora por dia de trabalho, pela consideração da jornada in itinere, relativamente ao término da jornada, com acréscimo praticado pela reclamada no curso do contrato para as horas extras ou o estabelecido nas normas coletivas juntadas (o que for mais benéfico), resguardado o mínimo legal de 50% e com reflexos em

descansos semanais remunerados e feriados, gratificações natalinas, férias com um terço e FGTS (este a ser depositado na conta vinculada).

Diante da modalidade rescisória registrada no TRCT (dispensa por justa causa - págs 274 /277), não há repercussão em aviso prévio e em multa de 40% do FGTS.

Considerando a rescisão do contrato de trabalho havida no curso do presente processo judicial (TRCT págs. 274/277), a reclamada deverá complementar os documentos de ponto e recibos de pagamento de salário para abranger a totalidade do período contratual na fase de liquidação de sentença, sob pena de arbitramento de horas in itinere para o período faltante mediante consideração de todos os dias úteis como trabalhados.

*Para apuração em liquidação, deverão ser observados ainda seguintes critérios: **observância da frequência** registrada nos cartões de ponto juntados, inclusive para fins de férias e outros afastamentos; **consideração da hora noturna como hora normal de 60min** (afastamento da hora reduzida do artigo 73, §1º, da CLT em virtude de negociação coletiva benéfico ao empregado); **evolução salarial** de acordo com os recibos de pagamento juntados; cálculo de acordo com a Súmula 347 do TST e base de cálculo prevista na Súmula 264 do TST (incluindo o adicional de insalubridade, o prêmio assiduidade, o adicional de função e o adicional noturno de 45,14%, este por se tratar de horas in itinere praticadas no horário de saída noturno).*

”

Examino.

Nos termos do artigo 58, §2º, da CLT, o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.

Ainda, de acordo com o item II da Súmula 90 do TST: “A incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular é circunstância que também gera o direito às horas ‘in itinere’”.

Incontroverso o fornecimento de transporte pela reclamada. Uma vez comprovado o fornecimento de transporte ao trabalhador, à ré incumbe o ônus de demonstrar a existência de transporte público regular e de não se tratar de local de difícil acesso, encargo probatório do qual não se desincumbiu a contento.

Consoante analisado pela Juíza, restou comprovado o fácil acesso à empresa reclamada (local central na cidade de Lajeado) e a existência de transporte público regular durante o dia, no entanto, quanto ao horário do término da jornada, por volta de 2h30min da manhã, não restou comprovado o transporte público regular.

Desse modo, tem-se que o tempo de deslocamento deve integrar a jornada de trabalho, nos termos do artigo 58, §2º, da CLT.

Com relação ao tempo despendido nos deslocamentos de casa até o trabalho e do trabalho até em casa, as partes convencionaram que o tempo gasto no deslocamento entre a residência e o local de trabalho e vice-versa era de 1 hora por trajeto.

Desse modo, na linha do entendimento contido no item I da Súmula nº 90 do TST, deve ser computado na jornada de trabalho o tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular, e para o seu retorno.

Acerca da insurgência da reclamada de que foram consideradas as horas *in itinere* como tempo à disposição do empregador, cumpre asseverar que a decisão da Juíza está em consonância com o entendimento consubstanciado na Súmula 90 do TST, incisos I e V, *verbis*:

"Súmula nº 90 do TST

HORAS 'IN ITINERE'. TEMPO DE SERVIÇO. (INCORPORADAS AS SÚMULAS NºS 324 E 325 E AS ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS NºS 50 E 236 DA SDI-1).

I - O tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular, e para o seu retorno é computável na jornada de trabalho.

II - A incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular é circunstância que também gera o direito às horas *in itinere*.

III - A mera insuficiência de transporte público não enseja o pagamento de horas *in itinere*.

IV - Se houver transporte público regular em parte do trajeto percorrido em condução da empresa, as horas '*in itinere*' remuneradas limitam-se ao trecho não alcançado pelo transporte público.

V - Considerando que as horas '*in itinere*' são computáveis na jornada de trabalho, o tempo que extrapola a jornada legal é considerado como extraordinário e sobre ele deve incidir o adicional respectivo".

Portanto, depreende-se que as horas *in itinere* são computáveis na jornada de trabalho, e no caso de extrapolação da jornada legal, este tempo é considerado como extraordinário e sobre ele incide o adicional respectivo.

Nestes termos, nego provimento.

2. FGTS

A reclamada aponta que, como consectário do afastamento da condenação quanto ao principal, o pedido acessório deve seguir idêntica sorte.

Examino.

Tratando-se de pedido acessório e, tendo sido mantida a condenação principal, aquele segue idêntica sorte desta.

Nego provimento.

Prequestionamento

Destaco que a matéria contida nas disposições legais e constitucionais invocadas pelas partes foi devidamente apreciada na elaboração deste julgado.

Adoto o entendimento expresso na O.J. nº 118/SDI-1 do TST.

Por fim, advirto aos recorrentes acerca das consequências advindas da eventual oposição de embargos protelatórios, com fulcro no disposto no art. 1026, §2º, do CPC.

TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL

Relator

VOTOS**DESEMBARGADOR MARCELO JOSÉ FERLIN D AMBROSO:**

Acompanho o voto da Exma. Desa. Relatora, em consonância de seus fundamentos.

DESEMBARGADORA TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA:

Acompanho o voto da Exma. Desembargadora Relatora.

PARTICIPARAM DO JULGAMENTO:

DESEMBARGADORA TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL (RELATORA)

DESEMBARGADOR MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO

DESEMBARGADORA TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Identificação

PROCESSO nº 0020875-48.2015.5.04.0771 (RO)
RECORRENTE: RICARDO SILVA DA CONCEICAO, BRF S.A.
RECORRIDO: RICARDO SILVA DA CONCEICAO, BRF S.A.
RELATOR: TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REEXAME DA MATÉRIA. Os embargos de declaração são cabíveis para sanar omissão, contradição ou obscuridade no julgado, ou no caso de manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso, não sendo remédio apto para reexaminar questões já analisadas e fundamentadas no acórdão.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDAM os Magistrados integrantes da 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região: por unanimidade, não acolher os embargos de declaração opostos pelo reclamante RICARDO SILVA DA CONCEICAO.

Intime-se.

Porto Alegre, 26 de janeiro de 2017 (quinta-feira).

RELATÓRIO

O reclamante, RICARDO SILVA DA CONCEIÇÃO, opõe embargos de declaração alegando omissão e contradição no acórdão proferido por esta Turma Julgadora no tocante ao tempo para troca de uniforme.

Regularmente processados, os autos eletrônicos são conclusos a esta Relatora para julgamento.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO RECLAMANTE

1. HORAS DE UNIFORMIZAÇÃO

Alega o reclamante que o regramento coletivo que aponta tempo inferior ao da prova utilizada pelas partes - supressão de direito irrenunciável - afronta ao art. 4º da CLT e art. 7º da CF. Assevera que ao analisar a questão da troca de uniforme, o Acórdão deferiu apenas o tempo fixado em norma coletiva, em detrimento ao da prova utilizada pelas partes. Destaca que o tempo fixado na norma coletiva é de 7 minutos e posteriormente 8,5 minutos, enquanto que a prova emprestada utilizada pelas partes, aponta entre 10 e 12 minutos por troca. Para efeitos de prequestionamento, requer que a Turma se manifeste, se o entendimento do acórdão em conferir validade a norma coletiva que reduz o tempo daquele que efetivamente o obreiro está a disposição do empregador, afronta ou não o art. 7º da Constituição Federal. Sustenta que se o tempo efetivamente gasto nesta troca, por convenção das partes na utilização de prova emprestada, aponta entre 10 e 12 minutos por troca e o acórdão confere validade a norma coletiva que fixa 7 minutos e posteriormente 8,5 minutos "por dia e não por troca", há evidente afronta ao art. 4º da CLT porque não considera todo o tempo gasto como à disposição do empregador.

Examino,

Nos termos dos arts. 897-A da CLT e o artigo 1022 do Código de Processo Civil, cabe a interposição de embargos declaratórios para sanar omissão, contradição ou obscuridade no julgado, ou no caso de manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso, hipóteses que não correspondem à situação em análise.

Verifico que restaram devidamente explicitados os fundamentos de fato e de direito que firmaram o convencimento desta Colenda Turma quanto à prova do tempo para troca de uniforme, consoante transcrição do aresto embargado:

"3. Troca de uniforme

Pretende o recorrente a reforma da sentença para que sejam considerados 20 minutos à disposição do empregador quando da troca do uniforme. Assevera que não pode ser

acolhido acordo realizado entre sindicato e empresa quando esse fere a legislação, é prejudicial ao trabalhador e ignora a realidade fática dos operários.

A juíza indeferiu o pedido em epígrafe, pelos fundamentos a seguir expostos:

"No caso dos autos, já na data de admissão do autor existia norma coletiva regulando a retribuição pelo tempo despendido na troca de uniforme. Neste sentido é teor da cláusula sétima dos acordos coletivos de trabalho e salários de 2010/2011, 2011/2012, 2012/2013,

2013/2014, 2014/2015 e 2015/2016 (págs. 89/156 do PDF). Esta sistemática teve início em 01/07/2010, segundo a norma da página 91. E o reclamante foi admitido no emprego em 22/04/2013.

Os recibos de pagamento também demonstram que a reclamada adimplia rubrica mensal com finalidade de ressarcir o tempo destinado à troca de uniforme (rubrica "1012 Tempo

Troca Uniforme") em relação ao período do contrato de trabalho.

O tempo previsto nas normas coletivas, além de razoável e compatível com a realidade verificada na prova oral, não é objeto de impugnação na petição inicial e na manifestação sobre os documentos, assim como não restou infirmado pela prova oral, analisada em seu conjunto (prova emprestada - doc. ID c532a37).

Os acordos coletivos de trabalho devem ser respeitados (CF, artigo 7º, XXVI e CLT, artigo 611, § 1º). No caso, entendo que não há como se perquirir sobre eventuais prejuízos (por exemplo, estimar se o tempo ajustado na norma é menor do que o realmente despendido), na medida em que houve a chancela da categoria profissional, mediante negociação guiada por critérios de conveniência e oportunidade, mediante concessões recíprocas, inclusive com a previsão de dois dias de folga em dezembro de cada ano.

Diante da ausência de critérios objetivos para a sua apuração, faz-se aplicável analogicamente a jurisprudência do TST que tem considerado válida a negociação coletiva que dispõe acerca da definição de um tempo médio para remunerar as horas in itinere."

Examinando,

De início, perfilho integralmente o entendimento da Juíza de que não há como se perquirir sobre eventuais prejuízos, porquanto houve a chancela da categoria profissional, mediante negociação guiada por critérios de conveniência e oportunidade, e concessões recíprocas.

Aliás, nesse sentido, esta Turma já decidiu em questão envolvendo a mesma empresa reclamada, cujos fundamentos ora adoto como razões de decidir:

"É incontroverso que a ré exige de seus empregados o uso de uniforme, tanto que a autora, a contar de julho de 2010, passou a receber a remuneração pertinente (rubrica

1012 tempo troca uniforme).

Com efeito, a partir de 1º de julho de 2010, por meio de negociação coletiva foi instituída uma compensação pelo tempo relativo à troca de uniformes, nos seguintes termos (por exemplo, ACT 2010/2011, ID 72acaca - Pág. 3):

Cláusula 7ª: Uniforme e demais vestimentas ... ajustam as partes, a instituição de uma compensação aos empregados por estas peculiaridades, em especial para aqueles que utilizam as vestimentas exigidas no manuseio dos produtos (calçados, calça, aventais, casaco, camisa e touca), na razão de 7 (sete) minutos, sendo para todos os efeitos este tempo convencionado por dia trabalhado, assim compreendidos a entrada e saída, com base no salário normal do empregado, sem qualquer adicional ou acréscimo.

[...]

Parágrafo 3º: A compensação de que trata o caput da presente cláusula terá vigência a partir de 1º de julho de 2010.

Posteriormente, esse tempo destinado à troca de uniforme foi aumentado no acordo coletivo de 2011/2012, para 8,5 (oito e meio) minutos (ID dfda071 - Pág. 3)

A questão já foi debatida em processos anteriores, inclusive, alguns de minha própria relatoria, nos quais ficou assentado que a remuneração pertinente à troca de uniforme somente era devida até 30/06/2010, porquanto, a partir de 01/07/2010 (data posterior à contratação do trabalhador), passou a ser efetuado o pagamento de valores relativos ao tempo despendido com tal função.

(...)

Portanto, para o período posterior a 30-06-2010 prevalece a negociação coletiva, devendo ser mantida a sentença.

Com relação ao período anterior a 01-07-2010, em que a autora postula o elastecimento da condenação para 20 minutos diários, não lhe sucede melhor sorte. É a autora que limita o pedido, conforme se verifica do item "d" (ID ede43a2 - Pág. 3) da inicial. Ao postular o pagamento dos minutos relativos à troca de uniforme, a autora pede expressamente 15 minutos diários como extras, não podendo, agora, no recurso, alterar os limites da lide, sob pena de ofensa aos arts. 141 e 492 do NCPC.

Logo, nego provimento ao recurso. (TRT da 4ª Região, 2ª Turma, 0020341-07.2015.5.04.0771 RO, em 23/05/2016, Marcelo Jose Ferlin D'Ambrosio)"

Considerando que o contrato de trabalho entre as partes teve início em 2013, quando já existia norma coletiva regulando a retribuição pelo tempo despendido na troca de uniforme, entendo que deve ser observada a autonomia da negociação coletiva, consoante faculta a Constituição Federal.

Nego provimento ao recurso do autor."

Não há qualquer contradição a ser sanada no aresto embargado, mas mera pretensão do embargante de obter a modificação dos fundamentos adotados por esta Relatora, através de remédio processual inadequado remédio.

Ressalto que o Julgador possui o dever de fundamentar suas decisões (arts. 93, IX, da Constituição e 131 do CPC). Isto não significa dizer, contudo, que deva rebater todas as alegações das partes acerca das matérias invocadas.

Ante o exposto, não acolho os embargos de declaração.

TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL

Relator

VOTOS

DESEMBARGADOR MARCELO JOSÉ FERLIN D AMBROSO:

Acompanho o voto da Exma. Sra. Desa. Relatora, em consonância de seus fundamentos.

DESEMBARGADORA TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA:

Acompanho o voto da Exma. Desembargadora Relatora.

PARTICIPARAM DO JULGAMENTO:

DESEMBARGADORA TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL (RELATORA)

DESEMBARGADOR MARCELO JOSÉ FERLIN D AMBROSO

DESEMBARGADORA TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
Gabinete Tânia Regina Silva Reckziegel
RO 0020875-48.2015.5.04.0771
RECORRENTE: RICARDO SILVA DA CONCEICAO, BRF S.A.
RECORRIDO: RICARDO SILVA DA CONCEICAO, BRF S.A.

Existindo potencial efeito modificativo ao julgado, em razão dos embargos de declaração opostos pelo reclamante intime-se a parte adversa para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de cinco dias.

Após, voltem conclusos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Identificação

PROCESSO nº 0020875-48.2015.5.04.0771 (RO)
RECORRENTE: RICARDO SILVA DA CONCEICAO, BR F S.A.
RECORRIDO: RICARDO SILVA DA CONCEICAO, BR F S.A.
RELATOR: TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. Adotada tese explícita sobre as questões relacionadas às matérias enfrentadas no julgado, é despcienda a referência expressa do dispositivo legal para ter-se como prequestionado. Incidência da OJ 118 da SDI-1 e Súmula 297, I, ambas do TST.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos,

ACORDAM os Magistrados integrantes da 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região: por unanimidade, acolher em parte os embargos de declaração opostos pelo reclamante RICARDO SILVA DA CONCEIÇÃO, sem efeito modificativo, apenas para efeito de prequestionamento. Por unanimidade, rejeitar a aplicação da multa por embargos protelatórios ao autor, requerida em contrarrazões pela reclamada.

Intime-se.

Porto Alegre, 07 de agosto de 2017 (segunda-feira).

RELATÓRIO

O reclamante opõe novos embargos de declaração em face do acórdão prolatado por esta Turma julgadora, com a finalidade de prequestionamento.

Verificada a possibilidade de atribuição de efeito modificativo aos embargos de declaração opostos, foi oportunizada a manifestação à parte adversa, a qual apresentou contraminuta ao ID cc663bf.

Regularmente processados, os autos são trazidos a julgamento.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO RECLAMANTE

Prequestionamento

O embargante insurge-se contra o acórdão sob ID 8f94d04, que não acolheu os embargos de declaração anteriormente opostos apontando tratar-se, a bem da verdade, de pretensão de modificação dos fundamentos adotados. Refere o embargante que os embargos opostos sob ID 65c1b23 buscavam, unicamente, prequestionar matéria, relativamente à afronta, ou não, ao art. 7º da CF e art. 4º da CLT. Busca, assim, o prequestionamento da matéria.

Examino.

Sob o pálio de prequestionamento, pretendeu o reclamante fosse proferido novo pronunciamento judicial quanto ao tempo destinado à troca de uniforme.

Ao que se verifica do acórdão sob ID 5bdc3a1, foram expostas, de forma clara e precisa, as razões que motivaram a decisão de acolhimento do acordo coletivo celebrado, apontando que *"não há como se perquirir sobre eventuais prejuízos, porquanto houve a chancela da categoria profissional, mediante negociação guiada por critérios de conveniência e oportunidade, e concessões recíprocas"*.

Com efeito, mostra-se desnecessário qualquer prequestionamento, tendo em vista que o acórdão adotou tese explícita sobre as questões relacionadas às matérias enfrentadas no julgado, sendo despicienda a referência expressa do dispositivo legal para ter-se como prequestionado. Incidência da OJ 118 da SDI-1 e Súmula 297, I, ambas do TST.

Por demasia, consoante o entendimento consubstanciado na Orientação Jurisprudencial nº 119 da SDI-I do TST, nos casos em que a violação indicada nasce no próprio acórdão embargado, é descabido o pretendido prequestionamento da matéria.

Portanto, acolho em parte os embargos de declaração, sem efeito modificativo, apenas para efeito de prequestionamento.

CONTRAMINUTA APRESENTADA PELA RECLAMADA

Multa por oposição de embargos protelatórios

A reclamada pretende, em sede de contraminuta aos embargos de declaração opostos pelo reclamante, a condenação do obreiro ao pagamento de multa em razão da oposição de embargos repetitivos e protelatórios, com fulcro no artigo 1.026, § 2º, do CPC.

Não verifico a ocorrência de embargos protelatórios, na medida em que não se demonstra razoável o autor impor morosidade intencional à própria efetivação da tutela buscada. Entendo que o reclamante apenas exerceu seu direito assegurado no artigo 897-A da CLT.

Indefiro a pretensão.

TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL

Relator

VOTOS

DESEMBARGADOR MARCELO JOSÉ FERLIN D AMBROSO:

Acompanho o voto da Exma. Desa. Relatora, em consonância de seus fundamentos.

DESEMBARGADORA TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA:

Acompanho o voto da Exma. Desembargadora Relatora.

PARTICIPARAM DO JULGAMENTO:

DESEMBARGADORA TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL (RELATORA)

DESEMBARGADOR MARCELO JOSÉ FERLIN D AMBROSO

DESEMBARGADORA TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
1ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO
RTOrd 0020875-48.2015.5.04.0771
AUTOR: RICARDO SILVA DA CONCEICAO
RÉU: BRF S.A.

Vistos.

1. Faculta-se às partes a elaboração do cálculo de liquidação, inclusive da contribuição previdenciária incidente (art. 679, §1º - B, da CLT), no prazo sucessivo de dez dias, a iniciar pela reclamada. No seu prazo, independentemente da apresentação dos cálculos, a reclamada deverá complementar a documentação juntada aos autos, conforme determinado na sentença.

2. Silente o título executivo, observem-se, no que cabíveis, os seguintes critérios:

a) atualização monetária *pro rata die* a partir do dia imediatamente posterior à data do vencimento do débito trabalhista, considerando-se esta a prevista em norma legal ou, quando mais benéfica ao empregado, a fixada em cláusula contratual, ainda que tácita, ou norma coletiva (Súmula nº 21 do TRT da 4ª Região). Os créditos terão atualização monetária conforme variação da Taxa Referencial Diária - TRD (FACDT).

b) os juros de mora incidem sobre o valor da condenação, corrigidos monetariamente, após a dedução da contribuição previdenciária a cargo do reclamante, nos termos da Súmula nº 52 do TRT da 4ª Região;

c) os valores objeto de condenação a título FGTS são atualizados pelos mesmos índices dos créditos trabalhistas, nos termos da OJ nº 302 da SDI-I da TST, no caso de FGTS a pagar. Quando o comando sentencial é de depósito em conta vinculada dos valores do FGTS incidentes sobre as verbas da condenação, a correção deve observar o índice próprio do órgão gestor do FGTS, a Caixa Econômica Federal, conforme OJ nº 10 TRT da 4ª Região;

d) os descontos previdenciários apuram-se mês a mês, incidindo sobre o valor histórico sujeito à contribuição, excluídos os juros de mora, respeitando o limite máximo mensal do salário de contribuição, observadas as alíquotas previstas em lei e os valores já recolhidos, atualizando-se o valor ainda devido (Súmula nº 26 do TRT da 4ª Região);

e) no cálculo das contribuições previdenciárias, deverá ser observado o seguinte entendimento:

SÚMULA nº 368 do TST - "DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS. IMPOSTO DE RENDA. COMPETÊNCIA. RESPONSABILIDADE PELO RECOLHIMENTO. FORMA DE CÁLCULO. FATO GERADOR ... IV - Considera-se fato gerador das contribuições previdenciárias decorrentes de créditos trabalhistas reconhecidos ou homologados em juízo, para os serviços prestados até 4.3.2009, inclusive, o efetivo pagamento das verbas, configurando-se a mora a partir do dia dois do mês seguinte ao da liquidação (art. 276, "caput", do Decreto nº 3.048/1999). Eficácia não retroativa da alteração legislativa promovida pela Medida Provisória nº 449/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/2009, que deu nova redação ao art. 43 da Lei nº 8.212/91. V - Para o labor realizado a partir de 5.3.2009, considera-se fato gerador das contribuições previdenciárias decorrentes de créditos trabalhistas reconhecidos ou homologados em juízo a data da efetiva prestação dos serviços. Sobre as contribuições previdenciárias não recolhidas a partir da prestação dos serviços incidem juros de mora e, uma vez apurados os créditos previdenciários, aplica-se multa a partir do exaurimento do prazo de citação para pagamento, se descumprida a obrigação, observado o limite legal de 20% (art. 61, § 2º, da Lei nº 9.460/96)".

f) os descontos fiscais incidem, quando do pagamento, observada a quantidade de meses a que se referem, de acordo com tabela progressiva elaborada pela Secretaria da Receita Federal, nos precisos termos da Instrução Normativa nº 1.127/11.

g) a atualização monetária incidente sobre os danos morais e estéticos deve ser aplicada a partir da data do arbitramento, ou seja, aquela em que publicada a sentença, nos termos do contido nas Súmulas nº 362 do STJ e nº 50 do TRT da 4ª Região; os juros devem incidir a partir do ajuizamento da demanda;

h) tratando-se de Massa Falida, os juros e atualização monetária são calculadas até a data da decretação da falência, com expressa e destacada informação dessa circunstância na certidão de créditos expedida para habilitação no Juízo Falimentar, possibilitando a esse dar tratamento isonômico a todos os trabalhadores credores da Massa. Contudo, esta regra não se aplica aos devedores subsidiários nas ações em que a Massa figure como devedora principal, bem como para as empresas em recuperação judicial.

3. Apresentado o cálculo por uma das partes, abra-se vista à parte contrária para eventual impugnação, que deverá ser fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância (art. 879, §2º, da CLT), mediante cálculo contraposto, sob pena de preclusão, no prazo de dez dias.

4. Caso as partes não apresentem o cálculo no prazo de 10 dias ou na hipótese de impugnação específica de uma das partes ao cálculo da parte contrária, os autos serão remetidos ao contador nomeado *ad hoc* **Gerson Petry**, com prazo de 20 dias para a entrega do cálculo.

5. Apresentado o cálculo pelo contador ou por uma das partes sem impugnação específica pela parte contrária, abra-se vista à União no prazo de dez dias para manifestação, sob pena de preclusão, nos termos do art. 879, § 3º, da CLT, observada a exceção prevista no Provimento Conjunto nº 12/2013 da Presidência e Corregedoria do TRT da 4ª Região (valor da contribuição previdenciária inferior a R\$ 20.000,00).

LAJEADO, 29 de Agosto de 2017

MAURICIO MACHADO MARCA
Juiz do Trabalho Titular



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
1ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO
RTOrd 0020875-48.2015.5.04.0771
AUTOR: RICARDO SILVA DA CONCEICAO
RÉU: BRF S.A.

Mantenho o critério estabelecido para a atualização monetária dos valores apurados nos autos, forte na decisão contida na Reclamação 22.012, do Ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, com efeito *erga omnes*.

Aguarde-se o decurso do prazo da reclamada (Id dbb8c13).

LAJEADO, 4 de Setembro de 2017

MAURICIO MACHADO MARCA
Juiz do Trabalho Titular



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
1ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO
RTOrd 0020875-48.2015.5.04.0771
AUTOR: RICARDO SILVA DA CONCEICAO
RÉU: BRF S.A.

Vistos, etc.

Notificado para se manifestar sobre a conta de liquidação no prazo de dez dias, sob pena de preclusão, com apresentação de cálculo contraposto no caso de impugnação, o reclamante manifestou-se conforme ID. f3518ec sem contrapor o cálculo da importância que entende devida. Assim, não conheço da impugnação do autor, porque não atendida a exigência do art. 879, § 2º, da CLT.

Por outro lado, a conta da reclamada não pode ser acolhida, visto que não observa o comando condenatório. Intimada para complementar a documentação, com o fim de estender os cálculos até a data da rescisão do contrato de trabalho da autora, a reclamada não o fez, e limitou seus cálculos até a data de ajuizamento da ação, contrariando a sentença. Além disso, conforme definido no item "2.c" do despacho de ID. 4f639a9, deveria observar os termos da Súmula 368 do C. TST. Novamente, a reclamada contrariou o comando e atualizou a contribuição previdenciária pelo mesmo índice de correção aplicado aos créditos do autor.

Diante disso, determino a elaboração da conta de liquidação pelo contador nomeado *ad hoc* **Gerson Petry** (despacho de ID. 4f639a9, item "4").

Antes da intimação do contador *ad hoc*, libere-se o depósito recursal em favor da parte autora, tendo em vista o valor incontroverso reconhecido pela demandada. Deverá o reclamante comprovar, no prazo de cinco dias, o valor efetivamente sacado, para efeito de dedução na conta de liquidação.

Notifique-se a reclamada para trazer aos autos, no prazo de cinco dias, a documentação complementar necessária à confecção dos cálculos, conforme determinado na sentença.

Cumpridas as determinações acima, intime-se o contador *ad hoc*.

LAJEADO, 28 de Setembro de 2017

MAURICIO MACHADO MARCA
Juiz do Trabalho Titular



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
1ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO
RTOrd 0020875-48.2015.5.04.0771
AUTOR: RICARDO SILVA DA CONCEICAO
RÉU: BRF S.A.

Vistos.

1. Considerando que o valor das contribuições previdenciárias é inferior a R\$ 20.000,00, nos termos do Provimento Conjunto da Presidência e Corregedoria nº 12/2013, tenho por desnecessária a intimação do INSS sobre o cálculo de liquidação apresentado.

2. Com fundamento no art. 884, § 3º, da CLT, e porque o cálculo expressa o contido no título judicial, julgo líquidas as condenações principal e acessória, fixando-as em R\$ 13.726,30 (valor líquido do exequente), R\$ 2.477,61 (honorários assistenciais), R\$ 146,67 (FGTS conta vinculada), R\$ 5.379,39 (INSS - patronal e empregado), segundo valores apontados no resumo de cálculo de Id 1f2ddce, pág. 2, acrescida, a primeira, dos acessórios a contar de 31/10/2017, conforme os índices atuais, e juros de 1% ao mês, *pro rata die*, na forma da lei. Registre-se que do crédito líquido do reclamante, apontado acima, cabe a dedução do depósito recursal liberado ao autor.

3. Fixo os honorários do contador *ad hoc* em R\$ 1.800,00, pelo executado.

4. Elabore a Secretaria a competente certidão de cálculo. Incluam-se na conta as demais despesas processuais. **Deduza-se da conta o valor do depósito recursal liberado ao reclamante.**

5. Aplicam-se à execução trabalhista as disposições do art. 523, parágrafo primeiro, do CPC, porque em consonância com os princípios que norteiam o Processo do Trabalho, sobretudo no que se refere à economia, celeridade e efetividade do processo. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado (art. 513, parágrafo segundo, I, do CPC), para efetuar o pagamento do débito no prazo de quinze (15) dias, sob pena de ser acrescida à condenação multa de 10% (dez por cento). **Os valores deverão ser atualizados até a data do efetivo pagamento, conforme informação a ser obtida mediante consulta à Secretaria da Vara.**

6. Cumprida espontaneamente a obrigação, abre-se automaticamente o prazo previsto no art. 884, caput, da CLT.

7. Não cumprida espontaneamente a obrigação, acresça a Secretaria à conta a multa de 10% do art. 523, § 1º, do CPC, incidente na forma da OJ nº 70 da SEEx do TRT4 e proceda-se à penhora de numerário, por meio do Sistema BACENJUD.

8. Efetuada a penhora de numerário, transfiram-se os valores penhorados para conta judicial à disposição deste Juízo e intime-se a executada para os fins do art. 884, caput, da CLT.

9. Apresentados embargos à execução, intime-se a parte contrária para resposta e eventual impugnação no prazo legal.

10. Não apresentados embargos à execução, intime-se o exequente da garantia do Juízo, na forma do art. 884 da CLT. No silêncio ou na concordância do exequente com os cálculos de liquidação de sentença, expeçam-se os respectivos alvarás. No caso de impugnação, venham conclusos.

11. Infrutífera a penhora de numerário, no caso de execução definitiva, inclua(m)-se o(s) executado(s) no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT, verifique-se a existência de veículos e imóveis de propriedade dos executados(s), proceda-se às consultas DOI e INFOJUD (este último em relação às pessoas físicas) e expeça-se mandado de penhora. Juntada aos autos declaração de imposto de renda, observe-se o segredo de Justiça.

12. Inexitosas as diligências, notifique-se o exequente para indicar bens livres e desembaraçados passíveis de penhora, no prazo de 30 dias.

13. Alerta-se a parte executada de que se recusando ao cumprimento espontâneo da obrigação deverá, no prazo do item 5, indicar bens à penhora, a localização precisa e o valor de avaliação, observada a ordem prevista no art. 835, do CPC. Caso não indique bens à penhora nos termos ora determinados e sejam localizados posteriormente, haverá a incidência de multa de 20% sobre o valor bruto integral da execução, nos precisos termos dos artigos 774, V e parágrafo único, do CPC.

LAJEADO, 26 de Outubro de 2017

MAURICIO MACHADO MARCA
Juiz do Trabalho Titular



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
1ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO
RTOrd 0020875-48.2015.5.04.0771
AUTOR: RICARDO SILVA DA CONCEICAO
RÉU: BRF S.A.

Imk

Vistos, etc.

1. Recebo os Embargos à Execução opostos pela executada BRF S. A. (Id nº *e9b813f*).
2. À parte contrária para resposta e eventual impugnação, querendo, no prazo legal.
3. Após, voltem conclusos.

LAJEADO, 10 de Janeiro de 2018

MAURICIO MACHADO MARCA
Juiz do Trabalho Titular



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
1ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO
RTOrd 0020875-48.2015.5.04.0771
AUTOR: RICARDO SILVA DA CONCEICAO
RÉU: BRF S.A.

Imk.

Vistos, etc.

Recebo a impugnação à sentença de liquidação oposta pelo exequente (Id. nº 94894d3).

À executada para resposta à impugnação, querendo, no prazo legal.

Após, voltem conclusos.

LAJEADO, 5 de Fevereiro de 2018

MAURICIO MACHADO MARCA
Juiz Plantonista



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
1ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO
RTOrd 0020875-48.2015.5.04.0771
AUTOR: RICARDO SILVA DA CONCEICAO
RÉU: BRF S.A.

EMBARGOS À EXECUÇÃO DA EXECUTADA

Processo: 0020875-48.2015.5.04.0771

Embargante: BRF S.A.

Embargado: Ricardo Silva da Conceição

BRF S.A. opõe embargos à execução pelos motivos expostos no Id nº *e9b813f*. Aduz, em suma que: **a)** a base de cálculos utilizada no cômputo da das horas extras está equivocada; **b)** não há mora que justifique a incidência da taxa Selic para a correção monetária das contribuições previdenciárias. Apresenta conta dos valores que entende corretos (Id. 0a6b49e). Requer a procedência do intento.

O exequente, regularmente notificado para contestar o incidente (Id. *49481db*), resta silente.

É o relatório.

Decido.

1 - da base de cálculos das horas extras:

A embargante não se conforma com o cálculo homologado no que tange à base de cálculos das horas extras. Sustenta que na apuração da mencionada rubrica não foi observada a correta metodologia de cálculo na base de cálculo das horas extras e horas *in itinere*, ocasionando excesso de execução em razão da indevida valoração da conta. Afirma, ainda, que o cálculo possui inconsistências visto que deixa de considerar os valores pagos em folha de pagamento à título de adicional noturno e, em contrapartida, multiplica o salário base acrescido do adicional de insalubridade, prêmio assiduidade e adicional de função operacional pelo percentual do adicional noturno (45,14%). Requer a retificação da conta com vistas a sanar as irregularidades apontadas.

No que tange às horas extras, o título executivo defere o pagamento da verba ao reclamante, nos seguintes termos (item "a", do dispositivo sentencial Id. *dd1928b*):

(...)

a) uma hora por dia de trabalho, pela consideração da jornada *in itinere*, relativamente ao término da jornada, com acréscimo praticado pela reclamada no curso do contrato para as horas extras ou o

estabelecido nas normas coletivas juntadas (o que for mais benéfico), resguardado o mínimo legal de 50% e com reflexos em descansos semanais remunerados e feriados, gratificações natalinas, férias com um terço e FGTS (este a ser depositado na conta vinculada). (...)

No que refere à condenação imposta à embargante, a decisão proferida pela 2ª Turma do Eg. TRT4 - Acórdão sob Id nº 5bdc3a1, ao analisar o recurso das partes, modificou parcialmente a condenação imposta na origem, nos seguintes termos:

"ACORDAM os Magistrados integrantes da 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região: por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso do reclamante RICARDO SILVA DA CONCEICAO para acrescer à condenação o pagamento do adicional de horas extras em relação àquelas destinadas à compensação, e da hora acrescida do adicional quanto àquelas que ultrapassarem a carga horária semanal ordinária, bem como para determinar que as horas extras devidas sejam apuradas minuto a minuto, com a incidência do adicional e reflexos deferidos em relação às horas in itinere objeto da condenação de origem, conforme restar apurado em liquidação de sentença, com base nos cartões pontos juntados aos autos. Autoriza-se o abatimento das horas extras adimplidas ao longo da execução contratual, de forma global (Súmula 73 deste TRT). Por unanimidade, negar provimento ao recurso da reclamada BRF S.A."

Os critérios para apuração das horas extras constam na fundamentação do julgado (ID. dd1928b - Pág. 6), *in verbis*:

Para apuração em liquidação, deverão ser observados ainda seguintes critérios: observância da frequência registrada nos cartões de ponto juntados, inclusive para fins de férias e outros afastamentos; consideração da hora noturna como hora normal de 60min (afastamento da hora reduzida do artigo 73, §1º, da CLT em virtude de negociação coletiva benéfica ao empregado); evolução salarial de acordo com os recibos de pagamento juntados; cálculo de acordo com a Súmula 347 do TST e base de cálculo prevista na Súmula 264 do TST (incluindo o adicional de insalubridade, o prêmio assiduidade, o adicional de função e o adicional noturno de 45,14%, este por se tratar de horas in itinere praticadas no horário de saída noturno).

Cumpra esclarecer, ainda, que tais critérios foram objeto de questionamento em grau recursal. Todavia, restaram mantidos no julgamento proferido pela turma julgadora, nos fundamentos que seguem:

"(...) Consoante analisado no item precedente, entendo válida a negociação coletiva que garantiu um adicional noturno de 45,14%, pois mais benéfica ao trabalhador. Desse modo, restam mantidos os critérios de apuração das horas extras determinados na sentença".

Como visto acima, a sentença liquidanda expressamente determina a observância da base de cálculo prevista na Súmula 264 do TST. Assim sendo, a base de cálculo deve ser composta pela soma de todas as verbas de natureza salarial, tal como especificados no título executivo, acrescida dos valores do adicional noturno de 45,14%, para o caso das horas prestadas no horário noturno.

Portanto, os termos do título executivo não confortam a tese da embargante no que tange à base de cálculo das horas extras e respectivo percentual utilizado no cômputo do adicional noturno. Conforme se observa no levantamento de horas extras, todas as horas *in itinere* foram realizadas em horário noturno, sendo o valor do adicional noturno uma porcentagem (45,14%) sobre o valor do salário apurado, tal qual praticado pela reclamada no curso da contratualidade.

Com efeito, a análise do laudo de liquidação acolhido pela decisão homologatória da liquidação, revela que o levantamento pericial efetuado no item "3º", páginas 05 e 06 do mencionado Laudo, sob o título "*Apuração do valor devido a título de horas in itinere, ocorridas no final de cada jornada, que ocorreu em horário noturno, correspondente a uma hora por dia trabalhado*", em cotejo com os cartões ponto e recibos de salário do período da condenação, revela que a base de cálculos utilizada no computo da rubrica questionada pela embargante, está de acordo com o estipulado no título executivo.

Quanto ao percentual praticado no cálculo do adicional noturno, remeto a embargante aos recibos salariais juntados aos autos, por amostragem, maio/2013, dentre outros.

No que tange ao alegado equívoco na metodologia de cálculo adotado no cômputo da rubrica, a argumentação da embargante carece de demonstração mais apurada do prejuízo alegado, na medida em que sequer demonstra matematicamente o alegado equívoco quanto ao valor calculado a maior pelo auxiliar do Juízo.

Via de consequência, deixo de acolher a retificação postulada pela embargante porquanto o cálculo acolhido reproduz os estritos termos do comando sentencial, transitado em julgado.

2 - da correção monetária das contribuições previdenciárias:

A embargante aduz, em suma, que não se verifica a existência de previsão legal expressa no sentido de que a utilização dos índices da SELIC e multa devam ocorrer desde a data da constituição do crédito principal. Refere que antes de transcorrido o prazo para recolhimento da contribuição, o crédito previdenciário se sujeita aos mesmos índices de atualização dos créditos de natureza trabalhista, pois não há mora que justifique a incidência da taxa SELIC para atualização, bem como para a aplicação da multa moratória. Sustenta que o fato gerador da contribuição previdenciária é o pagamento da condenação imposta, nos termos da letra "a" do inciso I do artigo 195 da CF. Requer a procedência do intento a fim de que seja determinada a observância dos critérios de atualização, juros e multa na forma específica.

No tocante ao cálculo da contribuição previdenciária, verifico que a conta acolhida se encontra em conformidade com a nova redação da Súmula 368, do TST, *in verbis*:

"SÚMULA nº 368 do TST - "DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS. IMPOSTO DE RENDA. COMPETÊNCIA. RESPONSABILIDADE PELO RECOLHIMENTO. FORMA DE CÁLCULO. FATO GERADOR

(...)

IV - Considera-se fato gerador das contribuições previdenciárias decorrentes de créditos trabalhistas reconhecidos ou homologados em juízo, para os serviços prestados até 4.3.2009, inclusive, o efetivo pagamento das verbas, configurando-se a mora a partir do dia dois do mês seguinte ao da liquidação (art. 276, "caput", do Decreto nº 3.048/1999). Eficácia não retroativa da alteração legislativa promovida pela Medida Provisória nº 449/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/2009, que deu nova redação ao art. 43 da Lei nº 8.212/91.

V - Para o labor realizado a partir de 5.3.2009, considera-se fato gerador das contribuições previdenciárias decorrentes de créditos trabalhistas reconhecidos ou homologados em juízo a data da efetiva prestação dos serviços. Sobre as contribuições previdenciárias não recolhidas a partir da

prestação dos serviços incidem juros de mora e, uma vez apurados os créditos previdenciários, aplica-se multa a partir do esgotamento do prazo de citação para pagamento, se descumprida a obrigação, observado o limite legal de 20% (art. 61, § 2º, da Lei nº 9.460/96)."

Seguindo a linha do entendimento firmado na Súmula 368 do TST, para fins de definição do fato gerador, em relação ao trabalho prestado no período até 04.03.2009, o fato gerador das contribuições previdenciárias decorrentes de decisão judicial é o efetivo pagamento das verbas trabalhistas deferidas (regime de caixa), caso em que a atualização das contribuições previdenciárias deve ser efetuada pelos mesmos índices aplicáveis aos débitos trabalhistas até o trânsito em julgado da sentença de liquidação. Neste caso, há incidência de juros de mora, mediante aplicação da taxa SELIC a partir da data final do prazo para recolhimento do tributo, ou seja, a partir do dia 02 do mês seguinte ao da liquidação.

Por outro lado, em relação ao trabalho prestado no período a partir de 05.03.2009 (data da exigibilidade da alteração do art. 43 da Lei nº. 8.212/91), o fato gerador das contribuições previdenciárias decorrentes de decisão judicial, para fins de apuração de juros mediante aplicação da taxa SELIC, é a efetiva prestação de serviço, caso em que as contribuições incidentes, devem ser apuradas pelo regime de competência, ou seja, com acréscimos legais moratórios vigentes relativamente a cada uma das competências abrangidas. Assim sendo, a partir de 05/03/2009, aplica-se a SELIC como se a parcela do mês estivesse em atraso desde o mês de prestação do serviço.

Por seu turno, a multa prevista no artigo 61, §1º, da Lei nº. 9.430/96 é devida a partir do esgotamento do prazo legal de citação para o pagamento, após apurados os créditos previdenciários, observado o limite de 20% fixado no § 2º do mesmo dispositivo legal. Portanto, eventual incidência da multa independe da data em que prestados os serviços.

No caso dos autos, executam-se contribuições previdenciárias referentes ao labor prestado pelo reclamante no período de maio/2013 a setembro/2015, conforme demonstrativo dos valores devidos à Previdência Social - páginas 10 e 11, do Laudo de Liquidação, sob Id. 1f2d4ce, acolhido pela sentença de liquidação.

Nesse contexto e diante da fundamentação supramencionada, considera-se que o fato gerador das contribuições previdenciárias executadas nos autos se dá a contar da efetiva prestação dos serviços. Portanto, aplica-se a SELIC como se a parcela do mês estivesse em atraso desde o mês de prestação do serviço, tal como procedido pelo auxiliar do Juízo. Ressalto, por fim, que os juros e multa de mora são de responsabilidade exclusiva da empregadora.

Por tais fundamentos, rejeito os embargos à execução da executada, no tópico, visto que o cálculo acolhido se encontra em consonância com a nova redação da Súmula 368, do TST.

Diante do exposto, **rejeito** os pedidos formulados pela executada nos presentes embargos à execução.

SENTENÇA DE IMPUGNAÇÃO À SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO

Ricardo Silva da Conceição apresenta impugnação à sentença de liquidação pelos motivos expostos no Id 94894d3. Impugna os valores acolhidos pela sentença de liquidação porquanto a atualização monetária se deu baseada na Taxa Referencial. Alega que a TR não mais reflete a reposição das perdas decorrentes do processo inflacionário e que o IPCA-E é o índice que melhor representa a manutenção do poder aquisitivo da moeda. Requer, assim, seja apurada a diferença de seu crédito, adotando-se o IPCA-E como índice de correção monetária a contar de 30-06-2009, conforme Orientação Jurisprudencial nº 1 (transitória) da SEx do Eg. TRT4.

A executada, instada a responder à impugnação do exequente, se manifesta sob Id. 9c3710a, asseverando que a pretensão obreira não merece guarida, considerando a existência de regra própria para a correção monetária dos débitos trabalhistas. Destaca que a OJ invocada pelo impugnante foi cancelada pela Resolução nº 01/2017. Pugna pela improcedência do intento do exequente.

É o relatório.

Decido.

1 - índice de correção monetária

No presente caso, os cálculos de liquidação foram apresentados por perito de confiança do Juízo. O critério de atualização monetária se deu com base na Taxa Referencial, conforme critérios de cálculo definidos em 29/08/2017, no despacho Id 4f639a9, item "2.a", *in verbis*:

(...) 2. Silente o título executivo, observe-se, no que cabível, os seguintes critérios:

a) atualização monetária pro rata die a partir do dia imediatamente posterior à data do vencimento do débito trabalhista, considerando-se esta a prevista em norma legal ou, quando mais benéfica ao empregado, a fixada em cláusula contratual, ainda que tácita, ou norma coletiva (Súm. de Jurisprudência no 21 do E. TRT da 4a Região). Os créditos terão atualização monetária conforme variação da Taxa Referencial Diária - TRD (FACDT).

(...).

Perquirindo os autos, verifica-se que, tão logo apresentado o laudo de liquidação, a conta foi imediatamente homologada, sem notificação prévia às partes para ciência dos cálculos antes da homologação, conforme faculdade conferida ao Juízo por meio do § 2º, do art. 879 da CLT.

Portanto, no tocante à atualização monetária dos débitos apurados, a matéria foi objeto de apreciação na decisão homologatória sob Id 01bf73f, segundo a qual o critério de atualização deve se dar com base na TR.

Por outro lado, a matéria impugnada encontra-se delimitada e fundamentada, demonstrando o impugnante sua inconformidade e as razões pelas quais entende ser aplicável, ao caso, o critério de atualização aqui defendido, de modo que entendo que resta demonstrada de forma inequívoca a inconformidade com o cálculo homologado.

Quanto aos critérios a serem observados para a correção dos débitos trabalhistas na fase de liquidação, em atenção ao decidido na ADI 493-DF, bem como na reclamação 22.012/RS em 05.12.2017, no sentido de que fica "revogada a liminar anteriormente deferida", reconsidero o

posicionamento anterior e determino a correção monetária conforme variação da Taxa Referencial Diária - TRD (FACDT) até 25.03.2015 e pelo IPCA-E a partir de 26.03.2015.

Neste sentido, subsídio jurisprudencial da Seção Especializada em Execução, do Eg. TRT4 em julgamento proferido no dia 12/12/2017, no Processo nº 0000305-28.2013.5.04.0701 (AP), de relatoria do Desembargador João Alfredo Borges Antunes de Miranda, cuja ementa se transcreve:

AGRAVO DE PETIÇÃO. ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS TRABALHISTAS. INDEXADOR. ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. IPCA-E. Caso em que o Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região declarou a Inconstitucionalidade da expressão "equivalente a TRD" contida no caput do artigo 39 da Lei nº 8.177/1991, em controle difuso da constitucionalidade, afastando a TRD como fator de atualização monetária dos débitos trabalhistas. Situação em que deve ser aplicado o IPCA-E como índice de atualização monetária a contar de 26-03-2015. Agravo de petição interposto pela executada a que se dá provimento parcial.

Acórdão:

(...) ACORDAM os Magistrados integrantes da Seção Especializada em Execução do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região: por unanimidade, dar provimento parcial ao recurso ordinário interposto pela executada para determinar a retificação dos cálculos pela utilização, como índice de correção monetária aplicável aos débitos trabalhistas, da TRD (FACDT) até 25-03-2015 e a contar de 26-03-2015, o IPCA-E. Participaram do julgamento: Desembargador João Alfredo Borges Antunes de Miranda (Relator); Desembargador João Batista de Matos Danda (Revisor); Desembargadora Cleusa Regina Halfen; Desembargadora Ana Rosa Pereira Zago Sagnio; Desembargadora Vania Mattos; Desembargadora Lucia Ehrenbrink e Juiz Convocado Manuel Cid Jardon.

Portanto, com base na fundamentação acima, acolho em parte a impugnação em apreço.

Dessa forma, reconsidero parcialmente a decisão homologatória de liquidação sob Id. 01bf73f, no que tange ao critério adotado para atualização monetária dos créditos apurados em liquidação de sentença para a presente execução.

Oportunamente, intime-se o contador ad hoc para retificar os cálculos no prazo de dez dias, adequando-os ao definido acima.

ANTE O EXPOSTO, julgo **IMPROCEDENTES** os Embargos à Execução da executada, e **PROCEDENTE EM PARTE** a Impugnação à Sentença de Liquidação do credor, na forma da fundamentação que integra o presente dispositivo. Custas pela executada no valor de R\$ 99,61, nos termos do art. 789-A da CLT. Transitada em julgado, retornem os autos ao contador para retificação da conta, conforme fundamentação supra. Intimem-se as partes. Nada mais.

MAURÍCIO M. MARCA.

Juiz do Trabalho.

LAJEADO, 18 de Abril de 2018

MAURICIO MACHADO MARCA
Juiz do Trabalho Titular



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
1ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO
RTOrd 0020875-48.2015.5.04.0771
AUTOR: RICARDO SILVA DA CONCEICAO
RÉU: BRF S.A.

Recebo o agravo de petição interposto pela executada BRF S. A. (Id. eac2756), uma vez que atendidos os pressupostos de admissibilidade recursal extrínsecos (tempestividade e regularidade formal) e intrínsecos (cabimento, legitimidade, interesse e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer).

Notifique-se a parte contrária para contraminutar, no prazo legal.

Após, remetam-se os autos ao TRT.

LAJEADO, 3 de Maio de 2018

MAURICIO MACHADO MARCA
Juiz Plantonista



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
1ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO
RTOrd 0020875-48.2015.5.04.0771
AUTOR: RICARDO SILVA DA CONCEICAO
RÉU: BRF S.A.

Recebo o agravo de petição adesivo interposto pelo exequente (Id 3ede849), uma vez que atendidos os pressupostos de admissibilidade recursal extrínsecos (tempestividade e regularidade formal) e intrínsecos (cabimento, legitimidade, interesse e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer).

Notifique-se a parte contrária para contraminutar, no prazo legal.

Após, remetam-se os autos ao TRT.

LAJEADO, 16 de Maio de 2018

MAURICIO MACHADO MARCA
Juiz do Trabalho Titular



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Identificação

PROCESSO nº 0020875-48.2015.5.04.0771 (AP)
AGRAVANTE: RICARDO SILVA DA CONCEICAO, BRF S.A.
AGRAVADO: RICARDO SILVA DA CONCEICAO, BRF S.A.
RELATOR: CLEUSA REGINA HALFEN

EMENTA

ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS DÉBITOS TRABALHISTAS. PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO. Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da economia processual, os débitos trabalhistas constituídos por pessoas jurídicas de direito privado devem ser atualizados pela TR/FACDT, até 25.03.2015, e pelo IPCA-E, a partir de 26.03.2015, conforme consta da decisão de modulação dos efeitos do julgamento das ADIs nº 4.357 e nº 4.425 pelo Supremo Tribunal Federal.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDAM os Magistrados integrantes da Seção Especializada em Execução do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região: por unanimidade, **NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO DE PETIÇÃO DA EXECUTADA**. Por unanimidade, **NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO DE PETIÇÃO ADESIVO DO EXEQUENTE**.

Intime-se.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2019 (quinta-feira).

RELATÓRIO

Inconformados com a sentença proferida pelo Juiz do Trabalho Mauricio Machado Marca (Id ecd0c0c), as partes interpõem agravo de petição (executada no Id eac2756 e exequente no Id 3ede849), versando sobre o índice de atualização monetária dos débitos trabalhistas. Com contraminuta da executada (Id 37f17b6), vêm os autos conclusos para julgamento. Processo não submetido a parecer do Ministério Público do Trabalho.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

I - PRELIMINARMENTE

1. PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL

O agravo de petição da executada é tempestivo (notificação no Id 66e49ac e agravo no Id eac2756) e a representação, regular (substabelecimento na página 26 do Id aa9a9db e procuração na páginas 20-24 do Id aa9a9db). É delimitada a matéria e indicado o valor incontroverso (cálculos no Id 0a6b49e). O agravo de petição adesivo do exequente também é tempestivo (notificação no Id bce7160 e agravo no Id 3ede849) e conta com regular representação (procuração no Id 0cb3a7a). Não são noticiados fatos impeditivos do direito de recorrer. Portanto, estão preenchidos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade do apelo. A contraminuta apresentada pela executada é tempestiva (notificação no Id 81a2d92 e contraminuta no Id 37f17b6) e conta com regular representação (substabelecimento na página 26 do Id aa9a9db e procuração na páginas 20-24 do Id aa9a9db).

II - MÉRITO

2. AGRAVO DE PETIÇÃO DA EXECUTADA E AGRAVO DE PETIÇÃO ADESIVO DO EXEQUENTE

2.1. ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS DÉBITOS TRABALHISTAS. Matéria Comum

A executada não concorda com a sentença quanto ao índice de correção monetária dos débitos trabalhistas, aduzindo que a Lei nº 13.467/2017 acrescentou o § 7º ao art. 879 da CLT, resolvendo a controvérsia acerca da matéria, pois determina que o índice de atualização monetária dos débitos trabalhistas é a TR/FACDT. Advoga que o art. 39 da Lei nº 8.177/1991 não foi apreciado pelo Supremo em sede de controle concentrado de constitucionalidade, tampouco submetido à sistemática da repercussão geral, razão pela qual o índice de

correção monetária aplicável é a TR, de acordo com o referido art. 39 da Lei nº 8.177/1991. Destaca que vige, na Justiça do Trabalho, a Resolução nº 8/2005, que atribui ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) o poder de uniformizar os critérios de apuração dos índices de atualização monetária dos débitos trabalhistas, por meio da edição de tabela única, advinda do sistema único de cálculo (SUCJT), a qual também define a TR/FACDT como indexador a ser utilizado para a reposição das perdas inflacionárias dos créditos trabalhistas. Postula a reforma da sentença, para que seja observada a TR/FACDT durante todo o período do contrato. O exequente também não concorda com a decisão, sustentado que a incidência do IPCA-E apenas a partir de 26.03.2015 deve ser observada somente para os precatórios municipais e estaduais, que não é o caso dos autos, em que se está diante de execução contra empresa privada. Postula a aplicação do IPCA-E a partir de 30.06.2009. Ao exame.

O título executivo não fixa o índice a ser aplicado para a correção monetária dos débitos trabalhistas, não havendo coisa julgada em relação a essa matéria. Na fase de liquidação da sentença, o Juízo *a quo* ordena a notificação das partes para apresentação dos cálculos, estabelecendo a TR/FACDT como indexador da atualização monetária da dívida (Id 4f639a9). A executada elabora os cálculos de liquidação, adotando o índice determinado pelo Juízo (Id da7e7a4), dos quais é intimado o exequente, sob pena de preclusão, e os impugna quanto ao critério de correção monetária dos seus créditos (Id f3518ec). Ante a divergência dessa e de outras matérias, os autos são remetidos ao perito contador, que elabora os cálculos de liquidação, também adotando a TR/FACDT, durante todo o período do contrato (Id 1f2ddce), os quais são homologados pelo Juízo monocrático, sem nova vista às partes (Id 01bf73f). É interposta impugnação à sentença de liquidação (Id 94894d3), a qual é julgada procedente, em parte, para determinar seja observada a TR/FACDT até 25.03.2015 e, a partir de 26.03.2015, o IPCA-E, conforme a sentença do Id ecd0e0c. Como se vê, não há preclusão a ser considerada com relação à pretensão recursal das partes.

Em observância aos princípios da segurança jurídica e da economia processual, esta Seção Especializada passa a observar o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento das ADIs nº 4.357 e nº 4.425, quanto à atualização monetária dos débitos trabalhistas, tal como vem fazendo o Tribunal Superior do Trabalho, a exemplo da decisão proferida no processo TST-ED-ARgInc-479-60.2011.5.04.0231. Assim, o critério de correção monetária que passa a ser adotado para os débitos trabalhistas constituídos por pessoas jurídicas de direito privado é a TR/FACDT, até 25.03.2015, e o IPCA-E, a partir de 26.03.2015, conforme consta da decisão de modulação dos efeitos do julgamento das ADIs antes mencionadas, *verbis*:

[...] RECURSO DE REVISTA DA RECLAMADA. IN Nº40 DO C. TST. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS DÉBITOS TRABALHISTAS. ÍNDICE APLICÁVEL. O Tribunal Pleno desta Corte, em sessão realizada em 20/03/2017, esclareceu que o acórdão proferido nos autos do ArgInc-479-60.2011.5.04.0231 decorreu da utilização da ratio decidendi contida na decisão proferida pelo STF, nos autos da ADI 4.357, quanto à atualização

monetária pela TR, não tendo havido usurpação de competência do Poder Legislativo ou do próprio STF, em relação à declaração de inconstitucionalidade por arrastamento. Destacou-se que, naqueles autos, a Suprema Corte evidenciou a inconstitucionalidade do art. 39 da Lei nº 8.177/91, ao afirmar que "a utilização da TR não corresponde à desvalorização da moeda" e que representaria "afronta à garantia da coisa julgada e à separação dos Poderes, porque de nada adiantaria o direito reconhecido pelo Judiciário ser corretamente atualizado, até a data da expedição do precatório, se sofrer depreciação até o efetivo pagamento", bem como sinalizou pela adoção do IPCA-E, índice que, inclusive, vem aplicando em julgados posteriores à decisão da ADI 4.357 e da liminar concedida nos autos da Reclamação 22.2012/RS. Ressaltou-se que esta Corte, no exercício do controle difuso de constitucionalidade, apenas adotou os fundamentos da Suprema Corte, em face da identidade da questão jurídica debatida. Decidiu-se, no entanto, que, em face da aludida liminar, fosse excluída a determinação contida no v. acórdão embargado em relação à reedição da Tabela Única de cálculo de débitos trabalhistas, a fim de que fosse adotado o índice questionado (IPCA-E), bem como fosse adotada, para efeito de modulação, a data de 25/03/2015, conforme referido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da ADI 4357 QO/DF. Assim, em face dessa modulação, impõe-se a reforma do v. acórdão regional. Recurso de revista conhecido e parcialmente provido. (ARR - 24278-93.2015.5.24.0051, Relator Ministro: Aloysio Corrêa da Veiga, Data de Julgamento: 05-04-2017, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 11-04-2017) (Grifa-se.)

Feitas essas considerações, frisa-se que se cuida de contrato de trabalho mantido com pessoa jurídica de direito privado, cujos débitos remontam a abril de 2013. Portanto, a atualização monetária da dívida liquidanda deve observar a TR/FACDT até 25.03.2015 e, a partir de 26.03.2015, o IPCA-E.

Por fim, a propósito da Lei nº 13.467/2017, vigente a partir de 11.11.2017, a qual dá nova redação a vários artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, entre eles o art. 879, cujo parágrafo 7º determina que a atualização monetária dos débitos trabalhistas deve ser feita pela taxa referencial (TR), segue-se o entendimento esposado no acórdão nº 0000305-95.2012.5.04.0205 da lavra do Desembargador João Batista de Matos Danda, que adota o item II da proposta nº 2 da I Jornada sobre a Reforma Trabalhista, *verbis*:

A inclusão da TR em nova norma infraconstitucional não afasta sua inconstitucionalidade já reconhecida em controle difuso pelo plenário do TST e do TRT4 quando do exame do art. 39 da Lei 8.177/91.

Estando a sentença de acordo com o entendimento desta Seção Especializada quanto à matéria, não é passível de reforma, devendo ser mantida em seus exatos termos.

Ante o exposto, nega-se provimento ao agravo de petição da executada e ao agravo de petição adesivo do exequente.

III - PREQUESTIONAMENTO

Consideram-se prequestionados todos os dispositivos legais e entendimentos jurisprudenciais invocados pelas partes, para todos os efeitos legais, conforme o disposto na Súmula nº 297, I, do TST (*Diz-se prequestionada a matéria ou questão quando na decisão impugnada haja sido adotada, explicitamente, tese a respeito*) e na OJ nº 118, da SDI-I, também do TST (*Havendo tese explícita sobre a matéria, na decisão recorrida, desnecessário contenha nela referência expressa do dispositivo legal para ter-se como prequestionado este*).

CLEUSA REGINA HALFEN

Relator

VOTOS

DEMAIS MAGISTRADOS:

Acompanham o voto do(a) Relator(a).

PARTICIPARAM DO JULGAMENTO:

DESEMBARGADORA CLEUSA REGINA HALFEN (RELATORA)

DESEMBARGADORA ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO (REVISORA)

DESEMBARGADOR JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA

DESEMBARGADORA MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO

DESEMBARGADORA LUCIA EHRENBRINK

DESEMBARGADOR JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA

DESEMBARGADOR JANNEY CAMARGO BINA

SUMÁRIO

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
93f23f5	20/10/2015 18:03	Ata da Audiência	Ata da Audiência
424543a	30/03/2016 18:32	Ata da Audiência	Ata da Audiência
dd1928b	18/07/2016 19:47	Sentença	Sentença
8dd2bdb	28/07/2016 16:55	Decisão	Decisão
8e1e0d8	01/08/2016 15:39	Decisão	Decisão
c26bf06	16/09/2016 17:07	Despacho	Despacho
4456b62	30/09/2016 23:58	Despacho	Despacho
5cdc3a1	25/11/2016 18:24	Acórdão	Acórdão
8f94d04	30/01/2017 13:02	Acórdão	Acórdão
44db5b4	01/03/2017 18:36	Despacho	Despacho
189b4dd	08/08/2017 17:37	Acórdão	Acórdão
4f639a9	29/08/2017 15:02	Despacho	Despacho
e22e23c	04/09/2017 17:56	Despacho	Despacho
5cd6b96	28/09/2017 15:25	Despacho	Despacho
01bf73f	28/10/2017 11:11	Decisão	Decisão
a34ece9	10/01/2018 14:50	Despacho	Despacho
a2e697e	05/02/2018 09:46	Despacho	Despacho
ecd0c0c	18/04/2018 11:15	Sentença	Sentença
40e534e	03/05/2018 10:30	Decisão	Decisão
cbbab5c	18/05/2018 18:07	Decisão	Decisão
0dc2f07	01/03/2019 17:17	Acórdão	Acórdão

ANEXO B – Laudo



Fls.: 393

ROCHA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) da 1ª Vara do Trabalho de Lajeado – RS

Processo n.º 0020875-48.2015.5.04.0771

BRF – S.A., por seus procuradores signatários, já qualificada nos autos da reclamação trabalhista que lhe move **RICARDO SILVA DA CONCEIÇÃO**, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., apresentar os anexos cálculos de liquidação de sentença, requerendo que os mesmos sejam homologados.

Requer, outrossim, que a presente surta seus efeitos jurídicos e legais.

Termos em que pede deferimento.
Porto Alegre, RS, 11 de setembro de 2017.

Henrique José da Rocha
OAB/RS 36.568

Rogério Rangel Reif
OAB/RS 86.870

PORTO ALEGRE – RS: AV. GETÚLIO VARGAS, 774/507, CEP 90.150-002, FONE/FAX: (51) 3231.0489 – 3233.2022
MARAU – RS: AV. JÚLIO BORELLA, 777/302, CEP 99.150-000, FONE/FAX: (54) 3342.5531 – 3342.2487



Fls.: 394

PROCESSO 0020875-48.2015.5.04.0771
1ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO - RS
RECLAMANTE: RICARDO SILVA DA CONCEIÇÃO
RECLAMADA: BRF S.A.

RESUMO GERAL DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS

Juros de 1,00% ao mês e correção monetária até 01/09/2017

DATA DO AJUIZAMENTO:	04/09/2015
DATA DA PRESCRIÇÃO:	-
DATA DA ATUALIZAÇÃO:	01/09/2017
DISCRIMINAÇÃO DAS PARCELAS	VALORES APURADOS EM R\$
1. VALOR APURADO	11.924,70
PRINCIPAL	9.822,61
JUROS	2.102,08
2. VALOR PRINCIPAL TRIBUTÁVEL	10.897,41
PRINCIPAL (-INSS Reclamante)	8.795,33
JUROS (23,90%)	2.102,08
3. VALOR NÃO TRIBUTÁVEL	0,00
PRINCIPAL	0,00
JUROS (23,90%)	0,00
4. F.G.T.S.	826,91
PRINCIPAL	667,40
JUROS (23,90%)	159,51
5. HONORÁRIOS	1.912,74
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	1.912,74
HONORÁRIOS PERICIAIS	0,00
6. INSS	3.286,48
RECLAMANTE	1.027,28
RECLAMADA	2.259,20
7. IMPOSTO DE RENDA	0,00
BASE TRIBUTÁVEL	8.795,33
QUANTIDADE DE MESES	32,00
BASE DE CÁLCULO	274,85
VALOR A RETER MENSAL	0,00
8. CUSTAS	0,00
CUSTAS DEVIDAS	338,47
CUSTAS PAGAS	338,47
9. VALOR LÍQUIDO DO RECLAMANTE	11.724,33
10. TOTAL DA CONDENAÇÃO	16.923,55



Fls.: 395

PROCESSO 0020875-48.2015.5.04.0771
 1ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO - RS
 RECLAMANTE: RICARDO SILVA DA CONCEIÇÃO
 RECLAMADA: BRF S.A.

RESUMO GERAL DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS

Juros de 1,00% ao mês e correção monetária até 01/09/2017

DATA DO AJUIZAMENTO:	04/09/2015
DATA DA PRESCRIÇÃO:	-
DATA DA ATUALIZAÇÃO:	01/09/2017
DISCRIMINAÇÃO DAS PARCELAS	VALORES APURADOS EM R\$
PRINCIPAL CORRIGIDO	9.822,61
JUROS DE MORA - PRINCIPAL	2.102,08
FGTS CORRIGIDO	667,40
JUROS DE MORA - FGTS	159,51
TOTAL BRUTO APURADO	12.751,61
INSS EMPREGADO	1.027,28
IRRF EMPREGADO	0,00
TOTAL LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	11.724,33
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVIDOS	1.912,74
HONORÁRIOS PERICIAIS DEVIDOS	0,00
CUSTAS DEVIDAS	0,00
INSS EMPREGADO	1.027,28
INSS EMPRESA	2.259,20
IRRF EMPREGADO	0,00
TOTAL DEVIDO PELA RECLAMADA	16.923,55



Fls.: 396

BASE DE CÁLCULO HORAS EXTRAS

PROCESSO 0020875-48.2015.5.04.0771
 1ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO - RS
 RECLAMANTE: RICARDO SILVA DA CONCEIÇÃO
 RECLAMADA: BRF S.A.

Mês de Competência	Salário Base	Adicional de Insalubridade	Prêmio Assiduidade	Adic. Função Operacional	Adicional Noturno	DSR Adicional Noturno	Soma das Parcelas	Divisor	Salário Hora	Valor Hora Adicional de 50%	Valor Hora Extra 50%
mai/13	849,20	140,06	50,00	-	153,09	36,74	1.229,09	220,00	5,59	2,79	8,38
jun/13	928,40	135,60	50,00	-	203,90	40,78	1.358,68	220,00	6,18	3,09	9,26
jul/13	928,40	140,06	50,00	-	203,27	30,49	1.352,22	220,00	6,15	3,07	9,22
ago/13	979,00	140,06	50,00	-	234,34	35,15	1.438,55	220,00	6,54	3,27	9,81
set/13	979,00	135,60	50,00	-	213,60	64,08	1.442,28	220,00	6,56	3,28	9,83
out/13	979,00	140,06	50,00	-	212,50	51,00	1.432,56	220,00	6,51	3,26	9,77
nov/13	1.027,40	135,60	50,00	-	214,05	53,51	1.480,56	220,00	6,73	3,36	10,09
dez/13	1.027,40	140,06	50,00	-	198,01	47,52	1.462,99	220,00	6,65	3,32	9,97
jan/14	1.027,40	149,56	50,00	-	183,39	34,84	1.445,19	220,00	6,57	3,28	9,85
fev/14	1.027,40	135,09	50,00	-	211,74	36,00	1.460,23	220,00	6,64	3,32	9,96
mar/14	1.027,40	149,56	50,00	-	207,15	39,36	1.473,47	220,00	6,70	3,35	10,05
abr/14	1.027,40	144,80	50,00	-	236,52	59,13	1.517,85	220,00	6,90	3,45	10,35
mai/14	1.111,00	149,56	50,00	99,98	219,67	41,74	1.671,95	220,00	7,60	3,80	11,40
jun/14	1.111,00	144,80	50,00	96,80	241,87	60,47	1.704,94	220,00	7,75	3,87	11,62
jul/14	1.111,00	72,40	24,19	48,18	187,43	28,11	1.471,31	220,00	6,69	3,34	10,03
ago/14	1.111,00	82,05	27,42	54,60	-	-	1.275,07	220,00	5,80	2,90	8,69
set/14	1.111,00	144,80	50,00	96,36	233,88	46,78	1.682,82	220,00	7,65	3,82	11,47
out/14	1.111,00	143,83	-	95,72	207,52	39,43	1.597,50	220,00	7,26	3,63	10,89
nov/14	1.111,00	134,18	-	89,30	229,25	57,31	1.621,04	220,00	7,37	3,68	11,05
dez/14	1.111,00	149,62	50,00	99,57	205,84	39,11	1.655,14	220,00	7,52	3,76	11,29
jan/15	1.111,00	162,85	50,00	99,57	180,61	34,62	1.638,65	220,00	7,45	3,72	11,17
fev/15	1.111,00	129,23	-	79,02	207,52	35,28	1.562,05	220,00	7,10	3,55	10,65
mar/15	1.111,00	156,55	-	95,72	194,95	37,04	1.595,26	220,00	7,25	3,63	10,88
abr/15	1.111,00	134,49	-	82,23	203,24	50,81	1.581,77	220,00	7,19	3,59	10,78
mai/15	1.111,00	162,85	50,00	99,57	214,06	51,37	1.688,85	220,00	7,68	3,84	11,51
jun/15	1.111,00	129,23	-	79,02	199,74	39,95	1.558,94	220,00	7,09	3,54	10,63
jul/15	1.216,60	34,67	-	21,20	79,05	11,86	1.363,38	220,00	6,20	3,10	9,30
ago/15	1.216,60	101,92	-	68,29	102,29	19,44	1.508,54	220,00	6,86	3,43	10,29
set/15	1.216,60	55,68	-	37,31	121,31	24,26	1.455,16	220,00	6,61	3,31	9,92



Fls.: 397

CÁLCULO - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS 50%

PROCESSO 0020875-48.2015.5.04.0771
 1ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO - RS
 RECLAMANTE: RICARDO SILVA DA CONCEIÇÃO
 RECLAMADA: BRF S.A.

Mês	Valor Hora	Horas Devidas	Valor Devido	Dias Úteis	Domingos / Feriados	DSR Devido	13º Salário	Férias + 1/3	Valor Devido	Índice de Correção	Valor Corrigido	FGTS - 8%
mai/13	2,79	12,00	33,52	25	6	8,04			41,57	1,055628769	43,88	2,83
jun/13	3,09	16,33	50,44	25	5	10,09			60,52	1,055628769	63,89	4,26
jul/13	3,07	16,00	49,17	27	4	7,28			56,46	1,055408188	59,58	4,15
ago/13	3,27	17,65	57,71	27	4	8,55			66,25	1,055408188	69,93	4,87
set/13	3,28	16,33	53,54	24	6	13,38			66,92	1,055324818	70,63	4,52
out/13	3,26	15,50	50,47	26	5	9,70			60,17	1,054354811	63,44	4,26
nov/13	3,36	13,08	44,02	24	6	11,01			55,03	1,054136605	58,01	3,71
dez/13	3,32	11,03	36,69	25	6	8,80	32,68		78,17	1,053616119	82,36	5,85
jan/14	3,28	8,57	28,14	26	5	5,41			33,55	1,052431081	35,31	2,37
fev/14	3,32	8,15	27,05	24	4	4,51			31,56	1,051866229	33,19	2,28
mar/14	3,35	12,43	41,64	25	6	9,99			51,63	1,051586507	54,29	3,50
abr/14	3,45	17,60	60,71	25	5	12,14			72,86	1,051104050	76,58	5,11
mai/14	3,80	15,20	57,76	26	5	11,11			68,87	1,050469567	72,34	4,85
jun/14	3,87	16,80	65,10	24	6	16,27			81,37	1,049981325	85,44	5,47
jul/14	3,34	11,27	37,67	27	4	5,58		61,19	104,44	1,048875810	109,55	8,30
ago/14	2,90	-	-	26	5	-			-	1,048244767	-	-
set/14	3,82	13,75	52,59	26	4	8,09			60,68	1,047330447	63,55	4,41
out/14	3,63	11,52	41,81	27	4	6,19			48,01	1,046244446	50,23	3,50
nov/14	3,68	13,37	49,25	24	6	12,31			61,56	1,045739354	64,37	4,12
dez/14	3,76	9,92	37,30	26	5	7,17	43,44		87,91	1,044639348	91,84	6,75
jan/15	3,72	8,35	31,10	26	5	5,98			37,08	1,043722960	38,70	2,60
fev/15	3,55	11,85	42,07	24	4	7,01			49,08	1,043547644	51,22	3,51
mar/15	3,63	9,05	32,81	26	5	6,31			39,12	1,042196956	40,77	2,74
abr/15	3,59	10,12	36,37	24	6	9,09			45,46	1,041078838	47,33	3,03
mai/15	3,84	12,22	46,89	26	5	9,02			55,91	1,039879856	58,14	3,90
jun/15	3,54	12,53	44,41	25	5	8,88		51,64	104,93	1,037997966	108,92	7,98
jul/15	3,10	5,12	15,85	27	4	2,35			18,20	1,035610883	18,85	1,31
ago/15	3,43	5,15	17,66	26	5	3,40			21,05	1,033681000	21,76	1,46
set/15	3,31	4,65	15,38	25	5	3,08	21,78	14,58	54,81	1,031700136	56,55	3,07
Total			1.157,10			230,77	97,90	127,41	1.613,17		1.690,64	114,68



Fls.: 398

CÁLCULO - HORAS EXTRAS 50%

PROCESSO 0020875-48.2015.5.04.0771
1ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO - RS
RECLAMANTE: RICARDO SILVA DA CONCEIÇÃO
RECLAMADA: BRF S.A.

Mês	Valor Hora	Horas Devidas	Valor Apurado	(-) Valor Pago	Valor Devido	Dias Úteis	Domingos / Feriados	DSR Devido	13º Salário	Férias + 1/3	Valor Devido	Índice de Correção	Valor Corrigido	FGTS - 8%
mai/13	8,38	-	-	-	-	25	6	-	-	-	-	1,055628769	-	-
jun/13	9,26	-	-	-	-	25	5	-	-	-	-	1,055628769	-	-
jul/13	9,22	-	-	-	-	27	4	-	-	-	-	1,055408188	-	-
ago/13	9,81	-	-	-	-	27	4	-	-	-	-	1,055408188	-	-
set/13	9,83	-	-	-	-	24	6	-	-	-	-	1,055324818	-	-
out/13	9,77	-	-	-	-	26	5	-	-	-	-	1,054354811	-	-
nov/13	10,09	-	-	-	-	24	6	-	-	-	-	1,054136605	-	-
dez/13	9,97	-	-	-	-	25	6	-	-	-	-	1,053616119	-	-
jan/14	9,85	7,18	70,75	-	70,75	26	5	13,61	-	-	84,35	1,052431081	88,78	5,96
fev/14	9,96	-	-	-	-	24	4	-	-	-	-	1,051866229	-	-
mar/14	10,05	-	-	-	-	25	6	-	-	-	-	1,051586507	-	-
abr/14	10,35	8,80	91,07	70,17	20,90	25	5	4,18	-	-	25,08	1,051104050	26,36	1,76
mai/14	11,40	8,22	93,71	71,34	22,37	26	5	4,30	-	-	26,67	1,050469567	28,01	1,88
jun/14	11,62	7,50	87,18	64,82	22,36	24	6	5,59	-	-	27,96	1,049981325	29,35	1,88
jul/14	10,03	-	-	-	-	27	4	-	-	10,18	10,18	1,048875810	10,68	0,85
ago/14	8,69	-	-	-	-	26	5	-	-	-	-	1,048244767	-	-
set/14	11,47	5,32	61,04	-	61,04	26	4	9,39	-	-	70,43	1,047330447	73,76	5,11
out/14	10,89	-	-	-	-	27	4	-	-	-	-	1,046244446	-	-
nov/14	11,05	-	-	-	-	24	6	-	-	-	-	1,045739354	-	-
dez/14	11,29	-	-	-	-	26	5	-	16,45	-	16,45	1,044639348	17,19	1,37
jan/15	11,17	-	-	-	-	26	5	-	-	-	-	1,043722960	-	-
fev/15	10,65	-	-	-	-	24	4	-	-	-	-	1,043547644	-	-
mar/15	10,88	-	-	-	-	26	5	-	-	-	-	1,042196956	-	-
abr/15	10,78	-	-	-	-	24	6	-	-	-	-	1,041078838	-	-
mai/15	11,51	-	-	-	-	26	5	-	-	-	-	1,039679856	-	-
jun/15	10,63	-	-	69,93	69,93	25	5	13,99	-	11,75	72,16	1,037997966	74,91	4,83
jul/15	9,30	5,12	47,59	49,74	2,15	27	4	0,32	-	-	2,46	1,035610883	2,55	0,18
ago/15	10,29	-	-	-	-	26	5	-	-	-	-	1,033681000	-	-
set/15	9,92	-	-	-	-	25	5	-	6,01	8,01	14,01	1,031700136	14,46	0,50
Total			451,34	326,00	125,34			22,76	10,45	13,93	172,48		182,22	13,31



Fls.: 399

CÁLCULO - HORAS IN ITINERE 50%

PROCESSO 0020875-48.2015.5.04.0771
 1ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO - RS
 RECLAMANTE: RICARDO SILVA DA CONCEIÇÃO
 RECLAMADA: BRF S.A.

Mês	Valor Hora	Horas Devidas	Valor Devido	Dias Úteis	Domingos / Feriados	DSR Devido	13º Salário	Férias + 1/3	Valor Devido	Índice de Correção	Valor Corrigido	FGTS - 8%
mai/13	8,38	16,00	134,08	25	6	32,18			166,26	1,055628769	175,51	11,32
jun/13	9,26	21,00	194,54	25	5	38,91			233,45	1,055628769	246,43	16,43
jul/13	9,22	21,00	193,61	27	4	28,68			222,30	1,055408188	234,61	16,35
ago/13	9,81	23,00	225,59	27	4	33,42			259,01	1,055408188	273,36	19,05
set/13	9,83	21,00	206,51	24	6	51,63			258,14	1,055324818	272,42	17,43
out/13	9,77	21,00	205,12	26	5	39,45			244,56	1,054354811	257,86	17,30
nov/13	10,09	21,00	211,99	24	6	53,00			264,99	1,054136605	279,33	17,88
dez/13	9,97	20,00	199,50	25	6	47,88	136,32		383,70	1,053616119	404,28	28,31
jan/14	9,85	19,00	187,22	26	5	36,00			223,22	1,052431081	234,92	15,76
fev/14	9,96	22,00	219,03	24	4	36,51			255,54	1,051866229	268,79	18,43
mar/14	10,05	20,00	200,93	25	6	48,22			249,15	1,051586507	262,00	16,90
abr/14	10,35	23,00	238,03	25	5	47,61			285,63	1,051104050	300,23	20,02
mai/14	11,40	20,00	227,99	26	5	43,84			271,84	1,050469567	285,56	19,16
jun/14	11,62	22,00	255,74	24	6	63,94			319,68	1,049981325	335,65	21,48
jul/14	10,03	18,00	180,57	27	4	26,75		276,43	483,75	1,048875810	507,39	38,35
ago/14	8,69	-	-	26	5	-			-	1,048244767	-	-
set/14	11,47	22,00	252,42	26	4	38,83			291,26	1,047330447	305,04	21,15
out/14	10,89	19,00	206,95	27	4	30,66			237,61	1,046244446	248,60	17,32
nov/14	11,05	21,00	232,10	24	6	58,03			290,13	1,045739354	303,40	19,42
dez/14	11,29	19,00	214,42	26	5	41,23	211,59		467,24	1,044639348	488,10	35,60
jan/15	11,17	17,00	189,93	26	5	36,53			226,46	1,043722960	236,36	15,86
fev/15	10,65	19,00	202,36	24	4	33,73			236,08	1,043547644	246,36	16,89
mar/15	10,88	18,00	195,78	26	5	37,65			233,43	1,042196956	243,28	16,32
abr/15	10,78	19,00	204,91	24	6	51,23			256,14	1,041078838	266,66	17,07
mai/15	11,51	19,00	218,78	26	5	42,07			260,86	1,039879856	271,26	18,20
jun/15	10,63	19,00	201,95	25	5	40,39		252,74	495,08	1,037997966	513,89	37,76
jul/15	9,30	8,00	74,37	27	4	11,02			85,38	1,035610883	88,42	6,16
ago/15	10,29	9,00	92,57	26	5	17,80			110,37	1,033681000	114,09	7,65
set/15	9,92	8,00	79,37	25	5	15,87	112,44	69,45	277,14	1,031700136	285,93	15,83
Total			5.446,37			1.083,05	460,36	598,62	7.588,40		7.949,76	539,41



Fls.: 400

PROCESSO: 0020875-48.2015.5.04.0771
 1ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO - RS
 RECLAMANTE: RICARDO SILVA DA CONCEIÇÃO
 RECLAMADA: BR F S.A.

CÁLCULO - INSS DO EMPREGADO

Mês	Base de Cálculo Original	Base de Cálculo Deferida	Nova Base de Cálculo	Alíquota	Valor Apurado	(-) Valor Pago	Valor Devido	Índice de Correção	Valor Corrigido
mai/13	1.265,00	207,83	1.472,83	9,00%	132,55	113,85	18,70	1,055628769	19,75
jun/13	1.468,67	293,97	1.762,64	9,00%	158,64	132,18	26,46	1,055628769	27,93
jul/13	1.394,22	278,75	1.672,98	9,00%	150,57	125,48	25,09	1,055408188	26,48
ago/13	1.484,00	325,27	1.809,27	9,00%	162,83	133,56	29,27	1,055408188	30,90
set/13	1.454,44	325,06	1.779,50	9,00%	160,16	130,90	29,26	1,055324818	30,87
out/13	1.476,89	304,73	1.781,62	9,00%	160,35	132,92	27,43	1,054354811	28,92
nov/13	1.493,33	320,02	1.813,35	9,00%	163,20	134,40	28,80	1,054136605	30,36
dez/13	1.508,89	292,87	1.801,76	9,00%	162,16	135,80	26,36	1,053616119	27,77
jan/14	1.490,44	341,12	1.831,57	9,00%	164,84	134,14	30,70	1,052431081	32,31
fev/14	1.404,67	287,10	1.691,76	9,00%	152,26	126,42	25,84	1,051866229	27,18
mar/14	1.519,33	300,78	1.820,11	9,00%	163,81	136,74	27,07	1,051586507	28,47
abr/14	1.639,22	383,57	2.022,79	9,00%	182,05	147,53	34,52	1,051104050	36,29
mai/14	1.824,44	367,37	2.191,81	11,00%	241,10	164,20	76,90	1,050469567	80,78
jun/14	1.815,67	429,00	2.244,67	11,00%	246,91	163,41	83,50	1,049981325	87,68
jul/14	1.994,22	598,37	2.592,60	11,00%	285,19	179,48	105,71	1,048875810	110,87
ago/14	1.727,00	-	1.727,00	9,00%	155,43	155,43	-	1,048244767	-
set/14	1.697,22	422,37	2.119,59	9,00%	190,76	152,75	38,01	1,047330447	39,81
out/14	1.602,56	285,62	1.888,17	9,00%	169,94	144,23	25,71	1,046244446	26,89
nov/14	1.597,78	351,69	1.949,46	9,00%	175,45	143,80	31,65	1,045739354	33,10
dez/14	1.704,67	300,13	2.004,79	9,00%	180,43	153,42	27,01	1,044639348	28,22
jan/15	1.686,56	263,54	1.950,09	9,00%	175,51	151,79	23,72	1,043722960	24,76
fev/15	1.221,78	285,16	1.506,94	9,00%	135,62	109,96	25,66	1,043547644	26,78
mar/15	1.644,11	272,55	1.916,66	9,00%	172,50	147,97	24,53	1,042196956	25,56
abr/15	1.431,33	301,60	1.732,93	9,00%	155,96	128,82	27,14	1,041078838	28,26
mai/15	1.738,33	316,77	2.055,10	9,00%	184,96	156,45	28,51	1,039879856	29,65
jun/15	1.704,44	527,85	2.232,29	9,00%	200,91	153,40	47,51	1,037997966	49,31
jul/15	3.126,91	101,12	3.228,03	11,00%	355,08	343,96	11,12	1,035610883	11,52
ago/15	1.182,50	131,42	1.313,92	8,00%	105,11	94,60	10,51	1,033681000	10,87
set/15	773,63	189,72	963,34	8,00%	77,07	61,89	15,18	1,031700136	15,66
13º salário 2013	1.005,93	169,00	1.174,93	8,00%	93,99	80,47	13,52	1,053616119	14,24
13º salário 2014	1.704,67	271,48	1.976,15	9,00%	177,85	153,42	24,43	1,044639348	25,52
13º salário 2015	1.182,50	128,22	1.310,72	8,00%	104,86	94,60	10,26	1,031700136	10,58
Soma		9.374,04			5.498,06	4.517,97	980,08		1.027,28



Fls.: 401

PROCESSO: 0020875-48.2015.5.04.0771
 1ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO - RS
 RECLAMANTE: RICARDO SILVA DA CONCEIÇÃO
 RECLAMADA: BRF S.A.

CÁLCULO - INSS DA EMPRESA

Mês	Base de Cálculo Deferida	Alíquota	Valor Devido	Índice de Correção	Valor Corrigido
mai/13	207,83	23,00%	47,80	1,055628769	50,46
jun/13	293,97	23,00%	67,61	1,055628769	71,37
jul/13	278,75	23,00%	64,11	1,055408188	67,67
ago/13	325,27	23,00%	74,81	1,055408188	78,96
set/13	325,06	23,00%	74,76	1,055324818	78,90
out/13	304,73	23,00%	70,09	1,054354811	73,90
nov/13	320,02	23,00%	73,60	1,054136605	77,59
dez/13	292,87	23,00%	67,36	1,053616119	70,97
jan/14	341,12	23,00%	78,46	1,052431081	82,57
fev/14	287,10	23,00%	66,03	1,051866229	69,46
mar/14	300,78	23,00%	69,18	1,051586507	72,75
abr/14	383,57	23,00%	88,22	1,051104050	92,73
mai/14	367,37	23,00%	84,50	1,050469567	88,76
jun/14	429,00	23,00%	98,67	1,049981325	103,60
jul/14	598,37	23,00%	137,63	1,048875810	144,35
ago/14	-	23,00%	-	1,048244767	-
set/14	422,37	23,00%	97,14	1,047330447	101,74
out/14	285,62	23,00%	65,69	1,046244446	68,73
nov/14	351,69	23,00%	80,89	1,045739354	84,59
dez/14	300,13	23,00%	69,03	1,044639348	72,11
jan/15	263,54	23,00%	60,61	1,043722960	63,26
fev/15	285,16	23,00%	65,59	1,043547644	68,44
mar/15	272,55	23,00%	62,69	1,042196956	65,33
abr/15	301,60	23,00%	69,37	1,041078838	72,22
mai/15	316,77	23,00%	72,86	1,039879856	75,76
jun/15	527,85	23,00%	121,41	1,037997966	126,02
jul/15	101,12	23,00%	23,26	1,035610883	24,09
ago/15	131,42	23,00%	30,23	1,033681000	31,25
set/15	189,72	23,00%	43,64	1,031700136	45,02
13º salário 2013	169,00	23,00%	38,87	1,053616119	40,95
13º salário 2014	271,48	23,00%	62,44	1,044639348	65,23
13º salário 2015	128,22	23,00%	29,49	1,031700136	30,43
Soma	9.374,04		2.156,03		2.259,20



Fls.: 402

IRRF - EMPREGADO

PROCESSO 0020875-48.2015.5.04.0771
 1ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO - RS
 RECLAMANTE: RICARDO SILVA DA CONCEIÇÃO
 RECLAMADA: BRF S.A.

HISTÓRICO	VALOR
BASE DE CÁLCULO	9.822,61
BASE BRUTA DO IRRF	9.822,61
INSS	1.027,28
BASE LÍQUIDA DO IRRF	8.795,33
NÚMERO DE MESES	32,00
BASE MENSAL DO IRRF	274,85
ALÍQUOTA	0,00%
VALOR MENSAL	0,00
DEDUÇÃO	0,00
VALOR A RECOLHER DE IRRF - MENSAL	0,00
VALOR DO IRRF DO EMPREGADO A RECOLHER	0,00



UNIVATES

R. Avelino Tallini, 171 | Bairro Universitário | Lajeado | RS | Brasil
CEP 95900.000 | Cx. Postal 155 | Fone: (51) 3714.7000
www.univates.br | 0800 7 07 08 09